

PONTIFÍCIA FACULDADE DE TEOLOGIA
NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

LUÍS ANTONIO ALVES

**AÇÃO PASTORAL DAS IRMÃS DOMINICANAS EM SALTO
DA DIVISA, MG, DE 1993-2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SÃO PAULO – 2008

PONTIFÍCIA FACULDADE DE TEOLOGIA
NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

LUÍS ANTONIO ALVES

**AÇÃO PASTORAL DAS IRMÃS DOMINICANAS EM SALTO
DA DIVISA, MG, DE 1993-2005**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Teologia à comissão julgadora da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, sob a orientação do Pe. Dr. Tarcísio Justo Loro.

SÃO PAULO – 2008
DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus familiares e a meus irmãos, que tanto me apoiaram nessa etapa importante da minha vida. De modo especial, agradeço às irmãs dominicanas de São Domingos, na pessoa da irmã Maria Rosa Barbosa que tanto me iluminou neste trabalho.

Resumo

Esta dissertação trata da inserção de uma comunidade de irmãs dominicanas em Salto da Divisa, Minas Gerais, no período de 1993 a 2005, com o objetivo de estar mais próxima do povo, de seus problemas e aspirações. A partir do conhecimento da realidade social, cultural e religiosa confrontado com os ideais do Reino de Deus, as irmãs despertaram a consciência cristã e a cidadania do povo de Salto da Divisa. A fé cristã passou a ter um sentido novo, de engajamento social e força para a transformação da realidade local.

Durante doze anos de trabalho pastoral, as irmãs organizaram o povo em círculos bíblicos. Estes círculos se tornaram também espaço para conhecer aquela realidade desumana, o jogo do poder político e econômico da cidade e suas consequências, dentre as quais o desemprego, a perda da identidade cultural, o despejo de famílias de suas residências, a violência contra mulheres e crianças.

Nesse curto período de ação pastoral, o modelo eclesial pacífico e apático existente naquela cidade foi substituído por uma Igreja dinâmica e participativa. Para isso, contribuiu a formação de lideranças leigas, orientada pelas religiosas. Dentre os sinais de mudança, certamente, podemos citar o crescimento da consciência religiosa, uma espiritualidade marcada pelo agir eclesial, a construção de casas em mutirão, a formação de grupo de direitos humanos, a criação de uma rádio comunitária, na defesa e proteção do meio ambiente e a luta por indenização.

Assim sendo, entendemos que esta dissertação pode contribuir para a reflexão sobre uma pastoral orientada por comunidades religiosas inseridas no meio popular

Abstract

The dissertation speaks about the insertion (living in the midst of the people) of a community of Dominican Sisters in Salto da Divisa, Minas Gerais, since 1993 to 2005, whose purpose was to be in touch with the people, their problems and ideals. Recognizing of social, cultural and religious reality, and facing the ideals of the Kingdom of God, the sisters revived the Christian conscience and the citizenship of the people of Salto da Divisa. The Christian faith reached a new meaning, that of social commitment and power to transform the local reality.

During twelve years of pastoral work, the sisters have organized the people in biblical circles. These circles have created room to become knowing the inhuman reality, the game of the political and economic power of the city and its consequences, such as, unemployment, loss of cultural identity, removing of families from their own houses, violence against women and children.

In this very short time of pastoral action, the church model of a peaceful and cool existence in the city was replaced by a dynamic and participated church. A formation of a laity was leadership, directed by the Dominican Sisters, has contributed to make this new model happening. Within the changing signs, of course, we can mention the growing of religious conscience, a spirituality marked by the Church's action, the building of new houses by the people themselves, the formation of human rights group, the creation of a community radio, defending and protecting ecology and the struggle for unemployment compensation.

Eventually, we hope that this dissertation can help for a reflection about a pastoral work directed by religious communities living in the midst of the people.

Resumen

Esta disertación trata de la inserción de una comunidad de hermanas dominicas en Salto da Divisa, Minas Gerais, entre 1993 y 2005, con el objetivo de estar más cerca del pueblo, de sus problemas y aspiraciones. A partir del conocimiento de la realidad social, cultural y religiosa, confrontado con los ideales del Reino de Dios, las hermanas despertaron la conciencia cristiana y la ciudadanía en el pueblo de Salto da Divisa y dieron a la fe cristiana un nuevo sentido de compromiso social y fuerza para la transformación de la realidad social de aquel lugar.

En doce años de actividad pastoral, las hermanas organizaron al pueblo en círculos bíblicos que se convirtieron en un espacio para conocer la realidad inhumana, el juego del poder político y económico de la ciudad y sus consecuencias como el paro, la pérdida de la identidad cultural, el desalojo de las familias de sus viviendas, la violencia contra la mujer y los chicos.

En este corto período de acción pastoral, el modelo eclesial pacífico y apático de la ciudad se cambió por el de una iglesia dinámica y participativa que contribuyó de manera significativa para la formación de líderes laicos bajo la orientación de las religiosas. Entre los cambios ocurridos podemos mencionar el crecimiento de la conciencia religiosa, de una espiritualidad marcada por la actuación eclesial, la construcción de casas en grupo de trabajo, la formación de un grupo de derechos humanos, la creación de una radio comunitaria para la defensa y la protección del medioambiente y la lucha por indemnizaciones.

Por lo tanto, entendemos que esta disertación puede contribuir para la reflexión acerca de una pastoral orientada por las comunidades religiosas insertas en el seno de la población.

SIGLAS

ASCCON - Associação Comunitária de Comunicação

Cebs - Comunidade Eclesiais de Base

CIDALC – Comissão das Irmãs Dominicanas da América Latina e Caribe

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública

COPAM – Conselho de Políticas Ambientais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

GADDH – Grupo de apoio e Defesa dos Direitos Humanos

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEF – Instituto Estadual de Floresta

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

MCPS – Movimento da Cultura popular Saltense

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I - Breve histórico da inserção das irmãs dominicanas em Salto da Divisa, MG	17
1.1 Definição do termo inserção	12
1.2 Congregação das irmãs dominicanas: enfoques históricos	19
1.3 Presença das irmãs dominicanas no Brasil	20
1.4 Critérios para inserir-se no meio popular	21
1.5 Comunidade inserida em Salto da Divisa	21
2. Salto da Divisa: história e geografia	22
2.1 Elementos históricos de sua formação	22
2.2 A formação do povo saltense	23
2.3 Do vale da fartura para o vale da miséria	25
2.4 O Rio Jequitinhonha, sua importância para o povo saltense	26
2.5 A ideologia dos coronéis	27
3 Chegada e início do trabalho pastoral com os pobres	27
3.1 A instalação em Salto da Divisa	27
3.2 A comunidade São Martinho	28
a) Organização interna	28
b) Comunidade religiosa: vida fraterna	28
3.3 Conhecendo a realidade	29
4 A ação pastoral: explicitação	30
4.1 Os primeiros passos na ação pastoral	30
4.2 Uma nova imagem de Deus	31
4.3 Reação da cidade para com relação ao trabalho das irmãs	32
4.4 Os dramas comuns do povo saltense	34
5. O despertar da ação	34
5.1 Pastoral da Criança: uma proposta para Salto da Divisa	35
5.2 Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos	35
5.3 Rádio Comunitária “A Voz do Povo”	37
5.4 A construção da hidrelétrica: um dilema para a cidade de Salto da Divisa	37
Capítulo II – Desenvolvimento da ação pastoral das irmãs dominicanas em Salto da Divisa..	41
Parte I – Ação pastoral de 1993 a 1996	43
1 O perfil dos ribeirinhos que protagonizaram uma nova história em Salto da Divisa	43
1.1 A procedência da população	43
1.2 Grau de instrução, faixa etária e saúde da população	45
1.3 A violência contra mulheres e crianças	46
1.4 Os ribeirinhos e sua relação com o rio Jequitinhonha	48
2. A ação pastoral das religiosas: união e organização dos ribeirinhos	49

2.1 Cebs: união, formação e organização	50
2.2 A criação do GADDH	53
2.3 A criação da Rádio Comunitária “A Voz do Povo”	55
Parte I – De 1997 a 2005: A construção da barragem de Itapebi-BA e a luta dos ribeirinhos por direitos	59
1.1 A promessa de desenvolvimento desestabiliza a sociedade saltense	59
1.2 Construção da barragem e a preservação ambiental	60
1.3 A luta reivindicatória dos atingidos	65
1.3.1 A construção do bairro União	67
1.3.2 Reassentamento rural	69
1.3.3 Extratores de pedra e areia	70
1.3.4 Os pescadores	71
1.3.5 As lavadeiras das margens do rio Jequitinhonha	73
1.3.6 Os quintais que foram inundados	74
Capítulo III – Os frutos e as riquezas da ação pastoral	77
1. As orientações da Igreja para ação pastoral	77
1.2 Ação pastoral: um trabalho em conjunto com a Igreja Particular	79
1.3 Elementos teológicos e práticos para a ação pastoral	81
1.3.1 Elementos teológicos	82
a) Critério teândrico	82
b) Critério sacramental	83
1.3.2 Exigências pedagógico-pastorais para a evangelização	85
a) A inserção das irmãs dominicanas e a inculturação	86
b) A inserção das irmãs dominicanas e o serviço	86
c) A inserção das irmãs dominicanas e o diálogo	88
d) A inserção das irmãs dominicanas e o anúncio	88
e) A inserção das irmãs dominicanas e o testemunho	90
2. Comunidade saltense x comunidade das irmãs dominicanas	91
a) Reações contrárias à ação pastoral das irmãs	92
b) Os grupos que valorizaram o trabalho das irmãs	94
3 A importância do planejamento para a ação pastoral	95
4 A intencionalidade da inserção pastoral	100
Conclusão	102
Anexos	106
Entrevistas.....	107
Artigos de jornais	141
Referência bibliográfica	147

Introdução

Os religiosos e as religiosas do Brasil tem buscado novas formas de viver a opção pela vida consagrada. A inserção nos meios populares e mais pobres das pequenas e grandes cidades é uma delas. Efetivamente, após o Concílio Vaticano II, muitas religiosas buscaram na vida simples da periferia o espaço para a ação pastoral e missionária. As religiosas aceitaram o desafio do trabalho assalariado, da moradia simples, e da presença permanente no meio do povo. Este novo modelo religioso recupera a proximidade das pessoas, o que favorece o conhecimento da realidade, os dramas e as tristezas, os sonhos e as alegrias do povo.

Dentre tantos experimentos de inserção religiosa no Brasil, foi escolhido como objeto formal desta pesquisa, *a comunidade das irmãs dominicanas em Salto da Divisa, MG*. Esta experiência oferece os elementos necessários para se compreender o processo da inserção, suas dificuldades e ganhos, a partir da qual se pode avaliar melhor a natureza da vida religiosa e o carisma das irmãs Dominicanas. Sem dúvida, este trabalho pode ser também uma reflexão sobre o trabalho pastoral das congregações religiosas nas dioceses e na vida do povo simples. Não deixa, por isso, de ser uma dissertação que pretende colaborar com a pastoral do Brasil por meio da vida religiosa.

Esta dissertação apresenta logo de início, algumas dificuldades: a falta de uma bibliografia específica sobre o tema da *inserção religiosa no meio popular*, como também os poucos documentos sobre o objeto formal deste trabalho. Por outro lado, é de grande importância para a vida da Igreja no Brasil, para a Congregação das Irmãs Dominicanas, e também para o povo de Salta da Divisa, recuperar a história e seu significado, entre os anos de 1993 a 2005, na relação fé e vida.

A metodologia usada será a coleta de informações e a análise dos dados. Como os protagonistas do processo de inserção estão ainda vivos, a coleta das informações

indispensáveis aos propósitos deste trabalho foi facilitada. Assim, para coletar os dados foi montada uma equipe, que recebeu as orientações necessárias para cumprir seus objetivos como, elaboração de questionários, técnica de entrevista, transcrição das respostas, e posteriormente, análise dos dados. Ao lado deste trabalho de coleta de narrativas orais, a coleta de informações se estendeu para a leitura de atas da Congregação do tempo em questão, jornais da cidade, documentos da Prefeitura de Salto da Divisa, relacionados com o trabalho das irmãs. A coleta de informações proporcionou a edição de um filme documentário que poderá ser utilizado por outros pesquisadores sobre o assunto. Toda transcrição das entrevistas, as fitas gravadas e a edição do filme documentário “Silêncio do Jequitinhonha”, está disponível ao público. Como já foi feito para a comunidade de Salto da Divisa, MG, o lançamento do documentário no dia 19 de dezembro de 2006.

Fizeram parte dessa equipe: Tatiana Polastri¹, Alexandre Rampazzo² e este que redige esta dissertação. Para executar o projeto, a equipe entregou o trabalho de filmagem e transcrição dos depoimentos para os dois primeiros, ficando sob a responsabilidade do autor desta dissertação, a coleta, leitura e análise dos documentos existentes, como também, das entrevistas corpo a corpo.

Esclarecimentos sobre as entrevistas: foram aplicadas perguntas *abertas*, o que permitiu que cada entrevistado pudesse falar livremente, sem interferências dos entrevistadores. Poderiam ser feitas também perguntas que pudessem clarear o depoimento. Foi montado um esboço básico de perguntas sobre cada assunto. Do entrevistado foi colhido o nome completo, idade, tempo de moradia naquele local, qual a associação pertencente, ou

¹ Tatiana Polastri - Graduada em Comunicação Social com ênfase em Rádio e TV pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul e pós-graduanda em Gestão Cultural pela Escola de Comunicações e Artes / USP. É supervisora dos Laboratórios de Comunicação Social da Universidade Municipal de São Caetano do Sul; criou a produtora Varal Filmes onde produziu os documentários "Nas Terras do Bem-Virá", "Ato de Fé (Co-produção com a Rede STV)" e "O Silêncio do Jequitinhonha"; trabalhou como produtora executiva para a Télévision Suisse Romande e Artemis Films - Suíça.

² Alexandre Rampazzo - Graduado em Comunicação Social com ênfase em Rádio e TV pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, e em Filosofia pela UNIFAI. Criou a produtora Varal Filmes onde dirigiu os documentários " Nas Terras do Bem-Virá", "Ato de Fé (Co-produção com a Rede STV)" e "O Silêncio do Jequitinhonha"; trabalhou como free lancer em matérias e coberturas para empresas internacionais; fez a pesquisa no Brasil para o filme "Local answers for global mess", da diretora Coline Serreau - França.

seja, um pouco da história do entrevistado. Atenção especial foi dada a sua participação comunidade: como e quando começou a participar da vida da Igreja em Salto da Divisa; qual sua principal atividade pastoral, como vê a caminhada de sua Comunidade e quais os aspectos novos que foram acrescentados com a vinda das irmãs. Além disso, qual é o sonho que tem para si e para a cidade; qual a importância da presença das irmãs naquele local, em que elas contribuíram concretamente. Esse esboço foi o caminho que tomaram as entrevistas. Entretanto, os depoimentos colhidos na espontaneidade foram de grande relevância para o trabalho, pois as pessoas falavam sobre sua própria experiência e ótica..

Metodologia do trabalho encontrou apoio na *História Oral*, de José Carlos Sebe Bom Meihy³, manual que estabeleceu pontos importantes sobre as entrevistas e suas circunstâncias. “Assim, deve-se especificar se elas terão ou não estímulos, se serão única ou variadas, qual o número de horas de gravação, onde serão realizadas e se as narrativas decorrentes serão livres ou estruturadas”⁴.

O estudo da obra citada ajudou a pesquisa, especialmente na coleta dos dados junto às pessoas simples. Esclareceu sobre o tempo, local e duração da entrevista; quando alongar, ou encerrar. Assim, a condução do projeto de entrevista, iluminado pelo conhecimento do autor escolhido, se realizou numa harmonia muito grande entre entrevistador e entrevistado, pois gerou um clima de confiança e co-responsabilidade. O entrevistado se sentiu valorizado. Com relação às irmãs dominicanas, foi seguido o mesmo procedimento, porém as perguntas foram de caráter mais amplo, tendo a finalidade de conhecer todo processo e decisão de inserção em Salto da Divisa, MG, como todo o desenvolvimento pastoral. A análise dos depoimentos, tanto das irmãs, quanto dos ribeirinhos e outras pessoas envolvidas no trabalho pastoral, é matéria dessa dissertação.

A pesquisa destacou como fundamental a presença das irmãs em Salto da Divisa, especialmente a da irmã Rosa devido sua liderança e dedicação ao trabalho pastoral. Seu interesse e empenho na busca de soluções para os problemas do dia-a-dia, vividos pela

³ Autor e obra citado na explanação do texto: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Ed. 5ª. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Ed. 5ª. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 110.

comunidade, motivou os ribeirinhos de Salto da Divisa para um trabalho pastoral como caminho para busca de dias melhores e espaço de luta pela justiça social.

Duas instituições ganham importância no trabalho pastoral. A primeira é o *Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos* que ganhou a confiança dos ribeirinhos e o respeito por parte das autoridades públicas. O desrespeito e a violação dos direitos humanos eram visíveis, principalmente, a violência contra a mulher e as crianças. A segunda instituição é a rádio comunitária “*A Voz do Povo*”. Ela se destacou pela comunicação das injustiças contra o povo, suas lutas e necessidades. Teve um papel formativo da consciência cívica, uma vez que as pessoas simples, tanto do meio urbano como do rural sintonizam a rádio.

O trabalho pastoral em Salto da Divisa vai encontrar seu ponto culminante na conscientização e organização dos ribeirinhos e pessoas atingidas pela construção da barragem de Itapebi, BA. As consequências imprevisíveis para vida do povo saltense, com a construção da barragem, possibilitaram a convergência de pessoas em projetos para lutar pela preservação da natureza do município de Salto da Divisa. Foram sete anos de altos e baixos, de vitórias e de derrotas, de alegrias e tristezas e de trabalhos exaustivos, que contaram com a presença e participação das irmãs em defesa da vida das pessoas e da natureza, o que de alguma forma deu um novo sentido à história do povo saltense.

Com o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que a atitude acolhedora e servicial das irmãs atraiu dezenas de pobres, analfabetos e excluídos. Aos poucos essas pessoas foram adquirindo auto-estima e confiança para lutar pela transformação de suas vidas, por meio da união e da organização. Elas perderam o medo de falar e lutar por seus direitos. Os contatos iniciais entre as irmãs e os ribeirinhos foram tímidos, marcados pela desconfiança. Por meio de visitas às casas, as irmãs cativaram as pessoas. Sentiram apoio e passaram a lutar pelos seus bens ameaçados pela cheia do rio Jequitinhonha, consequência da construção da hidrelétrica de Itapebi, BA. A união e a organização do povo ribeirinho, incentivado pelas irmãs, foram os instrumentos eficazes de luta e reivindicação do povo diante dos poderes constituídos.

O primeiro capítulo da dissertação foi de caráter totalmente histórico, sendo possível conhecer objetivamente a congregação das irmãs dominicanas, seu carisma e o processo de amadurecimento para realizar a inserção pastoral em Salto da Divisa, MG. Permitiu conhecer o desenvolvimento da ação pastoral nas suas etapas: chegada, conhecimento da realidade, formação de comunidades eclesiais de base e ações concretas que levaram o povo pobre e sofrido a uma consciência comunitária.

Na linha do conhecimento histórico, foi feita uma breve investigação sobre a origem do povo saltense, desde a constituição do município, chegando ao seu nome atual. Com esses dados, foi possível identificar, desde sua origem, o interesse econômico da utilização do solo e das águas do território, destacando-se a mentalidade do coronelismo, fazendo do povo dependentes e subordinados das elites locais.

Foi possível conhecer a causa da miserabilidade do povo saltense, quando os fazendeiros passaram da agricultura para o agronegócio, provocando o êxodo rural e o inchaço da pequena cidade mineira, que não teve infraestrutura para acolhê-los. Com isso, percebeu-se a importância do rio Jequitinhonha para os miseráveis do município, rio este que foi explorado como fonte de vida por essa população. A ação pastoral das irmãs dominicanas vai ao encontro da vida do povo saltense que luta dia a dia pela sobrevivência.

Por fim, por meio desse histórico, mapeou-se o processo da ação pastoral das religiosas, principalmente a formação do GADDH e da ASCCOM, que originou a Rádio Comunitária “A Voz do Povo”. No entanto, dois terços do tempo de presença das irmãs dominicanas em Salto da Divisa foi marcada pela luta defesa e proteção das riquezas naturais do município e pela indenização dos ribeirinhos frente à empresa construtora da barragem hidrelétrica de Itapebi, BA.

O segundo capítulo da dissertação foi um olhar cuidadoso sobre a ação pastoral das irmãs, analisando todos os elementos que constituíram o desenvolvimento dessa inserção.

A primeira parte desse capítulo verificou o perfil das pessoas que se envolveram no trabalho pastoral. O resultado do perfil dos ribeirinhos revelou uma população constituída de pessoas muito simples, analfabetas, envelhecidas, aquém da pobreza extrema. Constou-se o alto grau de violência contra a mulher e as crianças. Diante de tal realidade, foi criado o

Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos, o GADDH. Nesse sentido, o trabalho do GADDH foi se ampliando para o cuidado para com todas as dimensões humanas.

A ASSCOM foi outra instituição importante nessa ação pastoral, pois constituiu uma comissão popular para pensar a comunicação social em Salto da Divisa. Fruto dessa organização, surgiu a rádio comunitária “A Voz do Povo”. Esta nasceu com o objetivo de formar e informar a população saltense, principalmente os mais pobres, com o mérito de funcionamento dos próprios cidadãos. Sem dúvida, a rádio fortificou ainda mais todas as iniciativas pastorais das irmãs junto ao povo. É importante ressaltar o trabalho de base que foi feito inicialmente pelas religiosas, isto é, as visitas às casas, aos grupos eclesiais de base e a associações de amigos de bairro, além das reflexões bíblicas que foram despertando a consciência crítica e a vivência comunitária dos ribeirinhos.

Por fim, a relação entre a população ribeirinha e o rio Jequitinhonha. O rio fez parte da vida do povo saltense, não só dos pobres, mas de toda a população. O peixe era vendido para a própria população; as lavadeiras serviam as famílias de melhores condições financeiras da cidade; as pedras e areias extraídas foram usadas para a construção local e as riquezas e as belezas do rio formavam o patrimônio histórico e turístico do município. Nesse sentido, o rio passou a ter um significado maior para a ação pastoral, porque a história do povo saltense está ligada diretamente a ele.

A segunda parte desse capítulo tratou da construção da hidrelétrica de Itapebi, BA, que gerou uma mobilização geral na cidade, seja pela luta de proteção e de preservação ambiental, seja pela luta por indenização dos atingidos. As irmãs desconfiaram da generosidade e dos benefícios que a barragem prometia trazer à cidade e descobriram as consequências maléficas que a formação do lago trizeria para Salto da Divisa, como a perda do Salto do Tombo da Fumaça e outras importantes belezas naturais do rio Jequitinhonha, além de centenas de casas que seriam tomadas pela água, a perda de trabalhos, o fim da comida e do lazer. Dado a urgência e gravidade da situação provocada pelo anúncio da construção da barragem, o trabalho pastoral das irmãs foi o de organizar os ribeirinhos para essa demanda.

Primeiramente, criou-se uma lei de preservação ambiental no município, e, com o mesmo material, tiveram apoio de deputados estaduais, conseguindo o tombamento como patrimônio histórico de Minas Gerais as cachoeiras do Tombo da Fumaça. No entanto, houve uma reação por parte da empresa construtora, que por meio de estratégias e *lobbies* derrubou as leis municipal e estadual. Houve uma grande mobilização dos ribeirinhos, apoiada por deputados estaduais e federais, para conseguir manter a lei de tombamento, mas o resultado de tudo foi a derrota dos ribeirinhos. Foram oito anos (de 1997 a 2005) de lutas incansáveis: reuniões, documentações, abaixo-assinados, viagens, visitas, etc. Algo imaginado aconteceu em Salto da Divisa. Pode-se notar por meio dos depoimentos muita união e organização.

Paralelamente em que eles lutavam para a preservação ambiental das riquezas naturais do município, estava em andamento o processo de indenização dos ribeirinhos que iriam perder suas casas, trabalhos, lazer, etc. Como estratégia de ação, formaram-se seis associações para reivindicar seus direitos: a dos pescadores, das lavadeiras, dos extratores de pedra e de areia, dos pedreiros, das lavadeiras e dos agricultores. Ora, no início dessa dissertação não se podia imaginar tal organização e união. Tudo se deve sim a um trabalho de formação de consciência crítica, adquirido pela ação pastoral das irmãs dominicanas.

O terceiro capítulo da dissertação foi uma leitura crítica da presença das irmãs dominicanas em Salto da Divisa. Muitos elementos nos levam a identificar a ação pastoral das irmãs com os documentos do Concílio Vaticano II e com a teologia latino-americana. A preocupação da comunidade religiosa com os dramas da comunidade local deu-nos indicativo da linha teológica assumida por elas. A preocupação com a formação crítica da comunidade, ensinado-a a ver a realidade, a julgar e a agir, também nos remete aos documentos conciliares sobre a pastoral na Igreja. Já a formação de pequenas comunidades eclesiais de base é uma característica latino-americana.

Percebeu-se também uma ligação harmoniosa entre a Igreja de Almenara e a ação das dominicanas. Também houve uma consonância da referida ação pastoral com as diretrizes da CNBB, em suas dimensões de serviço, anúncio, diálogo e testemunho e comunhão.

Enquanto comunidade local, houve um reconhecimento da comunidade religiosa como presença da Igreja. As críticas às irmãs foram muito mais pela postura ou pela tomada de partido pelos mais pobres do que uma negação de sua consagração a Deus. Nesse sentido, a comunidade cristã saltense se fortaleceu enquanto Igreja de Cristo. O bom êxodo da ação pastoral em Salto da Divisa se deu pela coerência da missão.

As informações colhidas e registradas sobre o trabalho das irmãs mostram que houve uma real inserção nos meios populares. É possível visualizar e contabilizar ações realizadas pela comunidade local que demonstram uma transformação social sob o protagonismo dos mais pobres e marginalizados de Salto da Divisa. Em doze anos de presença no município, nas palavras de irmã Rosa, “houve uma cidade antes das irmãs e uma cidade depois delas”.

Capítulo I – Breve histórico da inserção das irmãs dominicanas em Salto da Divisa, MG.

Este capítulo narra o breve histórico da inserção **das irmãs dominicanas** em Salto da Divisa: desde sua implantação em 26 de janeiro de 1993, até término, em 28 de dezembro de 2005. Fizeram parte dessa experiência de inserção cinco irmãs⁵ dominicanas, que permaneceram aí durante doze anos. O término dessa experiência pastoral se deu por vários motivos: número reduzido de religiosas na congregação, outras frentes de trabalho pastoral, a diminuição dos membros da comunidade religiosa inserida em Salto da Divisa, pois uma das irmãs foi eleita superior provincial e teve de deixar o local, o que impossibilitou a permanência da comunidade religiosa. A primeira comunidade religiosa em Salto da Divisa contou com a presença das seguintes irmãs: Teresinha, Solange e Geralda (carinhosamente chamada pelo apelido de Geraldinha). A descrição da trajetória da ação pastoral das irmãs segue de perto a linha cronológica, o antes da inserção, a chegada das irmãs, e os passos iniciais do trabalho pastoral que poderia ser chamado de conhecimento da realidade saltense: os dramas, as alegrias e a recepção das propostas das religiosas por parte da comunidade local.

⁵Irmã Teresinha de Jesus Reis chegou à cidade de Salto da Divisa em 26 de janeiro de 1993 e ficou até o 1º de janeiro de 2000; irmã Solange de Fátima Damião chegou à cidade em 26 de janeiro de 1993, e foi como missionária para África no dia 15 de janeiro de 1997; irmã Geralda Magela da Fonseca, ao chegar em Salto da Divisa em 26 de janeiro de 1993 era ainda juniora, ou seja, tinha votos simples, vindo a professar os votos perpétuos no dia 4 de março de 1995, ficando na cidade saltense até 28 de dezembro de 2005; irmã Rosa Maria Barbosa chegou na comunidade dia 28 de agosto de 1994 e saiu no dia 28 de fevereiro de 2005; irmã Jane Cristina Coelho compôs a comunidade no dia 5 de setembro de 1998 e sua saída se deu em dezembro de 2001.

1.1 Definição do termo inserção

Segundo etimologia, o prefixo *In* indica penetração, enraizamento, introdução e aprofundamento. Inserir-se, segundo o dicionário Houaiss, no modo pronominal significa: introduzir-se e permanecer firme; implantar-se, fixar-se⁶.

No início da colonização de nosso continente, os missionários permaneciam nas tribos indígenas a fim de conhecer os costumes, aprender suas línguas para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II, no decreto *Ad Gentes*, fala de dois bilhões de pessoas que não ouviram ainda a mensagem de Jesus Cristo e convoca a Igreja para “inserir-se” nessa realidade:

A Igreja, a fim de poder oferecer a todos o mistério de salvação e a vida trazida por Deus, deve inserir-se em todos esses agrupamentos, impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na Encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu⁷.

A Conferência de Puebla, referindo-se ao tema e analisando a miséria do povo latino-americano pede uma nova postura da Igreja frente a tal realidade:

Isso tem levado à revisão das obras tradicionais, para melhor responder às exigências da evangelização. Igualmente, deitou-se uma luz mais clara sobre a relação dos religiosos com a pobreza dos marginalizados, que já não supõe somente o desprendimento interior e a austeridade comunitária, mas também a solidariedade, a partilha e, em certos casos, convivência com o pobre⁸.

O documento exige comprometimento dos religiosos: “Incentivar os religiosos para que assumam um compromisso preferencial pelos pobres...⁹”. Segundo Galilea, a atividade de inserção nos meios populares vem adquirindo crescente importância tanto na reflexão teológica quanto na pastoral:

Diante dos desafios da crescente secularização e descristianização das sociedades, e pelo aparecimento de grandes maiorias pobres e marginalizados, a missão tem necessitado acentuar a dimensão de diálogo, de testemunho, de serviço e de busca dos mais pobres e abandonados, as ovelhas sem pastor (Mc 6,34). Isso exige, portanto, a inserção da comunidade apostólica nesse meio, pois não se evangeliza nem se redime o que não se assume em Cristo e o que não se compartilha como condição humana¹⁰.

⁶ HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁷ Cf. *Ad Gentes*. nº 10, p. 447.

⁸ III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, *Puebla*, nº 734, p. 210.

⁹ Idem, nº 763, c, p. 215.

¹⁰ Cf. GALILEA, Segundo. *Inserção na vida de Jesus e na Missão*. p. 7.

Inserir-se significa para a vida religiosa, sair do convento para ir ao “mundo do outro”, em outras palavras, é sair de si para conhecer o outro, condição para assumir sua história. Quanto mais diferente é a vida e a cultura do outro, tanto mais exigente e radical é a inserção. “Assim, a inserção típica ocorre entre os mais pobres e oprimidos, entre as minorias culturais, entre os não-cristãos e descristianizados; enfim, entre as formas mais fortes de miséria humana¹¹”.

O decreto *Ad Gentes* coloca Cristo encarnado como modelo de inserção no meio do povo:

... E assim como Cristo percorria todas as cidades e aldeias, curando todas as doenças e todas as enfermidades, proclamando o advento do reino de Deus, do mesmo modo a Igreja, por meio de seus filhos, estabelece relações com os homens de qualquer condição, de modo especial com os pobres e aflitos, e de bom grado por eles gasta as forças¹².

Deste modo, as irmãs dominicanas da Congregação Romana de São Domingos decidem viver a experiência de inserção nos meios populares, experiência geradora de um novo espírito eclesial, e por isso, digna de ser pesquisada.

1.2 Congregação das irmãs Dominicanas: enfoques históricos.

A Congregação Romana de São Domingos à qual pertencem as irmãs de Salto da Divisa, tem sua origem na união de **cinco** pequenas congregações dominicanas francesas: as irmãs dominicanas da Santíssima Trindade (*Chalon-sur-Saône*), de 1621 (que, por sua vez, foi fruto da união de três comunidades monacais: Prouilhe, de 1206; Avignon, de 1347, e Dijon, de 1612); Dominicanas de Santo Tomás de Aquino (*Bar-le-Duc*), fundada em 1829; Dominicanas do Santíssimo Rosário (*Sèvres-Montlignon*), de 1852; Irmãs de São Domingos (*Nanci-Mortefontaine*), 1853; e as Irmãs do Sagrado Coração (*Casteau-Hardinghen*), de 1876. O decreto autorizando o surgimento da nova congregação com carisma dominicano¹³ data de 09 de dezembro de 1959, assim definindo:

Como irmãs “livres sob a graça”, participamos de sua missão: manifestar e proclamar, por nossa vida e

¹¹ Idem, p. 8.

¹² *Ad Gentes*, nº 12, p. 449.

¹³ Ordem religiosa fundada em 1170, na Espanha por Domingos de Gusmão, cujo carisma é a pregação.

nossa palavra, ao redor de nós e até as extremidades do mundo, a misericórdia de Deus, a libertação e a reconciliação de todos os homens em Jesus Cristo. Diversas são as expressões desta missão através dos vários engajamentos, mas o objetivo é o mesmo¹⁴.

A Constituição ou as normas que regem a vida das irmãs, pede que elas ouçam o clamor angustiado do povo por justiça, paz e liberdade, e que sejam presença marcante junto aos homens num único olhar de fé, esperança e amor¹⁵. É para a salvação das almas que se consagra o carisma dominicano.

Na carta espiritual da unificação canônica das irmãs, aparece bem clara a proposta de seguimento de Jesus Cristo no meio do povo. A inserção das irmãs nas atividades pastorais das dioceses e paróquias, em união com a hierarquia da Igreja, com os religiosos e leigos, ressalta um estilo de vida evangélico, simples, verdadeiro e adaptado ao espírito do nosso tempo. Graças a essa compreensão pastoral da vida religiosa, a congregação vem se renovando constantemente no trabalho apostólico, sendo criativa e profética.

1. 3 Presença das irmãs dominicanas no Brasil

Em 1903, chegaram as primeiras irmãs dominicanas em Belo Horizonte. Hoje, elas estão presentes nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Concílio Ecumênico Vaticano II e as Conferências do episcopado latino-americano de Medellín e Puebla deram novo impulso à ação da Igreja junto ao povo pobre o que provocou releituras a respeito da opção pastoral da vida religiosa. As irmãs dominicanas foram provocadas para repensar seus trabalhos em grandes colégios¹⁶ e a iniciar várias experiências de inserção nos meios populares. Fundaram várias comunidades inseridas: na diocese de Itabira, MG; em Volta Redonda, RJ; na periferia de Poços de Caldas, MG; no bairro Salgado Filho, em Belo Horizonte e, por último, em Salto da Divisa, MG, presença que

¹⁴ Constituição da Congregação Romana de São Domingos, p. 4.

¹⁵ Idem, p. 4.

¹⁶ A partir de 1968 as irmãs dominicanas deixaram vários colégios para se inserir nos meios populares: o Colégio Santa Maria de Belo Horizonte foi doado para a Arquidiocese local; o Colégio São Jerônimo, de S. Jerônimo, RS, foi assumido pela Sociedade S. Jeronimense (Entidade sob a responsabilidade da Prefeitura); o Colégio Santa Rosa de Lima de Porto Alegre foi assumido por um grupo de pais e professores; a Escola de Ensino Fundamental de Brasília foi fechada e vendida e no local passou a funcionar o CENFI - Centro de Formação Intercultural para Missionários; o Colégio São Domingos de Poços de Caldas, MG, passou para uma entidade de ensino de Araraquara, SP; fechou o Centro Social Feminino, Botafogo, RJ; em 2006, no último capítulo, a congregação decidiu passar para o MST-MG, com contrato de comodato, a Escola Promocional do bairro do Barreiro da cidade de Belo Horizonte. O MST vai implantar nesta casa um Centro de Educação Popular.

é objeto de nosso trabalho. Percebemos que as irmãs foram redefinindo sua missão na Igreja do Brasil.

As irmãs assumiram com empenho as orientações eclesiológicas da América latina. Deixaram as estruturas que lhes davam seguranças, principalmente financeira, para inserir-se no meio do povo pobre e sofrido. Leonardo Boff expressa que a evangelização da vida religiosa deveria ser algo mais criativo e profético, de captação dos sinais dos tempos e de uma tradução do Evangelho mais adequada à mentalidade do homem situado. Isso, porém, não se faz sem riscos, sem fantasia, sem liberdade face ao institucional¹⁷. As irmãs sempre tiveram uma ação pastoral no ambiente, mas sem deixar as escolas. O novo projeto pastoral exigiu uma mudança radical, viver no meio dos pobres como pobres segundo a iluminação da opção fundamental pelos pobres¹⁸. Irmã Rosa ressalta que no início do projeto, as novas experiências pastorais foram difíceis para muitas irmãs, principalmente para as mais idosas, pois estavam habituadas a trabalhar em escolas¹⁹.

1.4 Critérios para inserir-se no meio popular

O objetivo central da comunidade religiosa inserida nos meios populares é anunciar a Boa Nova do Reino de Deus, de forma inculturada, testemunhar Jesus Cristo pelo serviço e diálogo com os mais necessitados. Questionada sobre a ação pastoral que pretendia realizar, irmã Rosa relatou que o primeiro objetivo era o de ser presença solidária junto aos pobres, ser sinal de esperança, ajudar as pessoas a descobrir Jesus Cristo e mostrar que Ele tem uma proposta de vida e salvação para todos os homens e mulheres. O objetivo é que o povo faça uma caminhada de fé. Numa máxima, a vida religiosa por seu proceder é convocada, por meio de suas obras, a viver para, com e como pobre²⁰. Recordando mais uma vez Leonardo Boff, ele nos diz que o religioso vai descobrir o Evangelho presente nos homens, porque estes estão sempre sendo visitados pelo Espírito Santo e pelo Cristo ressuscitado²¹. Irmã Teresinha resume em qual realidade inserir-se: em um lugar pobre.

¹⁷ Cf. BOFF, Leonardo. *A vida religiosa e a Igreja no processo de libertação*, p. 53.

¹⁸ Nos referimos ao conteúdo da 2ª e 3ª Conferências Episcopais Latino-americana no qual os bispos, como pastores da Igreja Latina, fazem a opção preferencial aos pobres. Cf. Medellín: nº 9, p. 199; Puebla: 382, 707, 733, 769, 1134, 1217...

¹⁹ BARBOSA, Rosa Maria. São Paulo, 05 de maio de 2006.

²⁰ Cf. BOFF, Leonardo. *A vida religiosa e a Igreja no processo de libertação*, p. 45.

²¹ Idem, p. 53.

1.5 Comunidade inserida em Salto da Divisa

Antes de chegar a Salto da Divisa, as irmãs pesquisaram onde inserir-se, como relata irmã Teresinha: “visitamos vários lugares que poderiam se identificar com o estilo de trabalho nosso, entre eles São Paulo, no vale do Ribeira, SP, principalmente a diocese de Registro, Minas Gerais, a diocese de Almenara, nordeste do estado”²². A esse respeito também relata irmã Solange que a escolha de Salto da Divisa foi obra da mão de Deus, pois visitaram muitas outras cidades da região, como Bandeira, Santo Antonio do Jacinto e Mata Verde. Esta última cidade seria onde morariam. Todavia, elas foram para um lugar que não visitaram e do qual não conheciam sequer o nome. Irmã Rosa diz que não sabia onde ficava no mapa, pois o município não era conhecido. Foi algo atípico a ida para lá, porém foi ali que se iniciou mais uma inserção popular das irmãs dominicanas.

A CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) de Belo Horizonte foi fundamental para a escolha da diocese de Almenara. Na época, o bispo local manifestou a necessidade de missionários em sua diocese, pois estava carente de padres, missionários e missionárias para assistir o rebanho de Deus. A escolha da cidade de Salto da Divisa, apesar de tantas pesquisas, acabou sendo uma comunhão de boas intenções.

2. Salto da Divisa : formação histórica/geográfica

2.1 Elementos históricos de sua formação

Salto da Divisa fica a nordeste do estado de Minas Gerais, a 854 quilômetros de Belo Horizonte. Faz fronteira com o estado da Bahia. Pertence à diocese de Almenara, e fica na região do semi-árido mineiro, uma das mais pobres do Brasil. Banhada pela margem direita do rio Jequitinhonha, que corre em direção a Bahia, desaguando no oceano Atlântico.

Em 1970, a população era de dez mil habitantes. Porém, no decorrer dos anos, a população de Salto da Divisa vem caindo, como mostrou o censo demográfico de 2004: 6261 habitantes o que, em proporção à extensão territorial de 948 quilômetros quadrados resulta numa densidade populacional de seis a sete pessoas por quilômetro quadrado.

²² Irmã Teresinha de Jesus Reis. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

Sua história remonta ao início da colonização portuguesa. Otelino Ferreira²³ conta que o vale do Jequitinhonha sofreu várias investidas de colonização. Primeiramente, pela corrida em demanda das pedras verdes e do ouro. Os portugueses chegaram até Diamantina, Serro e outras cidades mineiras pela navegação; avançou-se do litoral para o interior, por volta do ano 1804, época em que se instalou um quartel nessa região (que hoje é o município de Salto da Divisa), para garantir que os barcos tivessem condições de navegar, pois havia muitos ataques indígenas²⁴. Mas o processo não se deu somente por aí; houve também uma colonização do interior em direção ao litoral, com o esforço de ocupar a terra e reprimir a extração ilegal de pedras preciosas. O governo de Minas investiu na ocupação de seu território. Em 29 de setembro de 1811, instalou-se em São Miguel (hoje chamado de Arcanjo São Miguel) a 7ª Divisão Militar. Em 1813, o alferes Julião Fernandes Leão ocupou o quartel abandonado de São Sebastião do Salto Grande (antigo nome da cidade de Salto da Divisa). Julião Fernandes Leão abriu uma estrada entre São Sebastião do Salto Grande e o povoado de São Miguel²⁵. Nessa localidade, havia um trecho encachoeirado do rio Jequitinhonha, que devido a isso tinha de parar ali, desembarcar as cargas e retomar rio a cima, o que possibilitou à cidade se tornar um centro comercial, atraindo pessoas²⁶. No entanto, a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas pelo vale do Mucuri, em direção a Teófilo Otoni, reduziu a navegação pelo Araçuaí, ligado ao rio Jequitinhonha, sobretudo no tocante ao transporte de sal, tecidos e cereais para todo o nordeste de Minas Gerais, começando a diminuir a navegação, o que causou prejuízos enormes para a região do Jequitinhonha²⁷.

Otelino Ferreira cita que no ano de 1876, a família do coronel Carlos da Cunha Peixoto²⁸ comprou e registrou em cartório de Araçuaí a grande Fazenda Santa Ana, que abrange toda a região de Salto da Divisa. Com a decadência da navegação, já no início do século XX, iniciou-se a atividade das grandes fazendas de gado, substituindo a agricultura.

Em 1949, o pequeno distrito pertencente à cidade de Jequitinhonha, e depois à cidade de Jacinto, passou a ser município. Nessa época, foi mudado seu nome de São Sebastião do

²³ SOL, Otelino Ferreira. *Salto da Divisa e outras considerações* em homenagem a Orozimbo da Cunha Peixoto, primeiro prefeito de Salto da Divisa, no ano de 1981.

²⁴ Idem, p. 15.

²⁵ Idem, p. 16.

²⁶ Idem, p. 17.

²⁷ Idem, p. 27.

²⁸ Idem, p.21-22. Coronel Cunha Peixoto foi imigrante português, chegando ao Brasil na época da corrida do ouro com mais dois irmãos. Instalou-se na região nordeste de Minas Gerais se casando com d. Francisca Rosa Soarez e comprou anos mais tarde a grande fazenda Santa Ana, local da atual cidade de Salto da Divisa.

Salto Grande para Salto da Divisa. O primeiro prefeito oficial da cidade foi o coronel Orozimbo Cunha Peixoto²⁹.

2.2 Formação do povo saltense

Havia na região uma comunidade indígena da tribo dos botocudos, que foi, em sua maioria, exterminada pelos portugueses e depois pelos fazendeiros mineiros, chamados de coronéis, que buscavam a conquista das terras do Estado. A esse respeito, irmã Rosa diz que os traços indígenas são comuns na cidade. Podemos falar de uma população mista, mas com predominância indígena.

Sobre o extermínio dos indígenas locais, que eram considerados selvagens e sem alma, Rafael Souza escreve que os verdadeiros brutos nunca foram os índios, mas os brancos, verificando-se que Salto da Divisa foi marcada por uma história sangrenta³⁰.

Os sobreviventes desse extermínio criaram uma dependência muito grande dos fazendeiros, em questões de trabalho, moradia, alimentação, vestuário... Enfim, não tinham nenhuma perspectiva de vida, e constata-se que tal dependência passou de geração para geração. Criou-se uma consciência de subordinação para com os fazendeiros, o que levou a população a como que agradecer as migalhas que comia como se fossem obra de caridade.

Salto da Divisa foi marcada pelo sofrimento de seus habitantes, piorado com o aumento das grandes fazendas de gado. A grande maioria da população urbana da cidade de Salto da Divisa de hoje origina-se da expulsão forçada ou “amigável” das terras tituladas pelos grandes latifundiários, entre os anos 1970 a 1990, décadas nas quais começou a desaparecer o agrego, isto é, o uso partilhado da terra, dando lugar ao uso exclusivo das terras, para pastos ou comercialização³¹.

É aqui que entra o trabalho das irmãs: recuperar a auto-estima dos habitantes. As irmãs tiveram de dar, a essas pessoas sofridas e marginalizadas, elementos para que pudessem acreditar em si mesmas, vislumbrar uma nova perspectiva e ter esperança numa mudança de vida.

Irmã Rosa relata o processo de expulsão na região:

²⁹ Idem, p 11. Coronel Orozimbo Cunha Peixoto, filho do coronel Carlos Cunha Peixoto, teve grande influência na política mineira, sendo muito conhecido e respeitado pela maioria dos políticos de sua época.

³⁰ Cf. SANTOS, Rafael Souza. *O Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

³¹ Cf. RIBEIRO, Eduardo M. *Lembranças da terra: história do Mucuri e Jequitinhonha*. p. 35.

Tem relatos de família que teve seus barracos queimados, e não só relato, mas eu visitei famílias que estavam proibidas de consertar o barraco, pois elas iam sendo expulsas de várias maneiras. Por exemplo, quando o filho crescia, ou a filha, eles não podiam arrumar um companheiro ou uma companheira e continuar na roça. Eles tinham que sair. Se o barraco começasse a cair, não podiam trocar um pau do barraco, não podiam criar animais, não podia fazer nada. Eu presenciei um rapaz que estava fugindo da policia, o fazendeiro tinha chamado a policia da Bahia, tinham batido nele. Ele e a mulher tiveram que sair da terra, então, é dessa maneira que aconteceu o êxodo rural, e isso eu estou falando desse caso, mas existem outros casos nessa mesma situação em que a pessoa não podia plantar nada, e ela tinha que ir para a cidade³².

O vale do Jequitinhonha, promissor no transporte de mercadorias pelo rio Jequitinhonha e pelas terras férteis, passou a ser um vale de extrema pobreza e miséria, por dar lugar ao boi. Havia fazendas com mais de trezentas famílias, e todas tiveram de sair. As poucas famílias que permaneceram nas terras foram proibidas de plantar³³.

Dessa forma, justifica-se que nos últimos trinta anos a população de Salto da Divisa esteja cada vez mais diminuindo, afinal os mais jovens procuram os grandes centros, em busca de emprego e estudo. Hoje, a economia da cidade apresenta-se estagnada. A fonte de emprego não atinge um quarto da mão de obra ativa. Cerca de dez por cento das famílias dependem de cestas básicas, de recursos de projetos paliativos e eleitoreiros dos governos municipais³⁴. As famílias sempre esperam a próxima eleição, na expectativa de alguma evolução, mas a esperança se esvai a cada início de governo.

2.3 Do vale da fartura para o vale da miséria

Escreve Pe. Mário Marius no livro Tombo Paroquial no ano de 1975: “Hoje, saí para fazer visitas nas casas. Visitei 23 casas. Constatei que 10% das famílias viviam malmente e o restante vegetava³⁵”. Expressão que relata a época em que se iniciou o êxodo rural devido à expulsão dos trabalhadores rurais das fazendas.

Nas fazendas, as famílias plantavam, colhiam e viviam do produto da terra. Notam que o vale do Jequitinhonha tem uma terra muito fértil, e ali a agricultura se desenvolve muito bem. Os habitantes viviam no campo, não tinham problemas com alimentação. O povo chamava a região de “vale da fartura” naquele tempo.

³² BARBOSA, Rosa Maria. São Paulo, 05 de maio de 2006.

³³ Cf. BARBOSA, Rosa Maria. *Processo de negociação entre população ribeirinha e empresa Hidrelétrica*. p. 18-19.

³⁴ Idem. p. 20.

³⁵ Pe. Mário Marius, Livro Tombo, nº 3, pg. 18. Paróquia São Sebastião, Diocese de Almenara, MG, Salto da Divisa, MG, 1975.

O “vale da fartura”, rico para a agricultura, foi transformado num descampado com o mínimo de moradores para a manutenção da pecuária extensiva. Onde moravam centenas de famílias, ficou somente uma pessoa para cuidar de mais de mil bois do coronel.

A expressão “vale da miséria” surgiu quando o povo foi expulso das fazendas, indo parar na cidade, sem perspectiva alguma de sobrevivência. Havia muitas promessas dos fazendeiros e políticos, mas nada aconteceu. Chegando à cidade, o povo não teve meios para sobreviver, pois não havia trabalho, as indústrias eram insuficientes e o comércio não atendia a tantas pessoas (era suficiente para atender somente a demanda da população). Restou explorar o rio Jequitinhonha: a lavagem de roupa, a pesca, a extração de areia e de rochas para construção.

Constata-se que o povo saltense sempre sofreu as conseqüências da colonização portuguesa e também do interesse do estado mineiro em explorar seu território para proteger suas riquezas, gerando muita miséria e morte. Por último, sofreu com a ganância dos grandes fazendeiros, criadores de bovinos, que exigiram o uso exclusivo da terra.

2.4 O Rio Jequitinhonha, sua importância para o povo saltense

Quando se fala de Salto da Divisa não se pode esquecer o rio Jequitinhonha, que banha todo seu o território. Para a ação pastoral das irmãs dominicanas, ele será alvo de reflexão e ação em prol da população carente. Em entrevista com o povo saltense, vamos percebendo que o rio Jequitinhonha é muito mais que um canal de água natural, mais ou menos torrencial, que corre de uma parte mais elevada para uma mais baixa, a desaguar no mar. É um ente que faz parte da vida de cada indivíduo saltense, desde seu nascimento. De sua cachoeira, bem às margens da cidade, brotava a música que todos os saltenses não se cansavam de ouvir.

A população de Salto da Divisa dependia do rio para sobreviver, como descreve o breve comentário do senhor Elizaldo Gonçalves: “O rio tinha muitas praias, as crianças jogavam bola, eu mesmo na minha infância joguei muita bola ali. A minha mãe ia pra lá e lavava roupa, lavava prato, ganhava o dinheiro lavando roupa no rio, lavando trouxa pros outros³⁶”.

Vários grupos específicos que se formaram à margem do rio: as lavadeiras de roupa, os pescadores, os pedreiros e os extratores de pedra e areia. Estes se organizarão em

³⁶ GONÇALVES, Elizaldo. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

associações, a partir do anúncio da construção de uma barragem na cidade de Itapebi, BA. Irmã Rosa acrescenta que as pessoas viviam numa liberdade muito grande, sendo sustentadas pelo rio. Quando acabava o alimento, iam até o rio buscá-lo. Dona Jovecilia, lavadeira, resumi assim a importância do rio: “Vida, saúde, porque principalmente a gente sobrevivia daquilo ali, então tirava o pão de cada dia dali, da beira do rio³⁷”.

2.5 A ideologia dos coronéis

Uma forma de manter o controle sobre as pessoas, mesmo fora das fazendas, era garantir a administração da cidade. Deste modo, nos relatos temos o voto de cabresto. Os fazendeiros tinham a posse do título de eleitor dos trabalhadores, e determinavam em quem deveriam votar, definindo quem ganharia a eleição. Tal realidade veio a mudar na última eleição (2004), com a presença das irmãs, que difundiram a lei 9040 contra a corrupção eleitoral. Os próprios fazendeiros assumiram esse discurso contra a corrupção, mas também o povo já estava conscientizado de sua missão como cidadãos.

Quem são as famílias que mandam na cidade, ainda hoje? Os pobres não têm dúvida disso e dizem abertamente:

As famílias Cunha Peixoto e Pimenta. São duas famílias que mantêm o poder da terra e o poder político em Salto da Divisa. E hoje as famílias já estão misturadas, membros dessas famílias já se casaram entre si, mas existe divisão dentro da própria família. Tem um grupo que é mais maleável e flexível do que o outro grupo, que é mais rígido e mais ditador, que é a família Cunha Peixoto. E mesmo na origem dessas famílias já havia parentesco. Com isso, praticamente uma família tem o controle de toda situação³⁸.

3 Chegada e início do trabalho pastoral com os pobres

3.1 A instalação em Salto da Divisa

³⁷ J ESUS, Jovecilia Maria de. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

³⁸ GONÇALVES, Elizaldo. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

As irmãs dominicanas, chegando a Salto da Divisa, foram morar na casa paroquial com o Pe. Mário Márius, presbítero da Congregação do Verbo Divino, experiência que não deu muito certo. Uma semana depois, elas alugaram uma pequena casinha no bairro Ypê. Uma última mudança se deu três meses depois, para a praça Natalino Peixoto. Essa foi uma aquisição da própria congregação das irmãs, o que veio dar estabilidade à ação pastoral junto ao povo saltense. A comunidade religiosa foi batizada como “Comunidade São Martinho”.

A curiosidade dos vizinhos foi a primeira forma de contato: queriam saber como as irmãs poderiam ajudá-los, se elas não tinham sequer casa para morar. As religiosas chegaram a Salto da Divisa somente com a roupa do corpo, duas panelas e três pratos.

Apesar de toda a pobreza e dificuldade, existia a certeza de que queriam morar ali. Tinham a consciência que viveriam ali inseridas e realizariam sua missão junto ao povo. Elas queriam um local humilde, uma diocese sensível à causa dos pobres. Queriam implantar Cebbs, mas antes precisavam conhecer melhor a realidade.

3.2 A comunidade São Martinho

a) Organização interna

Uma realidade nova e o desejo de se doar totalmente ao Evangelho, inseridas naquele local. Como fazer para não se perder no ativismo e se tornar um poço seco? Desde o início, as irmãs se preocuparam com isso. Nos projetos anuais que faziam, ficou claro o quanto se preocuparam com a dimensão da mística e da oração, do estudo comunitário e pessoal, e com a estratégia de conhecimento da realidade.

Era necessário ter uma oração encarnada na realidade: por isso, havia a leitura diária da Palavra de Deus, pessoal e comunitariamente; partilha de fé e de vida; a participação na Eucaristia ocorria três vezes na semana (às terças e quintas-feiras e aos domingos); toda semana celebravam a memória de São Domingos e estudavam as constituições da congregação; finalmente, faziam um retiro mensal.

b) comunidade religiosa: vida fraterna,

A vida fraterna era orientada pela constituição da congregação. As irmãs colaboravam umas com as outras na missão e nos afazeres; apoiavam umas as outras em suas dificuldades, participando de suas tristezas e alegrias; assumiam as conseqüências da missão; respeitavam a autonomia e a liberdade que cabe a cada uma; tomavam juntas as decisões; às segundas-feiras, pela manhã, encontravam-se em capítulo da comunidade religiosa. No entanto, o ponto forte da vida fraterna era o acolhimento das pessoas que chegavam a casa; atenção ao serviço fraterno, ajuda mútua, delicadeza, diálogo, partilha de vida e interesse por tudo que se referia à vida comum, eram as marcas daquela comunidade religiosa.

3.3 Conhecendo a realidade

A princípio, e com o intuito de mais se aproximarem da realidade, as irmãs ficaram um longo tempo ouvindo as pessoas. Acreditavam no povo como sujeito da história e da própria libertação. Irmã Solange fala que passaram um ano visitando as famílias e estudando o lugar. Conheceram a miséria, o clamor, a angústia, a história e os sonhos daquela gente.

Por meio dessa escuta, constataram a existência do regime de escravidão ao qual muitos trabalhadores estavam submetidos; puderam ver os dramas advindos da concentração da terra e do poder econômico e político, da fome, da miséria, da doença, do desemprego; o drama do desprezo às crianças, aos velhos e aos doentes.

Irmã Teresinha relata que a pobreza era extrema, o problema do alcoolismo muito grande, além dos problemas de violência familiar, desnutrição infantil, ignorância religiosa e muita exploração do trabalho (pela falta de emprego). Desde quando chegaram a Salto da Divisa, enfrentaram muitos desafios, rejeição dos coronéis e dos latifundiários, mas lentamente a classe pobre foi se abrindo e confiando nas dominicanas.

O povo vivia conformado com sua situação. “Deus quis assim! Deus quis mais um anjinho no céu!” Depois, as pessoas foram compreendendo que o Deus de Jesus propõe algo diferente ao homem: quer que o homem viva bem. Assim descobriram que a morte precoce tem uma causa econômica, política e social, e foram tomando consciência de que Deus

Pai/Mãe, está sempre do lado dos pobres. E começaram a mudar de atitude frente a sua situação de miséria.

Os conflitos de hoje são bem diferentes daqueles que ocorriam quando as irmãs chegaram à cidade. Permanece a determinação entre o povo organizado e a multinacional Itapebi, que expropriou da população parte dos bens necessários à vida como as terras ribeirinhas, a pesca, as rochas e a areia, que eram fonte de renda para os pobres, bem como o espaço de ganha pão das mulheres, que lavando roupa para as senhoras da cidade ganhavam o pão dos filhos.

4 A ação pastoral: explicitação

4.1 Os primeiros passos na ação pastoral

A partir do conhecimento da realidade sócio-econômico-religiosa de Salto da Divisa, e tendo consciência da grandeza do trabalho, as irmãs iniciaram suas atividades pastorais. Tinham como meta desenvolver um trabalho de base, e o fizeram. Começaram com reuniões de pequenos grupos nos bairros: reflexões bíblicas nas casas e animação litúrgica na igreja paroquial. Formaram pequenas comunidades de base e, em seguida, as associações de moradores. Tudo para favorecer a formação de lideranças, em nível local, diocesano e regional. Queriam propor a luta pela justiça e pela paz na cidade, proclamando a liberdade do povo em todas as dimensões humanas.

Irmã Solange diz que o projeto pastoral foi sendo construído com o povo. Pessoas simples, analfabetas, sem moradia, sem terra, dependentes dos grandes latifundiários e presos por um cabresto. Assim, os diversos grupos pastorais foram abraçando uma oportunidade diferente de refletir e celebrar a vida sofrida. Irmã Teresinha fala que começaram a marcar reuniões nas comunidades, na escola pública em que ela já estava lecionando.

Apesar disso, as religiosas relatam a dificuldade do trabalho pastoral, porque as pessoas nunca tiveram a oportunidade de sair de Salto da Divisa e não conheciam outras realidades, que poderiam abrir novas perspectivas de vida. A solução foi sempre manter a esperança como caminho para a liberdade. Houve pessoas que fizeram todo processo de conscientização, mas, depois de todo o caminho percorrido, voltaram atrás.

O trabalho na comunidade do bairro Ypê marcou o início da ação pastoral, principalmente com a Campanha da Fraternidade de 1994, com o tema: *Mestre, Onde Moras?* Irmã Teresinha e algumas mulheres começaram a fabricar tijolos para melhorar a moradia da população carente, que vivia sob lonas, ou tinha somente partes das paredes da casa, que poderiam cair sobre toda a família. Com jegues, buscavam barro no rio e fabricavam tijolos. Aos poucos, apareceram os homens, que começaram a levantar as primeiras casas, tendo construído duzentas casas construídas em seis anos de trabalho. Relatam as irmãs que a população de Salto da Divisa era de 6.200 habitantes, e trabalhavam todo final de semana mais de 120 pessoas. Construíram também o centro comunitário, fortalecendo os pequenos grupos de base.

A notícia da construção da barragem de Itapebi, BA, veio a fortalecer a organização do povo. Os que estavam no movimento de moradia e os que estavam para perder tudo à margem do lago se uniram numa luta solidária sem precedente.

No planejamento anual das irmãs dominicanas de 1998, ressaltava-se ainda, diante do caminho já percorrido, que a missão da comunidade religiosa continuava sendo a formação das Cebes a partir da periferia. Fazer com que o povo fosse mais respeitado, que pensasse com a própria cabeça e andasse com as próprias pernas, enfim, que fosse protagonista de sua história. A proposta era construir junto condições para uma vida mais digna, portadora de sonhos e de esperanças.

As irmãs conseguiram ser presença solidária e sinal de esperança junto aos pobres, que puderam vislumbrar, por meio da ação organizada e da reflexão bíblica, a imagem de um outro Deus, não opressor, mas libertador.

4.2 Uma nova imagem de Deus

Na lógica dos fazendeiros, seriam eles agraciados por receber tantos benefícios, enquanto o povo era amaldiçoado em sua miséria. Assim, uma forma de reparar essa maldição era servir aos fazendeiros. Uma imagem de Deus contrária àquela de Jesus Cristo, que disse: “Eu vim para servir e não para ser servido” (Mc 10,45). Com o trabalho de reflexão bíblica das dominicanas, o povo foi percebendo um Deus próximo, cheio de amor, e não justiceiro e vingador. Os ricos, utilizando a imagem de Deus juiz e punidor, dominavam os mais pobres,

provocando, com essa linguagem, terror e constrangimento. Com isso, o povo sempre viveu numa situação de medo e passividade.

Para tirar a venda que cobria os olhos dos pobres e sofridos, era necessário uma nova visão de Deus. Nesse sentido, o estudo da Bíblia ajudou muito. Mostraram a experiência de libertação que o povo fez por meio de Moisés no Egito. Conseguiram, analogicamente, mostrar que eles poderiam fazer a mesma experiência. Na linguagem da irmã Solange, a partir da experiência do Deus que vê, do Deus que desce, que liberta e dá esperança, passamos a mostrar a eles que são gente, filhos e filhas do Deus da vida. Foi assim que o povo conseguiu unir forças, organizar comunidades, estudar a Bíblia.

O povo começou a trabalhar com a imagem de Deus do livro do Êxodo, que ouviu o clamor do oprimido e veio libertá-lo (cf. Ex 3,7). Estudaram muito os textos sobre a relação de Jesus Cristo com as mulheres, com os doentes e com os pobres. Textos como o da viúva e o juiz, da mulher encurvada, da samaritana, os Atos dos Apóstolos (em especial, seu capítulo 2, o retrato da comunidade ideal). Esses estudos mudaram a concepção de Deus do povo pobre e sofrido, e foi essa imagem de Deus que eles começaram a cultuar.

A Bíblia passou a ser o primeiro instrumento de conscientização e formação. As pessoas começaram a se identificar com o conteúdo dos textos. Aos poucos, com a reflexão bíblica, relatam as irmãs, tornou-se comum ouvir a expressão: “Isso somos nós”, ou “Nós estamos vivendo isso”. Quando estudavam a história de Abrão e de Moisés, eles diziam: “Nossa vida é isso, a busca de uma terra para trabalhar”. A partir daí começaram a se sentir queridas por Deus, que, perceberam, estava agora ao lado deles, escutando seus clamores por liberdade. Exclamam as irmãs: “Foi muito gostoso refletir a Bíblia com eles, pois eles faziam muito rapidamente a associação entre o texto bíblico e a vida deles”.

Esse tipo de trabalho elevou a auto-estima das pessoas e fez com que perdessem o medo de falar. Antes não falavam, pois perderiam seus empregos e seriam desprezadas pelos grandes e amigos, mas agora sua visão de vida era outra. Deus estava olhando para cada um que lutava pela libertação. Já faziam a reflexão envolvendo os faraós e os fazendeiros. “Quando os fazendeiros e políticos não nos ouvem, não nos ajudam, é porque eles são como os faraós, que estão nos seus palácios e interessados somente nos seus próprios negócios”.

As irmãs os ajudaram a perceber as contradições da sociedade. Assim, eles foram articulando suas vidas segundo a proposta de Deus na Bíblia.

4.3 Reação da cidade para com relação ao trabalho das irmãs

Os latifundiários logo perceberam na linha pastoral das irmãs, uma ameaça a seu *status quo*. Eles afirmavam que as eram irmãs do PT, e que todos deveriam ter cuidado ao se relacionar com elas. Diziam que elas estavam levando problemas para Salto da Divisa, que criariam divisão entre ricos e pobres, porque os trabalhadores queriam carteira assinada, não queriam mais votar no patrão, nem em seus candidatos.

O medo dos fazendeiros se justificava pela perda do domínio sobre o povo, mas também pelas reflexões que faziam sobre a reforma agrária, fim do trabalho escravo e luta por direitos trabalhistas.

A organização e conscientização passaram a ser percebidas através de vários conflitos que foram surgindo entre o povo e a elite da sociedade saltense. As domésticas começaram a reivindicar melhores salários, registro trabalhista e melhor assistência no trabalho junto à patroa. As mulheres que sofriam violência dos maridos começaram a denunciar as agressões na delegacia de polícia, o que provocou reação por parte dos maridos; muitas vezes elas voltassem para retirar o boletim de ocorrência. eles diziam: “você não vai mais para essas reuniões, pois você ficou diferente. Você não respondia para mim, e agora responde, eu batia sozinho e agora você quer bater em mim³⁹”. Irmã Rosa relata que houve muitas separações depois disso. Os trabalhadores rurais, que roçavam os pastos, descobriram que seu salário era uma miséria, e que estavam vivendo num regime de escravidão.

Irmã Solange aponta que os moradores foram adquirindo um compromisso maior com a dimensão comunitária. Os temas comunitários diziam respeito a todos e, por isso, não podiam ser ignorados. Na fala da religiosa mencionada, os saltenses não eram mais “pelegos”, mas companheiros uns dos outros. Mudou a atitude e a interpretação daquele povo frente ao que estava acontecendo até então, percebendo que a situação de pobreza não era um castigo ou vontade de Deus, mas vinha da falta de políticas públicas, que não existiam, ou melhor, que não era interessante que existissem.

As reações da classe dominante da cidade passaram a ser agressivas, duras e ameaçadoras, porque o povo estava conscientizado e não se calava mais diante das situações humilhantes. Já não tinha mais medo de ficar sem emprego. As pessoas participavam das comunidades e grupos que foram surgindo. A vida ficou dinâmica e interessante.

Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

Os pequenos grupos se fortaleceram e aumentaram. As reuniões tomaram tom de reflexões e reivindicações. O estudo da doutrina social da Igreja os ajudou muito na consciência do papel do cristão na sociedade. Eles tiveram palestras sobre cidadania, ética, mudança social, formação política, direitos humanos, teologia...

A comunidade foi se unindo cada vez mais nos mutirões para construção de casas, combate a mortalidade infantil, reforço escolar das crianças. Pessoas que sempre recebiam promessa de políticos agora construíam suas próprias casas. Foi um processo demorado, porém, gratificante, segundo o relato das religiosas. Aquelas pessoas que ficaram atreladas à ideologia latifundiária, para manter seu emprego e sustento, com o tempo deixaram a comunidade, abandonando a luta e caindo no comodismo diante das propostas de renovação que foram surgindo. Com a luta, cresceu a auto-estima do povo.

4.4 Os dramas comuns do povo saltense

Os aspectos de pobreza se refletiam em mais de noventa e cinco por centos da população. Já relatamos na página 25, num registro no livro tombo da paróquia de São Sebastião, de 1975, feito pelo pároco Pe Mário Marius, que 10% da população vivia “mais ou menos”, mas que noventa por centos vegetavam. Sem emprego, saúde, educação, terra... No relatório da comunidade São Martinho, de 1997, lemos que o índice de doenças causadas por alimentação insuficiente e inadequada, falta de saneamento básico e higiene, ou de informações sobre o corpo e o meio ambiente, era alarmante. As enfermidades mais comuns eram: erupções de pele, verminose, desidratação, bronco-pneumonia, hanseníase, tuberculose e transtornos mentais. Acrescenta o relatório que a evasão escolar, a repetência e o analfabetismo atingiam boa parte da população.

5. O despertar da ação

O grande impulso para a ação pastoral das irmãs dominicanas em Salto da Divisa foi o trabalho em mutirão para a construção das casas no bairro Ypê. A Campanha da Fraternidade de 1994, com o tema “Fraternidade e Moradia”, gerou muitas reflexões para um despertar sobre moradia digna, e fez o povo se organizar em mutirão para a construção comunitária das

casas. O trabalho conjunto durou seis anos, de 1995 até 2001. O atual pároco, frei Emílio, religioso capuchinho, assim se expressa sobre o bairro Ypê:

... A gente de fora não tem impressão de favela. Quando chega fica maravilhado. Pensei que era um bairro de classe alta, esse bairro. Essas casas quadradas, não davam a impressão de pobreza, onde pessoas que não têm trabalho, não têm terra, tem muita gente que vai embora, vai pra Eunápoles, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, e assim vai indo, em busca de vida, de trabalho.

Diante dos problemas sociais já elencados, as irmãs empreenderam outras ações, como a Pastoral da Criança, a fundação do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH) e a criação de uma associação de comunicação da cidade, a ASCCOM, que fundou a rádio comunitária “A Voz do Povo”. Tudo isso foram realidades concretas que ajudaram na formação e na conscientização do povo saltense, e colaborou na grande luta empreendida contra a barragem: a luta para proteger as cachoeiras e por indenização.

5.1 Pastoral da Criança: uma proposta para Salto da Divisa

Diante do drama das crianças e do alto índice de mortalidade infantil, irmã Geraldinha começou a preparar algumas mulheres para a Pastoral da Criança. Ela formou pessoalmente essas pessoas, integrando-as na dinâmica da Diocese. Foram realizados diversos encontros diocesanos e regionais, dando o respaldo formativo aos novos agentes.

A Pastoral da Criança incentivou o cultivo das hortas nas casas, para que se pudesse fazer a multi-mistura, alimento necessário para o combate à desnutrição. No salão comunitário da paróquia, iniciou-se o sistema de pesagem das crianças, acompanhando de perto seu desenvolvimento. Esse trabalho continua até hoje.

5.2 Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos

O GADDH foi criado para ajudar a conter a violência sofrida pelas mulheres e crianças. Este grupo de apoio e defesa dos direitos humanos vai ser fundamental para a nova história dos ribeirinhos de Salto da Divisa, porque ele irá ajudá-los e auxiliá-los nas horas cruciais de suas lutas.

O que nos chama a atenção é o seu caráter jurídico. Trata-se de um órgão reconhecido pelo Estado, pois fora devidamente registrado como um organismo oficial de defesa dos direitos humanos. Todas as assembleias e ações foram devidamente registradas em cartório. Esse aspecto deu respeito, seriedade e legitimidade ao trabalho de combate à violência. Destacamos que a criação do GADDH envolveu o trabalho de muitos leigos ligados à ação pastoral de base, vindo das associações de amigos de bairros e das Cebs, e que, passaram a exercer dentro da sociedade saltense um papel importante no combate à violência.

Segundo seu estatuto, no art 1º, o GADDH foi fundado aos 7 de dezembro de 1997, na cidade de Salto da Divisa, como pessoa jurídica de direito privado, filantrópico, de caráter educacional, cultural, promocional, de denúncia, de assessoria, de estudo, de pesquisa, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, tendo como sede e foro a Comarca de Jacinto (art. 2º).

O art. 14º fala da organização e do funcionamento dessa instituição. Assim, a Assembleia Geral é o foro maior de decisão; a Diretoria desempenha as funções executivas, cumprindo as determinações da Assembleia Geral; o Conselho Fiscal, finalmente, tem a obrigação de fiscalizar o movimento financeiro da instituição.

Seguindo o estatuto, a primeira diretoria foi eleita no dia 22 de fevereiro de 1998, tendo a seguinte composição: Presidente, Dalva Costa Donato; Vice-Presidente, Teresinha de Jesus Reis; 1º Secretário, Rosa Maria Barbosa; 2º Secretário, Agnaldo Afonso Figueiredo Pimenta; 1º Tesoureiro, Ivone Silva Santos; 2º Tesoureiro, Maria Souza Santos. O Conselho Fiscal ficou assim composto: Élio Amorim, Maria de Fátima Pereira, Maria de Lourdes Ribeiro de Souza, e os seus suplentes: José Ribeiro de Moura, Bernadete Costa Lima. Segundo o art. 15º, todos têm um mandato de 3 anos, tendo os membros da Diretoria direito a uma reeleição, segundo o art. 20º, parágrafo 2º.⁴⁰

A segunda Diretoria foi eleita aos 22 de fevereiro de 2000, e ficou assim composta: Presidente, Rosa Maria Barbosa; Vice-Presidente, Renato Soares; 1º Secretário, Maria de Fátima Pereira Santos; 2º Secretário, Edimilson Alves Santos; 1º Tesoureiro, Agnaldo Afonso Pimenta de Figueiredo; 2º Tesoureiro, Eliene Avelino dos Santos. E o Conselho Fiscal ficou assim constituído: Sueli Alves Lopes; Agnaldo Manoel dos Santos; Ugulino Xavier

⁴⁰ GADDH, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 22 de fevereiro de 1998, Livro 1, p. 1v.

Rodrigues. Seus respectivos suplentes: Sebastião Pinheiro Moura, Ademar Leôncio dos Santos.⁴¹

A terceira Diretoria foi eleita no dia 28 de abril de 2004, ficando assim composta: Presidente, Rosa Maria Barbosa; Vice-Presidente, Maria de Fátima Pereira do Santos; 1º Secretário, Marilene Araújo Carvalho; 2º Secretário, Anailza Ferreira Guimarães; 1º Tesoureiro, Edmilson Alves dos Santos; 2º Tesoureiro, Maiza Ferreira Lima. O Conselho fiscal foi composto pelos seguintes titulares: Maria Zenólia Silva Ferreira; Jovecilia Maria de Jesus; Reinaldo Oliveira. Seus Suplentes: José Aparecido Alves; Efigênia Batista dos Santos⁴².

A origem do GADDH foi os constantes casos de abusos as mulheres que eram constantemente espancadas e ameaçadas de morte por seus maridos. Também pelos inúmeros casos de abusos sexuais em menores que, em muitas vezes estes eram esquecidos pelas autoridades, ou, simplesmente não tomavam providencia alguma sobre a situação. Essa iniciativa da comunidade saltense mudou o cotidiano e o comportamento das pessoas, como veremos no capítulo posterior.

5.3 Rádio Comunitária “A Voz do Povo”

A idéia da rádio comunitária surgiu do estudo preparatório à III Semana Social Brasileira, promovida pela CNBB, em 1998. Dessa discussão, foi criada a Associação Comunitária de Comunicação de Salto da Divisa (ASCCOM), entre várias associações presentes na reunião.

A primeira diretoria da ASCCOM foi composta pelos seguintes nomes: Presidente, Rosa Maria Barbosa; Vice-Presidente, Fabiano de Sena; 1º Secetário, Edmilson Alves dos Santos; 2º Secretário, Vanderley Nicolau Gomes; 1º Tesoureiro, José Calos Ferreira; 2º Tesoureiro, Eva de Oliveira de Assis. O Conselho Fiscal teve os seguintes titulares: Mauro Rocha; Ivone Santos Silva; Elenita Pereira da Silva. Os suplentes: Enos Gonçalves Oliveira; José Ribas dos Santos; Arlindo da Silva⁴³.

Duas idéias surgiram, como fruto desse primeiro encontro da ASCCON: a criação de um jornal e de uma rádio comunitária. Entre um veículo e outro, a rádio comunitária foi a que

⁴¹ GADDH, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 22 de fevereiro de 2000, Livro 1, p. 10.

⁴² GADDH, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 22 de abril de 2004, Livro 1, p. 21.

⁴³ ASCCOM, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 15 de novembro de 1998. Livro 1, p. 3.

vingou. A rádio comunitária “A Voz do Povo” surgiu com muito esforço. Este veículo de comunicação passou a ter uma importância muito grande na comunidade saltense, pois ele atingiu e uniu numa só vez os pobres da zona urbana e rural. Ela exercerá um papel formativo na comunidade, colaborando para fortalecer o senso crítico das pessoas e colaborando com a ação pastoral das irmãs.

5.4 A construção da hidrelétrica: um dilema para a cidade de Salto da Divisa

O drama principal dos pobres de Salto da Divisa surgiu em 1997. Com todos os problemas existentes, a população saltense foi pega de surpresa com a construção de uma hidrelétrica na cidade de Itapebi, BA. A formação do lago atingiria toda a periferia da cidade mineira. Esse projeto hidrelétrico já vinha sendo comentado desde 1960, mas nunca se efetivara; por isso, a população da cidade não acreditava mais na sua construção. O anúncio pegou todos despreparados.

Esse assunto agitou toda a cidade, pois houve quem fosse a favor e quem fosse contra a construção. Os fazendeiros foram totalmente a favor, uma vez que a água do rio chegaria mais perto de seus bois. Não estavam interessados no desenvolvimento da cidade e muito menos na situação do povo pobre que seria atingido pela formação do lago. Já a população mais humilde, em extrema miséria, corria o perigo de perder o pouco que tinha, ou seja, sua pequena casa.

Em primeiro momento, o anúncio da construção da barragem foi de descrédito. Num segundo momento, perguntaram-se: “Espera aí, se vão construir mesmo, a gente vai precisar se organizar”. A idéia passada para os santenses era a de que se a hidrelétrica fosse implantada, teriam progresso e melhoria repentina, com um pretense desenvolvimento da cidade. Mas quem seria beneficiado? Quem tinha dinheiro, obviamente.

As irmãs, quando souberam que a hidrelétrica seria implantada, começaram se articular com outras pessoas, sobretudo nos dois bairros que seriam atingidos, em prol de uma organização única. O GAADH estava surgindo e começou a estudar os documentos, passando para a comunidade todo o conteúdo. Iniciaram as reuniões para estudar os documentos com os atingidos e começaram a participar das audiências públicas em Itapebi.

Com essa pequena organização, os atingidos tomaram ciência do que realmente iria acontecer com a construção da barragem. Liderados pelo GADDH e com a assessoria das

irmãs, empreenderam a luta pela preservação ambiental, pois, o lago atingira algo muito valioso para eles, a cachoeira do Tombo. Essa primeira luta foi desgastante e desanimadora, porque puderam sentir o peso de uma organização apoiada no dinheiro e na proteção do interesse do mercado. Aos poucos, e com o tempo, verão ruir cada projeto elaborado em prol do povo da preservação ambiental, isto é, leis foram vetadas e derrubadas para atender os interesses da construtora.

Paralelamente a luta da preservação ambiental, pessoas afetadas lutavam para serem indenizados. Formaram-se várias associações, pois nem todos foram atingidos da mesma forma: associação das lavadeiras, dos pescadores, dos extratores de pedra e de areia, dos pedreiros, dos quintais e os camponeses. Cada categoria teve um tipo de reivindicação, mas nem todos foram indenizados. Os grandes beneficiados foram às pessoas que perderam as casas, pois acabaram conseguindo com que a empresa construísse um novo bairro, com material de primeira e totalmente novo. Mas isso não foi conseguido facilmente. Demorou anos e muitas reuniões de negociações.

Algumas associações não conseguiram indenização alguma, e continuam até hoje lutando por isso. É o caso das lavadeiras. Perderam não somente o lugar de lavar roupas, mas a companhia, a confraternização e a tradição de dezenas de anos construída ali, à margem do rio Jequitinhonha.

Esse tempo de negociação foi de aprendizado. O povo saiu literalmente do anonimato. Fizeram muitas reuniões, estudaram, conheceram outras realidades semelhantes e debateram com engenheiros e senadores. Foi algo que se transformou da noite para o dia. De repente, tiveram que se organizar e lutar para continuar a viver. Como veremos, foi uma situação conflitiva e desafiadora para todos os saltenses.

O histórico que acabamos de levantar revela as conseqüências de uma inserção popular levada à radicalidade, uma verdadeira opção pelos pobres. A vida religiosa tem a possibilidade de ser criativa e profética, quando vivenciada em sua totalidade. E isso podemos verificar nessa ação pastoral.

Primeiramente, percebemos que a inserção nos meios populares tem de ser algo querido, isto é, não pode ser imposta por superiores de uma congregação. Quando a inserção é fruto de um desejo comum, vindo de dentro de uma congregação, torna-se um projeto defendido por todos os membros, ficando fácil a escolha de critérios para concretizá-lo. No

caso das irmãs dominicanas, queriam um lugar pobre, onde o bispo diocesano apoiasse o trabalho de organização dos fiéis em Cebes. Elas conseguiram.

Percebemos, a partir deste levantamento histórico, que não existe uma receita pronta para se fazer inserção, mas sim um método. Este principia por buscar conhecer os dramas vividos pela população e assumi-los como seus, para junto falar uma única linguagem e encontrar alternativas que beneficie os mais necessitados.

As realidades são diferentes umas das outras. De um bairro para outro são diferentes os dramas e os conflitos vividos. Torna-se necessário, antes de qualquer ação pastoral, conhecer a realidade, pois o ponto de partida do trabalho se dá por meio do resgate da vida da pessoa concreta, passando pelo âmbito da fé. As irmãs dominicanas ficaram meses sem iniciar um trabalho pastoral, simplesmente conhecendo cada família e seus dramas. Dessa forma, conseguiram a confiança da população.

A ação pastoral das dominicanas não foi desenvolvida para a população, mas com a população. O trabalho foi sendo construído em conjunto, passo a passo, sem atropelos. As iniciativas tomadas foram fruto da observação e das reflexões; daí, eram encontradas as prioridades. As Cebes surgem, também, da necessidade de uma formação religiosa mais fundamentada, crítica e libertadora. Os resultados, os frutos do trabalho das irmãs junto ao povo, vieram dessa tomada de consciência.

Percebemos que o envolvimento com os dramas do povo exige do religioso inserido uma postura de compromisso, como também muita coragem e muita fé. Os conflitos surgem quando se toma o partido dos pobres. A partir daí, a pessoa inserida sofre todas as conseqüências de sua escolha. Ela vai precisar ser perseverante e convicta de sua luta, pois passou a ser um referencial para os mais carentes e sofredores. As irmãs chegaram a uma situação onde não mais poderiam desanimar ou recuar, apesar do cansaço e das pressões que sofreram diante do trabalho pastoral assumido.

A inserção e a ação pastoral dessas religiosas foi algo marcante, pois conseguiram sintetizar na ação do povo a dialética fé e vida. Diz irmã Solange: quando as pessoas começaram a descobrir Deus, um Deus bondoso e amoroso, perceberam que os problemas e as situações de miséria eram frutos do próprio homem, sobretudo daqueles que têm poder e dinheiro. A partir desse momento, os pobres não tiveram mais medo de lutar, pois Deus está ao lado dos sofredores. As reflexões bíblicas permitiram o despertar para uma consciência crítica da realidade e, como fruto, a libertação do sistema que os oprimia.

Concluindo, acreditamos que as irmãs conseguiram realizar aquilo que pretendiam enquanto proposta de inserção popular. Baseadas nos dados históricos levantados acima, foram ao encontro das pessoas, e junto enfrentaram os problemas daquela realidade, ajudando-as a encontrar um caminho que as conduzissem para a liberdade e para uma nova visão de Igreja.

CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PASTORAL DAS IRMÃS DOMINICANAS EM SALTO DA DIVISA

No primeiro capítulo de nosso trabalho, apresentamos um breve histórico sobre a inserção das irmãs dominicanas em Salto da Divisa. Foi possível, por meio de tal apresentação, visualizar o cenário da ação pastoral realizada pelas religiosas. Agora, se faz necessário detalhar aspectos dessa ação, por meio dos dados coletados em nossa pesquisa de campo, adquiridos por meio de entrevistas com os ribeirinhos e com pessoas envolvidas nas atividades pastorais.

É necessário destacar dois pontos: a ação pastoral das religiosas realizada antes da construção da barragem de Itapebi-BA (1993-96) e durante a construção (1997-2005) fase em que os atingidos se organizaram em associações, tornando-se protagonistas da luta pela preservação ambiental e por reivindicação de seus bens perdidos, tomados pela cheia do lago.

No primeiro período, vimos uma ação pastoral sendo construída a partir do contato com a realidade do povo saltense. As visitas foram o início de todo trabalho pastoral com a finalidade de conhecer os dramas e as dificuldades presentes na vida dos ribeirinhos. No início de 1994, as religiosas começaram atividade de construir e reformar casas de moradores

dos bairros carentes. No período de seis anos foram construídas mais de 200 casas em todo município de Salto da Divisa. Muitas outras iniciativas foram realizadas a fim de corresponder com a realidade local.

Já o período entre 1997 até 2005, da construção da barragem à cheia do lago da hidrelétrica de Itapebi, a situação foi completamente nova não somente para as religiosas, mas também para o povo de Salto da Divisa. Sempre ouviram falar de uma possível construção de um barragem no rio Jequitinhonha, mas não esperavam que realmente isso fosse acontecer. Inaugura, no entanto, uma nova frente de trabalho que ganhará dimensões conflituosas e que envolverá todo o município. Esse trabalho permitiu o envolvimento de muitas pessoas, no qual as religiosas exerceram grande influência, trazendo informações sobre a real intenção da construtora, na formação e orientação da população atingida e colaborando com as negociações. Nesse sentido, iniciou um novo ciclo pastoral, agora não mais do ponto de vista de uma evangelização formal, mas do ponto de vista da defesa dos direitos humanos

As duas partes não se divergem, mas se diferenciam pela natureza dos conflitos que surgiram. Mas a condução e o desenvolvimento da ação pastoral continuou a mesma, pois como religiosas deviam estar lutando em defesa dos mais pobres e explorados, uma opção feita pela Conferência de Puebla. No desenvolvimento da ação pastoral, vamos poder enxergar uma Igreja que está sempre presente na vida do povo, vivenciando suas tristezas e angústias, as suas alegrias e vitórias.

PARTE I – Ação pastoral de 1993 a 1996

A ação pastoral desse período foi marcada por um planejamento que levou em consideração a realidade presente, isto é, a ação pastoral passou por um processo de inculturação, permitindo que as religiosas assimilassem os costumes e o jeito próprio do povo. Somente depois de conhecer a realidade cultural da população é que iniciaram suas atividades pastorais. Vemos o conhecimento da realidade como um elemento pastoral importante para o processo de inserção.

A pesquisa de campo revelou uma gente muito sofrida, miserável, sem instrução e com pouca experiência de trabalho em grupo. O contato com as irmãs e os primeiros trabalhos como comunidade irão configurar uma nova realidade, com um povo unido e organizado.

1- O perfil dos ribeirinhos de Salto da Divisa

1.1 A procedência da população

Segundo nosso levantamento 80% dos habitantes nasceram na cidade de Salto da Divisa. A maioria desta população procedente da zona rural. Os próprios moradores, em seus

depoimentos, declararam que trocaram o campo pela cidade, porque foram pressionados por uma nova política do manuseio da terra: passara-se da agricultura para a pecuária extensiva. Quanto a esse ponto, tivemos acesso a muitos testemunhos de pessoas expulsas da terra sob violência física e psicológica. Relataremos alguns casos, a seguir.

O primeiro caso é de Elvira, 67, lavadeira, natural do município, que morava havia muitos anos na fazenda Piabanha, do fazendeiro Filho:

Eles arrancaram minhas coisas, jogou pedra e falou que era pra tirar meus negócios de lá, que nós ia tomar a mata deles. Nós não tinha essa intenção! Como é que ia tomar a coisa dos outros? Aquilo era um desfrute que a gente tava trabalhando e não queria nada de ninguém, e a gente quer o que é da gente⁴⁴.

O sistema vivido por Elvira era o de agregação: o fazendeiro cedia a terra para ser desbravada e cultivava por um determinado tempo; depois, a terra voltaria para o seu dono. O agregado era locomovido para outra área, como relata Geraldo Costa Filho, 69, agricultor: “a gente trabalhava pra nós, mas quando chegava aquele tempo deles precisar, o gerente avisava os agregados para sair da terra⁴⁵”. João Teixeira do Nascimento, 67, agricultor, fala que no sistema de agregado, o patrão tirava o trabalhador da terra a hora que ele quisesse: “O sistema de agregado, não tem terra, se o patrão quiser, já bota a gente na rua⁴⁶”. O mesmo declara que sua roça fora destruída pelo trator do fazendeiro. A destruição das roças se caracterizou, segundo os depoimentos, como método de expulsão, pois em todos os relatos de pessoas que foram expulsas de seus lugares atestam que suas lavouras haviam sido destruídas por máquinas.

Florisvaldo Antonio Nascimento, 55, presidente da associação de pescadores, antigo agregado, relatou que foi expulso da roça: “Aconteceu que a firma chegou, precisou do local, tocou a gente e a gente teve que sair⁴⁷”. O mesmo aconteceu com José Batista, 67, agricultor:

Vi na hora que ele entrou, entrou e foi nos pés de plantação, arrancou tudo pra lá e foi. Fazer o quê! Pegaram os pés de manga, primeiro, bem na parede assim, as mangas pareciam cair em cima da casa. Estavam aqui e caíram pra cá. E disseram que iam pagar, mas, fazer o que, ficou sem pagar, pela mixaria, eu cheguei, eu me arrepiei todo. Mas fazer o quê? E eles continuaram passando, e nós ficamos pra cá, desse jeitinho assim⁴⁸.

⁴⁴ SILVA, Elvira da. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

⁴⁵ FILHO, Geraldo Costa. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

⁴⁶ NASCIMENTO, João Teixeira. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

⁴⁷ NASCIMENTO, Florisvaldo Antonio. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

⁴⁸ BATISTA, José. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

As promessas de assistência social e emprego foram outros modos de expulsão, o que fica comprovado pelos depoimentos. O fazendeiro pedia a terra e prometia que iria dar assistência às pessoas na cidade, algo que nunca veio a se confirmar; pelo contrário, verificou-se o aumento da miséria no município.

Maria de Fátima, 46, vereadora por três mandatos diz:

O grande problema daqui é o latifúndio. Existe a concentração de terra, são grandes propriedades rurais, são mais pastos, criação extensiva de gado, e em função disso existe uma grande desigualdade social. Um dos fatores também que a gente percebe, porque houve a saída do homem do campo pra cidade. Ele chega aqui despreparado, e quando ele não tem amparo social, ele costuma migrar pra outros locais do Brasil, como é o caso de São Paulo e outras regiões, principalmente São Paulo e Belo Horizonte, locais que eles migram mais, ou ficam aqui vivendo da bondade do rio Jequitinhonha⁴⁹.

Muitos dos que saíram da zona rural para a cidade acabaram deixando-a, pois não encontram auxílio para sobreviver nesse pequeno município. Como dissemos no primeiro capítulo, o número de moradores em Salto da Divisa vem caindo de ano a ano.

1.2 Grau de instrução, faixa etária e saúde da população

Deparamo-nos com um grande número de pessoas de idade bem avançada que participaram de toda ação pastoral. Dos entrevistados, 50% estão acima de 50 anos. Nos depoimentos estas pessoas revelaram-se cansadas e doentes, como relata Helena Maria de Jesus, 67, lavadeira: “Minha situação tá precária. Doente, sem condições nenhuma, só é sofrimento. Nós mudamos do local onde a gente morava, virou uma bagunça a nossa vida⁵⁰”. José Batista, 68, também se revela doente e cansado: “Hoje, pra eu viver, lutar, hoje em dia, eu não posso trabalhar, não, que eu tô doente, o problema meu é que nessa época que eu desisti; eu tô vivo porque Deus quis, que eu sou muito doente⁵¹”.

Além disso, o analfabetismo é expressivo entre essa faixa etária. Essas pessoas, ao chegar à zona urbana, se sentiram inferiorizadas por mais esse aspecto. Como relata Clarice Rodrigues Oliveira, 70, lavadeira que, numa conversa com os negociadores da empresa construtora da barragem, sofreu esta humilhação: “Vovó não sabe ler, e por que a vovó ta

⁴⁹ SANTOS, Maria de Fátima Pereira dos. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

⁵⁰ JESUS, Helena Maria. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

⁵¹ José Batista.. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

falando isto?⁵²” Restou-lhe somente a periferia da cidade e a bondade do rio Jequitinhonha como meio de sobrevivência para essas pessoas deserdadas de sua cultura rural.

As mulheres dessa faixa etária ganhavam a vida como lavadeiras. Nos depoimentos, muitas mulheres sustentavam a casa com esse ofício, além de realizar os deveres de casa. Jovecilia de Jesus, 71, lavadeira diz:

A atividade lá é a que a gente tinha no rio, lavava roupa lá e ia um monte de mulher pro rio. Tinha vezes que a gente ficava o dia todo no rio lavando roupa. Lá a gente lavava e jogava nas pedras pra aparar. Depois enxaguava a roupa e jogava nas pedras pra enxugar. Trazia pra casa tudo limpa e enxuta. Fazia, chegava em casa e só fazia alisar e entregava pra patroa. E recebia a grana⁵³.

Outras mulheres quebravam brita e catavam areia para construção, um trabalho tipicamente masculino, mas, para manter a alimentação da casa, elas enfrentavam tal trabalho. Reinaldo, 55, pescador, também relata o esforço do trabalho de quebrar pedras:

...ninguém comprava nada, o caminhão ia lá, era uma mixaria, carregava, era baratinha a areia, o pessoal apanhava a sua areia aonde queria, do jeito que queria, quem mexia com pedra quem cortava em qualquer lugar, quem quebrava, de qualquer maneira, inclusive tem umas mulheres que quebrava brita, e tudo sobrevivia disso⁵⁴.

Nas outras faixas etárias, o analfabetismo também foi uma realidade. Principalmente os homens exerciam o ofício de pedreiros, catadores de areia, quebradores de pedra e pescadores; em sua grande maioria, não tinham instrução nenhuma.

Nossa pesquisa revelou que a faixa etária mais jovem compunha 10% do contingente dos atingidos ligados ao trabalho pastoral. Desse número, todas eram mulheres que tinham contraído uma forma de relação conjugal, regular ou não, sendo mães de muitos filhos e passando por muitas dificuldades materiais.

1.3 A violência contra mulheres e crianças

A violência contra a mulher gerou muitas tragédias, incluindo óbitos, como veremos mais à frente. A situação de violência contra a mulher passou ser um problema pastoral na medida que as irmãs foram compreendendo as origens e as causas de tantas violações dos direitos humanos. Em segundo lugar, porque as mulheres começaram a procurar as religiosas

⁵² OLIVEIRA, CLARICE. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

⁵³ Jovecilia Maria de Jesus. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

⁵⁴ OLIVEIRA, Reinaldo. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

com muito mais intensidade, em busca de apoio e saídas para tantos sofrimentos, ao ponto de não ser mais possível calar. A confiança que as mulheres depositaram nas irmãs levou-as a formar mais essa frente de ação pastoral.

As primeiras iniciativas foram no sentido de resgatar a auto-estima das mulheres, pois elas não eram reconhecidas pelos maridos como companheiras, mas escravas serviçais, como relata Anailza Ferreria, 45, professora e membro da diretoria do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP):

A violência contra a mulher aqui em Salto ainda acontece, e com índice muito grande. Hoje temos casos aqui que acontecem brutaemente: espancamento de mulheres, agressão verbal, física, onde o homem não tem compaixão da mulher, mulher companheira, profissional, mulher que luta pra ajudar ele no dia-a-dia, nas atividades do lar⁵⁵.

A postura que as irmãs tomaram ao se posicionar do lado das mulheres, levando-as a fazer boletins de ocorrência contra seus maridos, fez com que surgisse uma nova mentalidade entre elas, porque perceberam que a lei poderia estar do lado delas, salvando-as de toda ameaça contra suas vidas, se elas fossem unidas e corajosas em sustentar suas denúncias.

O machismo, como revelou nossa pesquisa de campo, está ligado ao sistema de coronelismo, reinante na sociedade saltense, conservado pelos fazendeiros. Ligado a tal aspecto, muitas das ações violentas apontadas acima, como a expulsão dos agricultores, foram realizadas sob aval e proteção dos fazendeiros, criando um sistema de impunidade e uma cultura de violência.

Os homens excediam-se nos atos violentos porque sabiam que não teriam complicações, graças à proteção que recebiam dos fazendeiros. Este tipo de proteção dificultava muito o trabalho de defesa dos direitos humanos, como testemunha irmã Rosa:

A gente se colocar como testemunha das mulheres, sofrer ameaças desses homens... Esses homens eram protegidos pelos fazendeiros, porque ou era o que amansava o burro do fulano, ou era o vaqueiro do outro. Então eles protegiam esses homens e como se de fato ninguém pudesse fazer nada⁵⁶.

O Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH) trouxe a cidade apoio importante na defesa dos direitos humanos. Como organismo de denunciava combateu a violência contra as mulheres, adolescentes e crianças. Na opinião de Maria Sousa Araújo, 58,

⁵⁵ GUIMARÃES, Anailza Ferreira. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

⁵⁶ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

atingida pela barragem, os homens aprenderam com o grupo de apoio e defesa dos direitos humanos: “Eu acho que sim, melhorou muito, que mesmo que há mulheres violentadas que a gente não sabe, os homens também tomam um pouco de cuidado. Eu acho que os homens aprenderam⁵⁷”. Os depoimentos revelam um certo orgulho e contentamento com o trabalho desenvolvido pelo GADDH.

Fazer frente à violência contra a mulher e a criança colaborou para o surgimento de uma nova mentalidade no município. Surgiu, com o GADDH, um instrumento não somente pastoral, mas também sócio-político, que possibilitava denunciar as violações dos direitos humanos. Um trunfo utilizado na mudança de mentalidade do povo saltense. De fato, esse grupo de apoio e defesa dos direitos humanos vai acompanhar toda a trajetória dos atingidos pela barragem. Mais uma vez, as irmãs evangelicamente acertaram ao tomar uma posição em defesa dos mais fracos, dando uma resposta à altura da situação complexa da violência.

1.4 Os ribeirinhos e sua relação com o rio Jequitinhonha

Como escrevemos anteriormente, a ação pastoral das irmãs dominicanas com os ribeirinhos se configurou em torno do Jequitinhonha, de tal forma que o sentimento pelo rio faz parte de seu perfil. Essa relação vai ser a chave de leitura para compreendermos a evolução da pastoral das religiosas. O rio se tornou um personagem importante na vida de cada cidadão saltense. Os depoimentos revelam o sentimento e apego ao rio

Entre os ribeirinhos, Sebastião Fieira, 48, poeta, faz seu poema descrevendo o significado do rio para o povo de Salto da Divisa:

Pra mim o rio representava uma riqueza muito grande. Até porque tudo que a gente precisava de natural, que a mãe natureza deixou pra gente, tava aí. O nosso peixe a gente tinha, e capturava aí com facilidade, as nossas pedras pra nossas construções, de graça, areia, a gente tinha tudo de graça. A gente nasceu e nos criamos ao lado dele, demos os primeiros passos contemplando, pra gente era uma grande riqueza.⁵⁸

Dele se tirava tudo para sobreviver. São muitos os relatos que expressam a relação do povo com o rio Jequitinhonha. Não somente lá pescavam seus peixes, mas nele se lavavam, bebiam, comiam, se divertiam e se reuniam em comunidade. O rio passa a ser um lugar de encontro desse povo. Como relata irmã Rosa:

⁵⁷ ARAÚJO, Maria Souza. Salto da Divisa, 06 de julho de 2006.

⁵⁸ MOURA, Sebastião Fieira de. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

E era desse rio que muita gente tirava seu sustento, seja pra buscar pedra; quebrava essas pedras, vendia a pedra brita, pra comprar farinha, tiravam areia, as mulheres, os homens pegavam areia, vendiam pra comprar alimento, a mesma coisa era o peixe.⁵⁹

Dona Anailza diz como usufruía do rio:

Pra mim, minha família, como pra muitos pobres, era a nossa área de lazer. Era lá onde a gente lavava as nossas roupas, nossas cobertas, tinha o lajedo, pra "coroar" nossas roupas, pra secar nossos alumínio, tomar nosso banho, pescar nosso peixe. Brincar naquelas partes de areia, correr entre as pedras, então era lazer mesmo.⁶⁰

Jorge Alexandre Santos, 55, antigo pescador de Salto da Divisa fala da fartura de peixes que existia: “Porque eu conheço profundamente o rio antes do lago, toda vida eu gostei de pescar, meus fins de semana pescava nesse trecho do tombo, e nunca houve um mês que o povo pescasse menos duzentos quilos de peixe⁶¹”.

Sobre a beleza das cachoeiras, Maisa descreve:

O barulho era o seguinte: era como canção de ninar pra gente. Aqui, que morava na beira do rio, era canção de ninar. Quando então ventava, a gente via aquela onda de vento, fazendo sintonia diferente. Então a gente dormia lá na beira. O barulho quando tava muito forte é que ia chover. Era uma maravilha, a gente falava "vai, vai", queria que caísse um toró, e caía mesmo⁶².

Às margens da cidade, havia um conjunto de cachoeiras que tinha o nome de “Tombo da Fumaça”. Dalva Nonato, 45, primeira presidente do GADDH, descreve o porquê do nome:

Tombo da Fumaça; por causa da fumaça que a gente falava fumaça. Realmente era muito bonito. Quem teve o privilégio de conhecer, tem muita gente que visitou aqui e disse que era muito bonito. Essa hora não, mas à tardinha, você tava descendo daqui do cemitério e você já via, subia uma fumaça bem grande, às vezes você pensava que tava nevando, mas não era, era fumaça da cachoeira, e principalmente quando anoitecia, aí subia mesmo. Então subia a cachoeira, aí dava pra ver de cima, por isso que dava o nome de Tombo da Fumaça, que dava fumaça, se via mesmo. Você não via água, por isso que era o Tombo da Fumaça: você não via a água, mas via a fumaça, aí ficou⁶³.

Podemos concluir que o perfil dos ribeirinhos é aquele de pessoas pacíficas, não prontas para a um grande enfrentamento. Apresentam uma fragilidade muito grande, sendo analfabetos e pobres. Sua condição econômica é de miséria, e sua formação é insuficiente

⁵⁹ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

⁶⁰ Anailza Ferreira Guimarães. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

⁶¹ SANTOS, Jorge Alexandre. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

⁶² LIMA, Maisa Ferreira. Salto da Divisa 04 de julho de 2006.

⁶³ NONATO, Eva. Salto da Divisa, 06 de julho de 2006.

para um diálogo. A cultura da violência doméstica era um complicador para a formação de uma comunidade, pois os maridos não deixavam suas esposas participar das reuniões. A ação pastoral inicialmente foi muito difícil, porque os ribeirinhos tiveram de quebrar o *status quo* dominante naquele local. Nesse sentido, a ação pastoral das irmãs dominicanas se apresentou como alternativa no sentido de uma transformação de mentalidade e de maiores conhecimentos dos cidadãos saltenses. Elevou sua auto-estima, preparando-os para a vida em comunidade.

2. A ação pastoral das religiosas: união e organização dos ribeirinhos

Depois de detalharmos o perfil dos ribeirinhos de Salto da Divisa, podemos enxergar melhor a riqueza do trabalho das religiosas no local. A base formativa desse primeiro período será fundamental para a segunda fase de trabalho pastoral, quando os ribeirinhos se organizaram e se afinaram no enfrentamento à empresa construtora da hidrelétrica.

Três pontos sobressaem nesse início de trabalho: a formação de pequenas (Cebs). Isso possibilitará a formação dos grupos de construção de casas e, conseqüentemente, o início de uma formação espiritual e cidadã. A criação do GADDH demonstrou uma maturidade adquirida já no início das atividades pastorais; a criação da rádio comunitária surgiu como um elemento fundamental para a informação e a formação, não somente dos ribeirinhos, mas de todo cidadão saltense.

2.1 Cebs : união, formação e organização

As primeiras atividades pastorais das irmãs dominicanas foram as visitas às casas, e isso se prolongou por mais de um ano. Essas visitas levaram as religiosas ao conhecimento da realidade saltense. Também possibilitaram que o povo viesse a conhecer as verdadeiras intenções do trabalho que elas desejavam realizar naquele local. Nesse processo de conhecimento foram surgindo amizades, a confiança foi se solidificando, favorecendo, sem sombra de dúvida, um clima favorável para o surgimento de uma comunidade de fé e vida. A comunidade religiosa já estava com o terreno preparado para vivenciar a espiritualidade da inserção no meio popular.

Em seis bairros da cidade, foram criados pequenos grupos com o propósito de refletir sobre a Bíblia a partir da realidade deles. Segundo os depoimentos, reuniam-se às quintas-feiras e aos domingos: “A gente reúne duas vezes na semana, quinta-feira, podia falar tem dia que reunimos aí com dois, três, e no domingo nós tinha mutirão. Não adianta a gente só trabalhar, não adianta a gente só trabalhar e não ouvir a palavra de Deus em primeiro lugar⁶⁴”. As Cebts começaram com as reuniões, que possibilitavam às pessoas falar de suas vidas, de seus sofrimentos e angústias. E isso foi gerando mais união entre as pessoas, pois tiveram mais possibilidades de partilhar suas idéias. Eles se fortaleceram na fraqueza de cada um. Assim, o trabalho feito com pequenas comunidades foi tomando consistência: “Com o trabalho das irmãs foi diferente, porque com o trabalho de ação social, começou a base a se organizar em comunidades e associações. Levaram essas pessoas a pensar, a ter um modo de vida diferente⁶⁵”. A constância das reuniões e a firmeza de seus participantes foram contagiando outras pessoas.

Com as Cebts, os ribeirinhos despertaram para outra necessidade importante: a formação das associações de amigos de bairros. Ao refletir sobre a relação fé e vida, perceberam que seu redor deveria se transformar à imagem do Reino de Deus. As comunidades e as associações de moradores foram convergindo para um só grupo, pois se repetiam seus membros e atividades comuns:

Fomos formando comunidades eclesiais de base em cada um dos bairros, e ao formar as comunidades, os grupos de estudos bíblicos, fomos também incentivando a formação de associação dos moradores e formando essas associações. Esses dois grupos, comunidade de base e associação dos moradores, foram se confundindo, o povo foi se organizando e aí, de uma certa maneira, invadindo espaços da cidade onde eles não entravam antes, como a própria igreja, o clube social e por ai afora⁶⁶.

Marilene, atual presidente do GADDH, falou de quando eles começaram a se sentir membros ativos da Igreja e da sociedade saltense: “Nós nos sentimos Igreja e membros da sociedade quando organizamos pela primeira vez a festa do padroeiro da cidade e da nossa matriz, pois, por muito tempo, foram os fazendeiros que organizavam⁶⁷”. A reflexão bíblica e a relação entre fé e vida foram conduzindo as pessoas para o espírito comunitário, pois eles pertenciam e formavam a Igreja de Cristo naquele lugar, logo, tinham o direito de colaborar ativamente naquela Igreja e em suas atividades.

⁶⁴ SANTOS, Genivaldo Pereira dos. Salto da Divisa, 07 de julho.

⁶⁵ Maria de Fátima Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

⁶⁶ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

⁶⁷ CARVALHO, Marilene Araújo. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

Os ribeirinhos começaram a assumir pequenas atividades tanto dentro da Igreja quanto aos dramas sofridos pelo povo na sociedade.

Elas começaram a participar de associações de bairros, isso iniciou com o mutirão de construção de banheiros. Uma das irmãs que vieram aqui, ela começou a construir banheiros, depois a irmã Teresinha começou o serviço de moradias; ela fazia mutirão pra construção de moradias⁶⁸.

A adesão masculina foi ocorrendo paulatinamente. O marco da presença masculina se deu a partir de 1994, quando se começou o projeto da construção das casas comunitárias. As irmãs e algumas mulheres iniciaram o trabalho buscando barro para fazer tijolos. Assim, surge uma atividade prática, mas com reuniões e orações. Aos poucos, teria a aderência de homens, pois eles sabiam o ofício de assentar tijolos. Os homens, segundo nossa avaliação, aderiram ao trabalho pastoral através de uma atividade prática e concreta, isto é, quando surgiu algo para se realizar, como a construção das casas. Nessa fase, notamos que os elementos religiosos foram aceitos naturalmente, pois se identificaram com a mensagem lida e meditada. Esta lhes vem dar força e ânimo na difícil luta. Portanto, há uma diferença entre o início do trabalho pastoral das irmãs e seu desenrolar, porque as pessoas começaram a participar das atividades com consciência, sabendo de sua importância para o grupo.

A criação das pequenas comunidades de base permitiu ao povo uma formação bíblica e cidadã, o que possibilitou a descoberta da dimensão comunitária. A esse elemento, podemos adicionar, como solidificadores para a continuidade do trabalho: o valor da união e da organização. Em nossa pesquisa de campo, perguntamos sobre a importância da organização para o trabalho comunitário, e os relatos foram positivos; ouvimos que, sem união e organização não conseguiriam alcançar seus objetivos. Perguntados sobre esse tema, muitos resumiram assim:

Vale a pena. Apesar dos altos e baixos, mas sem organização você não vai a lugar nenhum hoje. Uma comunidade organizada não tem quem segure ela. Sem união não vai a lugar nenhum, então o tema é se organize: se conscientize...⁶⁹.

Os ribeirinhos reconheceram que precisariam da ajuda de alguém de fora para tomar consciência do valor da união e da organização:

⁶⁸ Maria de Fátima Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

⁶⁹ Jorge Alexandre Santos. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

Valeu muito a pena se organizar. Nós fomos uma comunidade muito unida, junto com os Direitos Humanos, que a gente tem que agradecer muito a Deus e à irmã Rosa, que ta ai, porque se não fosse ela nós tava embaixo de uma lona⁷⁰.

Formação, união e organização foram os pontos-chave do trabalho pastoral das irmãs dominicanas. Eles fizeram com que o povo saltense se sentisse sujeito de sua história. Assim, as Cebs e as associações de amigos de bairro vão colaborar para o surgimento de novas frentes de ação pastoral, pois começam a ser despertadas pela análise de conjuntura da sociedade saltense. Perceberam como era grande a violência contra a mulher e os adolescentes, e fundaram, junto com as irmãs, o GADDH, e, no tocante à comunicação, fundaram a rádio “A Voz do Povo”.

2.2 A criação do GADDH

O alto índice de violência contra a mulher e as crianças escandalizava as religiosas. Elas julgavam necessário tomar algumas atitudes perante essa realidade. Contam as irmãs que o cume dessa problemática chegou no momento da morte de mulheres, como a de Elizete que, sentada numa cadeira teve a cabeça decepada pelo marido. Outros casos: Maria Araújo de Sousa, vítima da violência do marido, que era protegido por políticos e fazendeiros do lugar; Vanessa, intimidada pelo marido com um punhal na garganta; Maria, que quase teve o seu ouvido furado por um prego... Várias vezes as irmãs eram acordadas por mulheres que viam nelas a única possibilidade de proteção. Muitas vezes, as dominicanas foram até a delegacia a fim de prestarem queixas das violências sofridas por essas mulheres, e os policiais diziam: “sempre foi assim, porque vocês querem mexer nessa situação⁷¹”.

As irmãs começaram a enfrentar essa situação buscando saídas legais. Junto com as mulheres vitimadas, começaram a ir até a cidade de Jacinto, onde fica o promotor de justiça, e faziam elas mesmas as queixas, pedindo mais atenção para os casos de violência. Elas enfrentavam cinquenta quilômetros de terra, indo num dia e voltando no outro, para conseguir atendimento às vítimas.

Irmã Rosa relata que hoje já existe maior atuação do juiz, do promotor e de delegacias da comarca. Apesar de tudo, continuam ocorrendo fugas de criminosos para a Bahia. A luta

⁷⁰ SILVA, Maria Wilza Gomes da. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

não foi o bastante para impedir que meninas fossem estupradas pelos próprios vizinhos, como Silvana, de 7 anos, Silvia, de 9, e Cleonice, de 11. Não impediu, ainda, que Leonora, Márcia, o menor Odeon e tantos outros fossem vítimas de violência policial; nem mesmo que o filho de Sidelisa, com 21 anos, fosse morto na cadeia de Jacinto. Não impediu também que dezenas de pessoas fossem enterradas sem atestado de óbito, sem laudo de *causa mortis*.⁷²

O principal objetivo do GADDH é dar apoio a toda população, principalmente para mulheres, crianças e adolescentes, nos casos de abusos advindos do poder público, das instituições, dos indivíduos de má fé. Foi seu objetivo levar as pessoas a crerem que tinham condições de lutar pelos seus direitos, e que existia um grupo disposto a apoiá-las. É assim que Marilene Araújo Camargo, a atual coordenadora do GADDH, define o grupo de apoio. E continua dizendo da importância dele ainda hoje:

Mudou, mudou, não só pelo GADDH, mas também através do GADDH, principalmente em relação às mulheres e também a essas crianças. Elas resgataram a autoconfiança, aumentaram aquela auto-estima baixa, e começaram a acreditar nelas próprias. E a gente dando força, mostrando que existem leis como existem deveres, mas elas achavam que só tinham deveres, deveres, deveres. A partir desse apoio, elas resgataram a cidadania, a auto-estima e começaram a acreditar, a lutar, e conseguiram várias conquistas junto ao grupo de apoio⁷³.

O GADDH passa a ser um organismo respeitado dentro da sociedade saltense, não somente pela população civil, mas também pelos órgãos públicos: Executivo, Legislativo e Judiciário. Foi graças a sua atuação em defesa e apoio aos direitos humanos, que o GADDH foi escolhido como mediador entre os ribeirinhos atingidos pela barragem e os negociadores da empresa construtora. Ampliam-se, dessa forma, a atuação do organismo e, ao mesmo tempo, seu reconhecimento perante a sociedade civil.

Na luta pela defesa dos direitos humanos, o GADDH influenciou e reivindicou a constituição de vários órgãos municipais que não existiam, como o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, dando seqüência à Lei 53/95, que estava parada, para combater a realidade de violência contra a criança e o adolescente. O GADDH toma a iniciativa para que o poder público coloque as leis em funcionamento:

A realidade que estamos vivendo no município referente à criança e ao adolescente grita por providência, portanto, viemos por meio desta solicitar de Vossa Senhoria que seja realizada sem mais tardar a eleição do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de acordo com a lei 53/95...⁷⁴.

⁷² BARBOSA, Rosa Maria. *Falar de Deus a partir dos marginalizados*, p. 34.

⁷³ BARBOSA, Rosa Maria. São Paulo, 05 de maio de 2006.

⁷⁴ GADDH, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 21 de setembro de 1998, Livro 1, p. 5.

O GADDH também colaborou para a estruturação do Conselho Municipal de Saúde, a fim de que atendesse as necessidades calamitosas da população saltense. Assim, foram escolhidos representantes do instituto para compor o Conselho de Saúde, segundo a ata do dia 22 de novembro de 1998.

O GADDH também contribuiu para a formação da consciência da população organizando, por exemplo, a comemoração do Dia Internacional da Mulher. Um município tão pequeno nunca tinha realizado uma caminhada pública envolvendo a população, com faixas e cartazes; o instituto organizou a primeira em 8 de março de 1998.

Autoridades de todos os setores, como a polícia militar, delegados, médicos e pessoas ligadas a órgãos municipais, foram convidadas a participar das reuniões e das atividades do GADDH. Com esses dados, podemos concluir que o GADDH colaborou muito e envolveu toda a sociedade saltense, levantando problemas e pensando soluções às questões que afligiam a população de Salto da Divisa.

2.3 A criação da Rádio Comunitária “A Voz do Povo”.

Em 1998, na III Semana da Comunicação, surgiu a idéia da criação de uma associação que se preocupasse somente com a questão da comunicação, com o objetivo de dar informação e formação ao povo do município de Salto da Divisa. Criou-se, então, aos 15 de novembro de 1998, a Associação Comunitária de Comunicação – ASCCOM. A associação representa: o Movimento da Cultura Popular Saltense (MCPS), o GADDH, as Igrejas Evangélicas, a Igreja Católica, as associações de amigos de bairro e as Ceps.

Conseguiram o mínimo de equipamentos, a partir de um projeto financeiro feito pelo CIDALC e da doação de equipamento do Instituto Marissa de Solidariedade. Assim, a rádio começou a funcionar somente no período da manhã, das seis ao meio dia, diariamente. As pessoas participavam contando histórias, levando os discos e CDs próprios para serem rodados e transmitidos pela rádio, mandando recados e informações para os habitantes da zona rural, além de notícias referentes ao andamento da comunidade e associações comunitárias da cidade.

O popular Zezé, um dos locutores da rádio, fala sobre a necessidade e o objetivo da emissora:

A rádio comunitária surgiu da situação de Salto da Divisa, que sempre foi precária, em termos mandatários. Então as comunidades se organizaram com a vinda das irmãs dominicanas. As comunidades e as associações, e chegaram à conclusão que um dos meios para que nós pudéssemos ter vez e voz, seria a implantação de uma rádio comunitária. Todas as associações dos bairros, as pessoas da sociedade, e se organizaram. Tivemos a doação do instituto Marissa de Solidariedade dos aparelhos. O objetivo da rádio é ampliar o conhecimento do cidadão de Salto da Divisa, mostrar pra ele o que é ser solidário com o outro. Mostrar pra ele que temos que ser solidários com um irmão. Mostrar que ele tem que doar alguma coisa nessa época, que é muito frio. Então, a programação pede a todos pra que faça campanha do agasalho, que doem roupas. Se você tem uma blusa, doe pra alguém que não tem, se você tem dois cobertores em casa, doe um pra quem não tem, esse é o objetivo da rádio. É ampliar conhecimento, é deixar o cidadão com mais informações. O cidadão pode tá ouvindo a rádio no momento e pensar "eu tenho uma blusa a mais, vou doar!" Então esse é o nosso objetivo, nós estamos alcançando o objetivo da rádio comunitária.⁷⁵

A rádio uniu os pobres de Salto da Divisa. É ouvida por todos e procura não somente informar, mas também formar a população para a cidadania, além de ser um elo entre área urbanizada e zona rural, unidas na busca por justiça e mais dignidade. Dessa forma, é autônoma em seu funcionamento.

Ela também exerce a missão evangelizadora. Nesse ponto, é ecumênica, pois há também um pastor presbiteriano que faz sua pregação a partir da luta do povo saltense. Toda a programação religiosa é voltada para a formação bíblica, que instrui seus ouvintes vivenciar a fé em Cristo.

Em assembléia geral decidiu-se que a rádio teria a autorização do Ministério das Comunicações, segundo os art. 43 e 44 do estatuto da ASCCOM, pois somente assim poderiam fazer um trabalho honesto, sério e dentro da lei:

ASCCOM deve enviar à Delegacia do Ministério das Comunicações ou ao órgão competente na jurisdição onde está instalada, ou que será instalada a estação, requerimento dirigido ao Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência ou autoridade competente, solicitando o assentimento para instalar estação de radiodifusão comunitária na localidade pretendida⁷⁶.

Maria de Fátima fala do objetivo da rádio:

É levar o povo à cidadania, é abrir os olhos das pessoas, e também o bom é formar, porque lá eles fazem estágio com os comunicadores, e nós já temos hoje locutores, inclusive eles foram conhecendo, trabalhando na rádio comunitária, e daí hoje eles já trabalham em outras rádios⁷⁷.

⁷⁵ ALVES, José Aparecido Rocha. Salto da Divisa, 06 de julho de 2006.

⁷⁶ ASCCOM, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 14 de janeiro de 1999. Livro 1, p. 4.

⁷⁷ Maria de Fátima Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

A rádio comunitária foi chamada: Rádio Comunitária “A Voz do Povo”. Ela surge legalmente para poder exercer a função de comunicação entre os saltenses e vizinhança, formando-os e informando-os.

Além dessa função formativa e informativa, a rádio oferece um serviço de utilidade pública aos moradores de lugares distantes, sendo um veículo de comunicação entre a área urbana e a zona rural. Constatamos também que a rádio prestou um trabalho na linha lúdica por meio dos programas musicais e de interatividade com toda a comunidade. Maria de Fátima fala da participação do povo: “Muitas pessoas ligam, pessoas distantes, que moram em outros estados, ligam, mandam recados, mensagens, então a rádio é pra tudo isso; oferecem música, e também é um espaço pra fazer reivindicações lá também, críticas⁷⁸”.

A rádio surge como um elemento diferenciador e qualitativo no trabalho pastoral, pois favoreceu a unidade e a organização dos grupos, tais como as Cebs, as associações de bairros e outras associações que se preocupavam com a formação da população, favorecendo principalmente o povo sofrido e sem recurso. Por ser um instrumento em favor do povo, toda a programação teve como finalidade última formar e informar, possibilitando a participação de todos que quisessem colaborar. Sendo assim, a rádio sempre esteve aberta para atender os cidadãos em suas reivindicações.

Outro ponto positivo dessa rádio comunitária foi a participação da própria população na apresentação dos programas, capacitando-os para tal função.

Eu comecei a participar da rádio através da comunidade, através da união. Na época, a irmã Teresinha falou comigo, mais um companheiro aí que é vice-presidente da associação: "Genivaldo, você tem talento, você tem que entrar na rádio fazer um programa lá", eu virei pra ela: "Irmã, eu não tenho talento, não". Naquela época, eu tava mais devagar. Foi participando eu e mais um colega meu, foi participando, e graças a Deus hoje eu assumo um programa na rádio, há mais de dez anos: um programa sertanejo, manhã cedo, das cinco e trinta até às sete horas. No domingo eu faço das cinco e trinta até às oito horas, e assim o pessoal tem gostado bastante. A pessoa tem muito talento por dentro e acha que não tem a capacidade, muitos têm capacidade. A gente fica com medo "ah, eu não sou capaz", "eu não sou capaz de fazer uma casa lá", é capaz, falam "eu não sou capaz de fazer instalação de energia", é capaz, "ah, eu não sei ir em São Paulo", é capaz, vai, pergunta; pra que a gente tem boca? Pra perguntar, pra dialogar, às vezes tem um policial ali, você tá perdido, não sabe onde é Belo Horizonte, vai e pergunta. "Ah, eu tô indo pra tal ponto, onde é que é o certo?" Assim que a comunidade ensinou a gente, foi através dessa rádio comunitária... Todo trabalho comunitário, e todos assuntos divertidos. Mas esse pessoal todo foi tirado em prol do mutirão da comunidade. Então escolheu o pessoal, tudo do mutirão e daqui nós passamos pra rádio⁷⁹.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Genivaldo Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

Diante dos desafios que os ribeirinhos enfrentaram com a construção da barragem, a rádio comunitária foi um instrumento importante para sua conscientização, pois todas as informações eram partilhadas e trabalhadas por meio desse veículo de comunicação. A rádio agregou e colaborou para a consolidação da comunidade. Também permitiu agilidade na organização e nas reuniões do povo atingido pela barragem. Um exemplo muito significativo da função formadora da rádio é dado pelo locutor Zezé:

Então, eu comecei na rádio anunciar o meu programa de cidadania, falar da importância do voto, que ele não tem preço, pra pensar nas conseqüências, que não vendesse o seu voto, que votasse consciente. Então essa foi uma das coisas que foi ampliando a cabeça do cidadão. Trazia a dona de casa, trazia o vereador, trazia um jovem, então as pessoas foram se libertando através da rádio. Como começou incomodar algumas pessoas da elite, que comandavam Salto da Divisa. Então meu programa foi exemplo em outras cidades, então esse foi o objetivo do programa. Que dessas formas de pronunciar, pessoas me paravam na rua “nossa, eu nunca sabia que a gente tinha tanto direito assim, que a gente é livre, que a gente não tem nada disso de ninguém perseguindo ninguém”, e eu falei “e vocês vão saber muito mais coisa ainda”. Então apesar dessas coisas, eu comecei a incomodar as pessoas, sofri ameaças⁸⁰.

Nos depoimentos, percebemos que a rádio cumpriu sua função social. Elisvaldo Gonçalves, 44, locutor desde a fundação da rádio, fala das conseqüências de levar a sério um trabalho em prol da população, pois ele sofreu perseguição:

Os governantes daqui são capazes de tudo. Pra te falar a verdade eu comecei a falar da administração desse homem, eu fiquei três anos falando na rádio comunitária, parece que foi três anos e dois meses. Um falou que ia me matar, inclusive ele mandou me dar uma surra e eu falei "não, não tem problema, o povo tá sofrendo, não tem problema, você não é mais do que Deus", ele não é mais do que Deus⁸¹.

Os pontos acima nos indicam um conjunto de situações que mostram o crescimento da consciência da comunidade local. Vários elementos que apresentavam grande fragilidade no início dos trabalhos pastorais, revelam-se agora, uma força transformadora dentro da sociedade saltense. Os elementos modificadores da ação pastoral das irmãs foram a formação de pequenas comunidades de base, o apoio às associações de amigos de bairros, que foram se unindo e se organizando no trabalho do bem comum e se formando, por meio das reuniões comunitárias e de estudo, num corpo sólido de reivindicações e de buscas de propostas para melhorar a vida do povo.

Portanto, o surgimento do GADDH e ASCCON são a conseqüência de um trabalho iniciado anteriormente, junto com a comunidade local, que a levou a tomar certas iniciativas

⁸⁰ José Aparecido Rocha Alves. Salto da Divisa, 06 de julho de 2006.

⁸¹ GONÇALVES, Elisvaldo. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

que respondiam aos problemas da realidade existente. Concluindo, podemos apontar uma grande evolução provocada pela atividade pastoral das irmãs dominicanas. Em menos de quatro anos de presença, o trabalho dessas religiosas atingiu toda a população de Salto da Divisa e colaborou para a criação de vários organismos de luta em defesa da vida e a formação sócio-política dos cidadãos. Permitiu que o povo descobrisse a necessidade da união e da organização, para poder resolver juntos alguns problemas que afligiram. Além desses elementos perceptíveis, destacamos que a Igreja conseguiu imprimir uma presença ativa e transformadora, colaborando para a evangelização do povo. Sua simples presença no meio das pessoas mostrou o testemunho de uma comunidade evangelizadora.

PARTE II – DE 1997 A 2005: A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPEBI-BA E A LUTA DOS RIBEIRNHOS POR DIREITOS

Em quatro anos de presença em Salto da Divisa, as irmãs dominicanas conseguiram desenvolver um planejamento pastoral envolvendo grande parte da população saltense. Criaram as Cebes e as pastorais e tiveram outras iniciativas para atender as necessidades da comunidade. Criaram o GADDH e ASCCON ampliando ainda mais o campo pastoral. Surge, então, uma outra situação, que desestabilizou a população da cidade: a construção da barragem hidrelétrica de Itapebi-BA.

A nova situação obrigou toda a população saltense a emitir um juízo sobre o futuro de Salto da Divisa, entre apoiar a construção ou não. As irmãs tomaram a frente do trabalho para revelar a verdadeira intenção da construtora. Graças a essa iniciativa, o povo teve mais uma vez a prova do trabalho das irmãs em prol dos mais pobres. Vamos analisar, a partir de agora, o período da ação pastoral das irmãs de 97 a 2005.

1.1 A promessa de desenvolvimento desestabiliza a sociedade saltense

A palavra “progresso” é importante para compreendermos essa nova etapa da experiência pastoral das irmãs dominicanas com o povo saltense. Foi por meio dessa palavra que a empresa Ordebrecht anunciou para toda a população saltense a construção da barragem de Itapebi. Os próprios moradores comentaram como receberam essa notícia: Maria de Fátima diz: “Ela chegou falando de progresso, de emprego, falando de modernização, falando de vida melhor pra população e que a cidade seria outra⁸²”. Damião, 40, pescador, falou: “Falaram que ia trazer progresso. Eu mesmo ficava no sonho de dias melhores vir, mas até hoje nada⁸³”.

O discurso da empresa dividiu a população saltense. Irmã Rosa comenta que os próprios cidadãos atingidos eram questionados por assumirem o trabalho de reivindicação:

Os próprios atingidos, eles diziam "Deus está com a gente, nós vamos vencer", e outras pessoas não acreditavam nesse movimento: "Vocês estão perdendo tempo, vocês estão indo atrás dessas freiras e vocês vão se afogar aí no lago se vocês não deixarem isso. A empresa, imagina se a empresa vai construir casa pra você, você nunca teve uma casa, como que agora vai querer que a empresa construa uma casa pra você, isso é injusto⁸⁴.

Muitos trabalhos temporários foram criados, mas a promessa de desenvolvimento trouxe muitas outras pessoas para a região, o que agravou ainda mais a situação da cidade, como descreve irmã Rosa:

Afirmavam que trariam emprego, que trariam em torno de 2500 empregos, parceladamente, em períodos. De fato, houve empregos para as pessoas de Salto da Divisa (mas a grande maioria dos trabalhadores vinham de fora de Salto da Divisa) e também era temporário, alguns meses e pronto. Então, o que trouxe foi um grande desemprego, as pessoas que eram de Salto, mas que estavam fora de Salto da Divisa, viam essa promessa de emprego, muitos voltaram pra Salto da Divisa pensando em trabalhar lá, mas isso não aconteceu. Trabalharam só alguns meses e já eram ou mandados embora ou mesmo porque o trabalho era temporário. Cresceu desemprego, cresceu a questão da prostituição infantil, muito mais meninas prostituídas, e ficaram lá com os filhos, por onde não se sabe onde andam os pais, criou toda uma desestabilização social⁸⁵.

Com o estudo dos projetos da construção da barragem, e pelas muitas promessas e pressões por parte da empresa construtora, os atingidos pela cheia do lago resolveram se organizar para não perder o pouco que tinham. Diante desse processo, iniciou-se toda uma luta de preservação ambiental e de reivindicação dos bens que seriam atingidos.

1.2 Construção da barragem e a preservação ambiental

⁸² Maria de Fátima Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

⁸³ SANTOS, Damião Alves dos. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

⁸⁴ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

⁸⁵ Idem.

Tudo se iniciou em fevereiro de 1997, quando a empresa Ordebrecht fizera os primeiros contatos com a prefeitura de Salto da Divisa e com as lideranças comunitárias da Igreja Católica e associações de moradores⁸⁶. Os atingidos tiveram acesso a um estudo anterior, feito por uma empresa ligada a Furnas, oferecendo informações suficientes sobre o impacto ambiental que provocaria a implantação de uma barragem naquele local. Assim, declara irmã Rosa: “Nós já tínhamos o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), que tinha sido um estudo feito pela empresa Gerbix, e nós já tínhamos uma série de questionamentos, e começamos a questionar a Odebrechet⁸⁷”.

Para as negociações, os ribeirinhos atingidos poderiam escolher uma instituição, o poder público ou outra entidade, ou formar uma associação para trabalhar juntos na negociação. Em assembléia eles escolheram o GADDH para fazer essa parceria. Assim, as famílias assinaram uma procuração para que a entidade as representasse legalmente.

O GADDH não fazia nenhuma negociação, não fechava nada, sem ter discutido e decidido o assunto em assembléia

Inicialmente, quando tiveram o relatório de impacto ambiental, a preocupação era onde o lago iria chegar, a fim de saber quais famílias seriam prejudicadas pelo projeto. Numa audiência pública em Itapebi, os empreendedores afirmaram que a barragem chegaria até um ponto que não atingiria as casas e as cachoeiras. Segundo a empresa, somente 50 casas seriam atingidas, nem todas pela água, mas por outras partes da obra.

A negociação entre os atingidos e responsáveis legais da construtora da hidrelétrica foi muito complicada, pois muitas empresas se apresentaram como ganhadoras do consórcio para a construção da barragem, uma tática de manobra. Veio um funcionário da Odebrechet, que procurou o grupo de atingidos e disse que era representante da empresa que construiria a barragem, querendo saber os anseios da população. Passado alguns meses, chegaram outras duas pessoas da Coelba, dizendo: “Somos nós que ganhamos a licitação e somos nós que vamos construir a barragem. Estamos aqui pra saber os anseios de vocês, o que querem”. Outros propuseram comprar o terreno para deslocar a população afetada. Então, os atingidos

⁸⁶ A Hidrelétrica de Itapebi foi implantada pela Coelba (Centrais Elétrica da Bahia), através de um consórcio entre as empresas Itapebi, Iberdrola, Privi do Banco do Brasil e a própria Coelba. Embora a empresa Odebrechet tenha iniciado as negociações, ela não fez parte do consórcio. Quem o ganhou o consórcio para a construção da barragem foi a empresa Itapebi Gerações de Energia S.A.

⁸⁷ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

viram que não era possível iniciar as conversas de negociações, pois havia uma indefinição da empresa construtora da hidrelétrica.

Foi uma surpresa quando ficaram sabendo que a empresa Iberdrola já estava com a licença em mãos, concedida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), para o início das obras. Contudo, apareceu um complicador: havia mudanças do RIMA, em relação ao primeiro estudo feito pela empresa Gerbix de Furnas. A licença apresentada com a alteração do RIMA atingiria todas as cachoeiras. Segundo o jornal *A Gazeta*, de Eunápolis - BA, de 29 de outubro de 2001, “foi aí que os atingidos descobriram que o projeto havia sido alterado”.

A partir desta data, notamos o fruto do grande trabalho que as irmãs haviam começado há quatro anos. As associações de amigos de bairros, o GADDH e os grupos de atingidos se organizaram e elaboraram um projeto de preservação do “Tombo da Fumaça” a nível municipal. Esse projeto entrou como autoria popular, levando à criação da lei municipal 080/98, que tombava a cachoeira “Tombo da Fumaça” como patrimônio histórico e cultural da cidade de Salto da Divisa. Diz irmã Rosa: “O nosso trabalho nos anos de 97 e 98 foi para que conseguíssemos uma lei tornando a cachoeira “Tombo da Fumaça” em patrimônio público municipal⁸⁸”.

Sancionada a lei de tombamento municipal, os atingidos reuniram as documentações, junto com mais de novecentos assinaturas, e entraram na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, com a proposta de transformar as cachoeiras do “Tombo da Fumaça” em patrimônio histórico do Estado de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, acionaram o IEPHA e o IEF, para obter apoio e ajuda no tombamento das referidas cachoeiras em patrimônio histórico estadual. Tudo isso estava em andamento quando a prefeitura de Salto da Divisa foi notificada pelo IEF, avisando que estava para tornar as cachoeiras patrimônio do Estado.

A notificação foi uma surpresa para o prefeito, pois ele não tinha conhecimento de toda essa estratégia elaborada pelos atingidos. Diz irmã Rosa que “até esse momento os políticos não tinham percebido a nossa intenção, que era criar essa lei para proteger as cachoeiras das empresas⁸⁹”. Mas, para surpresa dos atingidos, o prefeito da cidade entrou com uma lei derrubando o tombamento municipal. O jornal “Vigia do Vale” relatou:

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

Foi então que o Prefeito Municipal de Salto da Divisa Dr. Joaquim Abagaro redigiu e encaminhou o projeto de lei 141/99, datado de 13 de abril, que revogara a lei 080/98, não por desconsiderar o Tombo, mas tendo em vista o progresso que advirá da construção da usina Hidrelétrica Itapebi, tanto para Salto da Divisa, como para as cidades vizinhas⁹⁰.

O prefeito da cidade numa sessão extraordinária na Câmara Municipal, entrou com um projeto para a revogação da lei de tombamento do patrimônio histórico da cidade de Salto da Divisa e da cachoeira “Tombo da Fumaça”. A empresa responsável pela construção da barragem, segundo comentários, pagou aos vereadores para que revogassem a lei. Mesmo sendo uma reunião extraordinária da Câmara, e muito rápida a população, conseguiu se articular e reunir setecentos pessoas no parlamento municipal naquele dia. Irmã Rosa relata que foi um impacto muito forte, muito bonito de cidadania, pois a população fez sua parte para garantia a preservação ambiental daquele lugar. O prefeito dizia que a lei municipal aprovada era anti-constitucional, pois aquele território pertencia a União.

A data da revogação foi marcada para o dia 23 de abril, de 1999, às 19h30. O presidente do Legislativo, Jarbas Gomes, abriu a sessão, na qual além dos vereadores havia cerca de setecentos pessoas da sociedade saltense, mostrando, entre outras coisas, que estavam atentos a tudo o que acontecia em relação à construção da barragem. A vereadora Maria de Fátima, pertencente ao GADDH, tomou a palavra e discursou contra a votação, argumentando sobre a necessidade de se estudar melhor o projeto do prefeito que revogava a 080/98, mas não foi acatado o seu pedido. A votação foi realizada naquela mesma noite, tendo quatro votos contra e quatro a favor. Coube ao presidente da casa dar o voto de desempate. Relata o jornal “Vigia do Vale”, de 03 de maio de 1999, à página 11, que “os cidadãos se comportaram e se manifestavam com palmas após as falas dos vereadores, mas não se contiveram os ânimos com o indeferimento do pedido [...]. Foi aí que os manifestantes chegaram ao máximo da fúria e agressão”. Na votação, o presidente Jarbas aprovou a nova lei e abriu o caminho para a construção da barragem.

Com perseverança e a convicção de que a construção da barragem seria algo maléfico à população saltense, os atingidos organizados conseguiram, com a ajuda de deputados estaduais, tombar o “Tombo da Fumaça” como patrimônio estadual, pelo IEPHA. Foi o projeto lei de autoria da deputada Maria José Haueisem, hoje prefeita de Teófilo Otoni - MG, que se transformou na lei 13.370, de 30 de novembro de 1999, sancionada pelo governador

⁹⁰GADDH. Ovos, insultos, gritaria e agressões na Câmara Municipal de Salto da Divisa. *Vigia do Vale*. Almenara, 03 de maio de 1999, p. 11.

Itamar Franco, que declarou aquelas cachoeiras patrimônio histórico, paisagístico e turístico do Estado⁹¹.

Com um pedido de providência contra as irregularidades cometidas pela empresa e pelo IBAMA, os atingidos entraram com uma ação no Supremo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conseguindo liminar que impedia qualquer ação que viesse a descaracterizar as cachoeiras do “Tombo da Fumaça”, sob pena de duzentos mil reais por dia, em caso de desrespeito a liminar citada.

O advogado Mário Werneck, da OAB de Minas Gerais, diz que foi uma vitória de todo o povo de Minas: “Foi uma vitória do vale do Jequitinhonha e do povo de Minas Gerais para a proteção do nosso patrimônio⁹²”. Foi esse advogado quem elaborou a ação popular contra o IBAMA e a empresa responsável pela construção da barragem, a fim de garantir a preservação das cachoeiras. Também tiveram a ajuda do secretário-adjunto de Direitos Humanos de Minas Gerais, José Francisco da Silva, que, após a liminar, disse: “Não se trata de a população ser contra uma hidrelétrica, mas da defesa de um patrimônio natural⁹³”.

Os atingidos conseguiram mobilizar autoridades e a imprensa, com o intuito de sensibilizar as populações mineira e brasileira e até a opinião internacional para o drama que estavam vivendo. O jornal “A Gazeta” relata: “As lideranças dos atingidos conseguiram trazer a Salto da Divisa o jornal ‘Estado de Minas’, a TV ‘Alterosa’ e o MGTV, e veicular mensagens em jornais televisivos⁹⁴”.

Em relação às autoridades, além das citadas, conseguiram o apoio do secretário do Meio Ambiente de Minas Gerais, Tilden Santiago, levando-o a Salto da Divisa. Além de visitar a cidade, o secretário abraçou a causa e não mediu esforços para defender os atingidos e a natureza. Relata o jornal “Estado de Minas” que ele se reuniu em Brasília com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e o presidente do senado, Antônio Carlos Magalhães, para que a empresa construtora não alterasse o projeto inicial da construção da barragem, pois isso comprometeria parcialmente a cachoeira do “Tombo da Fumaça”, e atingiria um número muito grande de habitações saltenses⁹⁵. Tilden Santiago diz no mesmo artigo citado acima:

⁹¹ FARIAS, Raimundo. O povo faz hidrelétrica investir no Salto. *A Gazeta*, Eunápolis, 29 de outubro de 2001, p. 8.

⁹² RIBEIRO, Luiz. Justiça garante vida do Tombo da Fumaça. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 de outubro de 2000. Gerais/Patrimônio, p. 42.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Raimundo Farias. O povo faz hidrelétrica investir no Salto. *A Gazeta*, Eunápolis, 29 de outubro de 2001, p. 8.

⁹⁵ SOUTO, Isabella. Minas vai brigar. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 11 de outubro de 1999. Gerais/Patrimônio, p. 41.

“Apesar de estar em território baiano, vamos para a luta política e jurídica⁹⁶”, comentando a alteração do RIMA e o *lobby* que a empresa estava fazendo com os deputados baianos.

Os atingidos se esforçaram o máximo para salvar a cachoeira e a para garantir a sobrevivência do povo de Salto da Divisa, que dependia do rio Jequitinhonha. Porém, no desfecho de toda essa história, como veremos, eles não conseguiram salvar a área. Como relatam os atingidos, a empresa tentou de todo modo negociar com eles para que voltassem atrás com a lei de tombamento, mas a proposta não foi aceita. Não conseguindo, a empresa utilizou-se de outros recursos, como relata a irmã Rosa:

... mas eles conseguiram um *lobby* de deputados da Bahia, da Câmara federal e na Assembléia Legislativa de Minas, e um deles entrou com um projeto, com uma emenda muito sutil, praticamente imperceptível, e com essa emenda caía a lei de proteção as cachoeiras. E quando nós viemos saber que tinha sido votada essa emenda, nós fizemos uma mobilização. A deputada Maria José também, mas aí não teve jeito, ela voltou à Assembléia, o Itamar vetou o projeto. Quando voltou para a Assembléia, eles adotaram toda uma estratégia, segundo a Maria José, e toda uma articulação dos deputados da Bahia para revogar a lei estadual, e a lei foi revogada [...] O advogado entrou com esse processo lá em Jacinto, veio pra BH, pra Brasília, pro STJ, fizemos campanha, tudo o que foi possível, aí eles derrubaram a liminar e ao derrubar a liminar eles derrubaram a lei, e a liminar não tinha mais sentido⁹⁷.

Apesar de todo o esforço, de toda a articulação e mobilização da sociedade brasileira, os atingidos não conseguiram vencer a empresa construtora. Com essa cartada final, a empresa teve todo o respaldo jurídico para a construção da barragem e manteve as alterações, que feitas no RIMA. Como consequência, o lago atingiria toda a cachoeira do “Tombo da Fumaça”; o número de casas atingidas dobrou para 120. Restou somente a luta pelos direitos dos atingidos.

Tudo isso aconteceu em pouco tempo. Quando os atingidos perceberam, já estavam envolvidos em todo esse drama. Tinham esquecido de suas fragilidades, sua pequenez, agindo como verdadeiros negociadores, pois em pouco tempo tiveram contato com autoridades que nunca imaginavam. Tinham viajado para muitos lugares em busca de apoio e informação sobre o processo de construção de barragem. Estavam realmente preparados para enfrentar a situação.

1.3 A luta reivindicatória dos atingidos.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

A luta pelo tombamento da cachoeira “Tombo da Fumaça” foi perdida, tanto pelos atingidos quanto pelas autoridades estaduais e federais. Desde o início de toda essa demanda, os atingidos se organizaram em associações: os trabalhadores rurais, os extratores de rochas e areias, os pescadores, os pedreiros e as lavadeiras elaboraram documentos reivindicatórios e apresentaram-nos em reunião entre o COPAM (Conselho de Políticas Ambientais) e a FEAM, em outubro de 1997, em Belo Horizonte. Esses documentos reivindicatórios foram incluídos nas condicionantes da licença prévia para a construção da barragem. O conteúdo principal desses documentos consistia na obrigação da empresa em pagar tudo o que seria perdido com a cheia do lago. Dessa forma, os saltenses lutavam, ao mesmo tempo pelo tombamento da cachoeira, e pela indenização de seus bens, que seriam encobertos com a cheia do lago.

Segundo irmã Rosa, as negociações eram feitas no início do mês em assembléias, onde o povo escolhia a pauta: dizia o que queria, como queria as casas, onde queria morar... Foram momentos muito difíceis, principalmente ao se fechar as negociações com a empresa construtora. “Nós tivemos mais de cem reuniões, formais e informais⁹⁸”. Essas negociações, num primeiro momento, foram feitas em Salto da Divisa, e os atingidos participaram em massa. O papel do GADDH era de fazer com que as pessoas participassem desde a escolha do terreno até a construção das casas.

Com o passar do tempo, as negociações ficaram mais acirradas, e foi necessário envolver o Ministério Público; então, as reuniões passaram a ser no fórum da comarca, em Jacinto – MG. A mudança do lugar das negociações limitou bastante a participação das pessoas. Com esse processo demorado de negociação, alguns aspectos pastorais foram se concretizando, principalmente no âmbito da organização. As pessoas foram se organizando por categorias. Conseqüentemente as estratégias de ação foram fruto de um planejamento básico, demarcando o horizonte de luta. O GADDH, em seu informativo, descreveu como procederam os atingidos:

Foram realizados cursos de análise de conjuntura e de políticas públicas enfatizando a questão do setor elétrico, onde as empresas empreendedoras estão trazendo grandes transtornos, degradando o meio ambiente e desrespeitando os direitos da população⁹⁹.

Querendo preparar bem os atingidos, o GADDH trouxe para Salto da Divisa pessoas que viviam o mesmo problema, mas em outras regiões. É o caso de Richarles Caetano Rios,

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ GADDH. Boletim Informativo. Salto da Divisa, 20 abril de 2001.

advogado, do grupo de atingidos pela barragem de Irapé, MG¹⁰⁰. O advogado aconselhou para serem unidos e a trabalharem juntos. As associações já estavam enfrentando dificuldades com os associados desanimados; havia, também, desunião na luta. A troca de experiências foi importante, porque perceberam que tinham que ser perseverantes. Richarles alertava que essa atitude de perseverança era importante naquele enfrentamento, sempre demorado e cansativo. Recomendou, ainda, cautela e paciência nas negociações¹⁰¹.

O GADDH foi muito preciso no esforço de manter os atingidos unidos nas negociações. Vamos analisar, a partir de agora, a reivindicação específica de cada categoria de atingidos.

1.3.1 A construção do bairro União

Começou outro tipo de estratégia: a de reivindicar o direito de tudo aquilo que os afetados iriam perder com a cheia do lago. As negociações eram feitas em forma de assembleias. Os atingidos diziam o que queriam: como queriam as casas, onde queriam morar, o que estavam perdendo. Foram momentos muito difíceis, exclama irmã Rosa. Houve mais de cem reuniões, formais e informais. Essas negociações, num primeiro momento, eram feitas em Salto da Divisa, com a maior participação possível. O papel do GADDH era fazer com que os beneficiados participassem da escolha do terreno, da construção das casas, etc. Ainda, levavam as pessoas para verem o que estava sendo feito.

As reuniões ficaram mais acirradas quando o Ministério Público foi envolvido, passando a serem realizadas no fórum da Comarca, isto é, em Jacinto, a cinquenta quilômetros de distância, estrada de terra, limitando bastante a participação das pessoas. O negociador vinha de Salvador e voltava sem ter conseguido avançar o primeiro ponto da pauta, sem ter conseguido negociar nada. Mas os atingidos resistiam, porque as propostas da empresa eram ridículas.

Irmã Rosa fala sobre a organização:

¹⁰⁰ GADDH, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 30 de outubro de 2002. Livro 1, p. 16 v.

¹⁰¹ Idem.

Essa organização foi imprescindível para essa caminhada, foi imprescindível mesmo. E a questão dos atingidos, o que diziam as empresas, era que havia um povinho na beira do rio, eles iam construir umas casinhas e tiraria essas famílias de lá. Foi tudo diferente do que eles pensavam. Os atingidos lutaram naquilo que eles puderam. Salto da Divisa seria bem diferente, e isso não sou eu que estou falando, é o povo de Salto da Divisa que fala isso¹⁰².

Segundo o projeto inicial, a cheia do lago da barragem de Itapebi iria inundar em Salto da Divisa apenas cinquenta casas, atingindo cerca de 235 famílias e, parcialmente, a cachoeira “Tombo da Fumaça”. Como já foi mencionado, houve mudanças no RIMA feitas pela empresa construtora, e o número de atingidos dobrou. O GADDH informou que 120 famílias seriam atingidas, somando quase seiscentas pessoas. Relata que a empresa comprou trinta casas de atingidos, para diminuir custos com a construção de novas moradias¹⁰³.

O jornal “Estado de Minas” notificou que a empresa se responsabilizaria pela indenização dos atingidos. “A empresa se responsabilizou em indenizar e construir novas casas para os atingidos e, depois de quase um ano de negociação, as duas partes chegaram a um acordo sobre a construção do novo bairro¹⁰⁴”. No mesmo artigo, a assistente administrativa da empresa, Rita Isabel Félix, descreve como será o bairro:

... o terreno já foi comprado. O novo bairro, batizado como Vila União, será dividido em lotes de 450 metros quadrado, onde serão construídas casas de dois ou três quartos. A empresa também se compromete em construir também um centro comunitário, com praça, centro escolar e quadras de esporte, além de um posto de saúde [...] a canalização do córrego Lava-Pés, urbanização das ruas, ciclovias e uma lagoa de estabilização para o tratamento do esgoto da cidade¹⁰⁵.

Dois pontos chamam a atenção com relação à construção das casas: primeiramente, o terreno que a empresa adquiriu foi trocado. Por insistência dos atingidos, a empresa teve de compra-lo. O primeiro terreno ficava praticamente fora do perímetro urbano, com relevo desigual, sendo isso motivo de descontentamento e revolta por parte dos atingidos; outro aspecto foi o acompanhamento e a fiscalização da obra. Dois aspectos que mostraram a união e a organização do grupo de atingidos.

Segundo os atingidos, o primeiro terreno comprado pela empresa ficava muito longe da cidade. Comentam eles: “... e aí então essas famílias já seriam praticamente na Bahia,

¹⁰² Idem..

¹⁰³ GADDH. Boletim Informativo. Salto da Divisa, 10 de agosto de 2001.

¹⁰⁴ PEREIRA, Patrícia. Novo bairro para compensar perdas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 de julho de 2001. Gerais/Patrimônio, p. 44.

¹⁰⁵ Idem.

praticamente morariam na Bahia¹⁰⁶”. Com essa proposta, tirariam mais um elemento essencial de suas vidas, o convívio com parentes e amigos.

O GADDH organizou os atingidos para contrapor algumas propostas sugeridas pela empresa. Assim, eles se reuniram e por meio do GADDH conseguiram que a empresa comprasse outro terreno no perímetro urbano. Foi a primeira vitória que obtiveram juntos. A partir daí, os atingidos e o GADDH, com uma assessoria de engenheiros, fizeram modificações no projeto da construção da obra. O bairro começou a ser construído com oitenta casas, posto de saúde, pré-escola, centro comunitário, quadra de esportes (com cerca e vestuário), do jeito que queriam.

Com essa etapa em andamento, os atingidos se organizaram para acompanhar a obra, pois a empresa poderia construir as casas com material de terceira, mais barato e sem qualidade. Quando o GADDH entrou com o pedido de fiscalização da obra, a empresa recusou. Os atingidos insistiram no pedido, porque eram eles que iriam morar e por isso tinham direito de fiscalizar. A empresa argumentava: “Nós já temos muitos engenheiros, e vocês não entendem nada, vocês não são técnicos e não têm necessidade dessa fiscalização¹⁰⁷”.

José Vanderlei Alves Santana conta como foi o processo de fiscalização:

... aí Afrânio resolveu liberar pra gente na sexta-feira, e toda sexta-feira a gente ia lá no bairro. Só que falou que teria que ter bota e capacete. Então, foi que um dia, a gente levou várias pessoas. Aí ele viu que as botas eram poucas, e deixou a bota pra lá, e falou só de capacete. E fomos explorar o bairro, ver o material, o ferro que teria na medida exata; a telha, teve telha que o barro não era bem cozido, e caminhões voltaram. Esse tipo de coisa, quando a gente chegava lá a gente balançava, viam com os pedreiros que a gente levava o projeto com a gente. Mediamos pra ver se o tamanho estava exato, se era aquilo mesmo. Várias vezes a madeira voltou pra trás, porque não era madeira adequada pra construção. Então foi assim que o bairro foi sendo construído, e tá daquele estado que tá hoje, mas foi muito trabalhoso pra gente conseguir essa estrutura¹⁰⁸.

O trabalho de fiscalização foi sério e organizado. As casas foram construídas do jeito que eles queriam. Esta forma de agir ganhou a simpatia de todos os empregados da obra, pois nunca trabalharam com uma comunidade tão organizada e unida. Chama-nos a atenção a força que os atingidos foram adquirindo com o processo de negociação com a empresa. Não se notou mais o aspecto de inferioridade, nem medo de falar e agir.

1.3.2 Reassentamento rural

¹⁰⁶ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ SANTANA, José Vanderlei Alves. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

Os pequenos produtores rurais residiam junto à margem do rio Jequitinhonha, em pequenas terras, vivendo da agricultura. Ao todo, foram nove famílias associadas, pertencentes ao município de Salto da Divisa.

Essa categoria lutou para que pudessem ter terra boa, bem localizada, documentação devidamente registrada, sistema de irrigação e orientação técnica agrícola da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), com infra-estrutura e meio de sobrevivência durante o período de transição¹⁰⁹.

Essa foi uma negociação muito dura, pois a empresa oferecia somente vinte hectares de terra e sem condições básicas para a produção de alimentos para a sobrevivência das famílias. Além disso, negava água potável, energia elétrica e irrigação (importante, segundo a avaliação da EMATER) e uma farinheira comunitária.¹¹⁰

Esse foi um projeto que acabou dando errado, pois os próprios associados não conseguiram chegar a um acordo. Diz irmã Rosa:

O pessoal que morava na roça, que tem um grupo que a gente chamava de "o pessoal da carreira comprida", ligada a terra, que vivia da terra e do rio, no início buscamos que a empresa comprasse outra terra e assentasse essas famílias, fazendo uma agrovila. No início até isso foi aceito, e tudo, mas eles conseguiram, por meio de pessoas de Salto da Divisa, desarticular o grupo, e esse grupo acabou abrindo mão e indo morar na cidade mesmo. Cada um recebeu trinta mil reais e comprou uma casa, e alguns compraram um pedaço de terra¹¹¹.

Florisvaldo Antonio do Nascimento conta que foram conhecer a terra para propor a compra, mas os colegas não ficaram satisfeitos, e a empresa acabou se aproveitando da situação e negociou com cada um em particular. Assim ele conta: "Isso aí é que tava combinado pra comprar uma terra pra gente aí, mas não deu certo, porque a gente não adubou muito a terra, e quando a gente viu não deu, aí ficou assim¹¹²". E acrescenta "O que modificou foi o seguinte: a empresa deu pra cada um de nós 5 mil reais. Aí comprei essa casa, a mulher botou umas coisas dentro de casa¹¹³". Pela pesquisa, percebemos o descontentamento de todos os que venderam suas terras à empresa. Falam que a vida ficou muito pior do que era.

¹⁰⁹ GADDH. Boletim Informativo. Salto da Divisa, 10 agosto de 2001.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 05 de maio de 2006.

¹¹² Florisvaldo Antonio do Nascimento. Salto da Divisa 8 de julho de 2006.

¹¹³ Idem

1.3.3 Extratores de pedra e areia

Os extratores de pedra e areia reivindicaram para seu sustento e o de suas respectivas famílias a compra de uma pedreira, com todos os recursos necessários para trabalhar: britador, compressor, caminhão, caçamba para transportar a pedra e equipamento de proteção. A proposta foi enviada para a empresa, que, por sua vez, fez uma contra proposta: compraria uma pedreira, mas num lugar muito longe da cidade. Os extratores de rochas considerado inviável, pois perceberam que a empresa não iria cumprir os acordos. Utilizaram outra estratégia e pediram que a indenização fosse feita em dinheiro. Entraram com o projeto na promotoria de Jacinto, e o orçamento ficou em 220 mil reais, com 10.500 reais pra cada um. Esse dinheiro seria aplicado numa pedreira. Na negociação junto ao promotor, a empresa optou por aceitar a indenização, dando para cada trabalhador a quantia de 8 mil reais, dinheiro pago somente oito meses depois¹¹⁴.

1.3.4 Os pescadores

A pesca era outro meio de sustento para muitas famílias. Fazia parte da cultura e da tradição desse povo. Quando a empresa anunciou a construção da barragem, essa atividade foi atingida em cheio, e surgiram grandes preocupações para com o futuro da pescaria. No entanto, essa categoria se organizou, fazendo exigências à empresa, tais como:

- Devido à interdição da área e à mudança da comunidade de peixes, vamos ficar longo período sem pescar. Durante esse tempo, que sejamos indenizados com cinco salários mínimos mensais;
- construção de tanques de piscicultura, inclusive com qualidade de peixes que favoreça a atividade de pesca na época da piracema;
- devido à extensão e ao volume de água da barragem, os nossos atuais equipamentos ficarão inutilizados (barcos, tarrafas, malhas). Que seja pago o material;
- fornecimento de tralha possante de pescaria, um barco a motor com equipamentos necessários para cada pescador;
- participação dos pescadores na escolha da qualidade de peixes a serem criados no lago e nos tanques;

¹¹⁴ GADDH. Boletim Informativo. Salto da Divisa, 10 de agosto de 2001.

- que tanto os pescadores que têm carteira quanto os pescadores que ainda não conseguiram tirar suas carteiras sejam indenizados igualmente¹¹⁵.

Todas essas exigências foram apresentadas à empresa. Conseguiram alguns benefícios nas negociações: um barco a cada duas pessoas e um salário de novecentos reais para a época da piracema. Mas a pesca em si foi atingida pela formação do lago, pois os peixes diminuíram pelo grande volume de água, gerando crise na pesca, o que desestabilizou os pescadores. As entrevistas com os ribeirinhos revelam descontentamento e desânimo perante a situação, pois conseguiram o mínimo daquilo que pediram.

Maria de Fátima aponta algumas exigências que a empresa não cumpriu:

... a construção de tanques de piscicultura pros pescadores, que também não cumpriu, quando o Ibama veio com os técnicos, e constataram as explosões pra desviar os canais de esgoto, a fim de que os peixes subissem, mas eles não conseguiram subir, somente deram uma indenização, que era um salário mínimo mensal e uma cesta básica, quer dizer, até hoje ainda tem pendência com os pescadores. Teve a questão do atracador do cais, mas acontece o seguinte: as outras pendências maiores não foram resolvidas, e a questão do tanque pra que eles pudessem dar continuidade ao trabalho deles¹¹⁶.

Damião, 40, pescador, conta que achava que realmente com o lago tudo iria ser diferente, mas com a cheia só veio preocupação, porque não se pegou mais peixe. “Nós tamo vivendo de acordo com a Itapebi. Tá pagando a gente, é um salário razoável, que eu acho até uma vergonha um pai de família esperar três meses pra receber setecentos, oitocentos e novecentos reais. Então, eu nunca esperava que isso ia acontecer”.¹¹⁷ Ele conta que a empresa trouxe um engenheiro de pesca do Rio de Janeiro, chamado Armando, e um biólogo de Belo Horizonte, quando colaram a problemática do peixe; eles disseram aos pescadores: “Parem de brigar por coisa pequena. Vocês têm que ver que dias melhores vão vir pela frente’. Só que ele não explicou pra gente esses dias melhor¹¹⁸”.

O pescador conseguiu da empresa um barco para a pesca. Mas antes eles não precisavam gastar gasolina para pescar. Ainda mais pegando menos peixe. Damião acrescenta:

E hoje a gente tá com a realidade, não temos peixe. Eu pescu junto mais meu pai, nós tem mil e oitocentos metros de rede. Tá com quase um mês que nós não colocamos rede na água, porque não tá compensando, que talvez você pega vinte, trinta contos pra comprar uma carne, um feijão, mas você

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Maria de Fátima Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

¹¹⁷ Damião Alves dos Santos. Salto da Divisa, 8 de julho de 2006.

¹¹⁸ Idem.

investe na gasolina, aí você vai lá, cadê o peixe? E aquele dinheiro já servia pra botar dentro de casa, mas você investe na gasolina; não pegamos peixe, e agora?¹¹⁹.

O que os pescadores conseguiram foi com muita luta e dificuldade. Em reuniões que devoraram muitas horas, com uma tensão muito grande:

Era bate-boca, era briga verbal. A gente queria uma coisa, eles já queriam outra, teve uma reunião que a gente começou por volta de duas horas da tarde, e foi terminar pela uma hora da manhã. Pescador com Direitos Humanos debatendo com a empresa. Se não me engano, o promotor de justiça de Jacinto tava junto, o Ibama também. Então foi uma reunião muito desgastante, muita briga, pra gente conseguir o que tem hoje, que é um barco, e mesmo assim ela deu um barco pra dois pescador, ele deu um barco eu mais o meu pai, isso foi as negociação, que a gente conseguiu, pois nem isso eles queriam dar.¹²⁰

As negociações eram cansativas e desgastantes. O papel do GADDH e da irmã Rosa foram fundamentais nesses momentos, pois não se deixavam abalar pelos comentários provocadores dos representantes da empresa. Relata Jorge Alexandre do Santos, 42, pescador:

E se não fosse os Direitos Humanos com a irmã Rosa pra tentar nos ajudar, que entrou em briga, que rolou noite adentro, sete horas da noite ela rolou até duas horas da manhã. E não foi duas reuniões, chegou em torno de 150. Num período, então ela teve um papel fundamental. Se ela não tivesse brigado com a gente, a gente não teria conseguido, o mínimo seria dez por cento do conseguido¹²¹.

Notamos que os pescadores constituíram uma associação muito forte na luta por seus direitos. Em sua grande maioria, possuíam famílias e tiravam seu sustento era tirado da pesca. Sua luta continua até hoje, pois buscam mais garantias para seus trabalhos como meio de sobrevivência.

1.3.5 As lavadeiras das margens do rio jequitinhonha

Com a formação do lago, as lavadeiras perderam seu espaço de trabalho, pois as águas cobriram os rochedos nos quais lavavam e secavam as roupas. Assim, elas também formaram uma associação e elaboraram uma lista de reivindicações, acrescentando às propostas da empresa:

- Junto à lavanderia, conforme projeto apresentado na reunião, é necessário incluir uma área livre, cercada de muro para varal;

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Jorge Alexandre. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

- pedem à Itapebi que faça um estudo sobre a forma mais barata de consumo e despesas de água e energia. Hoje as lavadeiras não têm nenhum custo com água e energia;
- que a empresa firme convênios com as entidades fornecedoras de água e energia por um período de dois anos, sendo que no primeiro ano as usuárias sejam isentas das referidas taxas e no segundo ano as mesmas passarão arcar com um terço das despesas, até o final do convênio¹²².

As lavadeiras não conseguiram benefícios algum. Embora a empresa tenha construído uma lavanderia comunitária, esta não atendeu às necessidades do grupo. Os tanques são pequenos demais e o espaço não pode abrigar o grande número de lavadeiras existentes; além disso, precisam pagar pela água e pela energia utilizadas. A construção da lavanderia foi em vão.

Jovecilia Maria de Jesus, lavadeira, conta da dificuldade de lavar no local construído pela empresa:

Eles falavam que as lavadeiras não eram atingidas, que não ia ter problema, que ia lavar roupa no rio e que não ia ter problema. Mas aí eles viram que não ia ter condições de lavar no rio, eles fizeram a lavanderia. Tá lá, não tem como nós usar, não tem equipamentos de lavanderia. Os tanquinhos são desse tamanhinho. Colocou uma calça lá dentro, enche e não dá pra esfregar e não tem condições. Pedimos pra eles pelo menos colocar tanque de dois bojos, que seria pra nós, e ele negou. Disse que não tem responsabilidade com lavadeira, que lavadeira pra ele tinha morrido. Que não tinha nada a ver com lavanderia, não. Tinha feito a lavanderia e que não tinha mais nada a ver com lavadeira. Tinha morrido o povo de lavanderia pra ele. E por aí ficou¹²³.

A reivindicação continua ainda hoje, embora a empresa diga que suas negociações já se finalizaram. O certo é que essa categoria foi a mais afetada, porque essas mulheres sustentavam suas famílias com o trabalho de lavagem de roupas. Jovecilia diz que as lavadeiras continuam se reunindo, por que “elas querem ser indenizadas pelo prejuízo, porque não pode mais sobreviver lavando roupas¹²⁴”.

1.3.6 Os quintais que foram inundados

A troca de experiências com os vitimados por outras barragens despertou a atenção para uma realidade: as moradias próximas do lago, que não seriam totalmente atingidas, teriam os quintais inundados. A preocupação maior era com as possíveis infiltrações que

¹²² GADDH. Boletim Informativo. Salto da Divisa, 10 de agosto de 2001.

¹²³ Jovecilia Maria de Jesus. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

¹²⁴ Idem.

poderiam surgir futuramente. Eles também se organizaram e fizeram suas reivindicações, mas a empresa os tratou muito mal. Eles responderam à empresa:

Nós, moradores da área atingida pelo lago ou por outros projetos da Itapebi Geração de Energia S. A., em resposta solicitada pela empresa, queremos dizer o seguinte:

- nunca pensamos que ao ser atingidos fôssemos tratados pela empresa com tanta frieza;
- o nosso quintal é nossa propriedade, é parte da nossa casa, é espaço privado da família, é onde plantamos, tiramos parte da nossa sobrevivência, onde as crianças brincam;
- a partir da proposta da Itapebi, de três reais o metro quadrado de quintal, não dá para negociar;
- queremos saber como ficará cada casa em confronto com o lago ou avenida, em área de turismo. Em que situações ficarão estas moradias^{125?}

Essa categoria também não foi indenizada, mas somente aquelas famílias que venderam parte de seus terrenos para fazer uma rua de circulação para o lago, pois não havia. A empresa pagou apenas dois reais o metro quadrado dos quintais que necessitava. Segundo os moradores, isso foi uma vergonha e uma decepção, pois não esperavam ser tratados da forma como foram. A empresa nunca reconheceu este grupo como atingidos.

Muitas dessas lutas ainda continuam hoje, pois não receberam tudo que pediram.

Conclui a irmã Rosa:

Bom, um trabalho gratificante, em que eu vivi isso concretamente, um trabalho onde a gente sente de fato essa presença de Deus, ao lado dos pobres, junto dos que sofrem, dos ameaçados, das crianças, das mulheres violentadas... É muito concreto mesmo, a gente sente e escuta Deus falando com esse povo, e Deus ajudando a gente a buscar caminhos de libertação para esse povo. Eu confio plenamente na organização do povo e na potência de busca e de resistência dele. O povo junto vai construindo a libertação¹²⁶.

Diante do exposto, percebemos uma evolução no modo de agir dos ribeirinhos. O período de 1993 a 96 lhes possibilitou verem a importância do trabalho comunitário. Eles descobriram que cada um poderia fazer um pouco para ajudar a melhorar a vida do outro, sem precisar sacrificar próprio salário ou atividades importantes para sua família. Descobriram a importância de se reunir para estudar, rezar e planejar.

O segundo período da ação pastoral caracterizou-se pelo trabalho comunitário visando a preservação do meio ambiente e o bem comum de toda a população. Iniciou-se com um trabalho de defesa ambiental e dos direitos das pessoas atingidas pelo lago artificial. Percebemos que foi se desenvolvendo a consciência crítica durante o desenrolar das negociações com a empresa. O sentimento de inferioridade do início da ação pastoral

¹²⁵ GADDH: Boletim Informativo. Salto da Divisa, 10 de agosto de 2001.

¹²⁶ Idem.

desapareceu, porque se começou a trabalhar questões mais pontuais, contando com a ajuda de muitas pessoas da cidade, como também de fora, além do envolvimento de autoridades políticas e atingidos por outra barragem. Todo aprendizado desse processo permitiu maior amadurecimento crítico e houve grande envolvimento da comunidade atingida.

O GADDH e a ASCCOM foram instrumentos necessários para a continuidade da ação pastoral. O GADDH desempenhou o papel de articulador e transformador das consciências. Seu trabalho de denúncia e apoio às vítimas de violência ganhou o respeito e a confiança dos cidadãos saltenses. O trabalho do GADDH na mediação entre os atingidos e a empresa foi de grande importância. A rádio comunitária cumpriu o seu papel: formou e informou a população local, despertou o senso crítico dos saltenses, abriu os olhos das pessoas para a caridade, a justiça e a paz. Enfim, os dois organismos foram fundamentais para o fortalecimento da ação pastoral.

O crescimento da consciência organizacional e unitiva dos atingidos foi o resultado do trabalho de base das irmãs. Inicialmente, vimos uma população individualista, medrosa, preocupada consigo mesma e deixando sua sorte nas mãos dos políticos. O crescimento foi perceptível: o povo saiu do processo de acomodação, fortalecendo uma ação pastoral dinâmica, complexa e conflitiva. As conquistas e derrotas fizeram parte dessa luta.

CAPÍTULO III – OS FRUTOS E AS RIQUEZAS DA AÇÃO PASTORAL

A presença das irmãs dominicanas em Salto da Divisa como tal, apresentada nos capítulos anteriores, será interpretada, neste capítulo, com a finalidade de verificar se a ação pastoral desenvolvida por elas alcançou realmente o resultado esperado, segundo o modelo de inserção das religiosas no meio popular. Para isso, alguns elementos-chave serão destacados e aprofundados, a fim de avaliar com rigor essa ação. Entre esses pontos destacaremos: as orientações da Igreja para a ação pastoral; a congregação religiosa e o plano pastoral de conjunto; os elementos fundamentais para uma ação pastoral; comunidade saltense x comunidades de irmãs dominicanas; planejamento pastoral; a intencionalidade da inserção pastoral.

1. As orientações da Igreja para a ação pastoral

O ponto de partida para a avaliação da ação pastoral é a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, documento conciliar que trata especificamente da pastoral da Igreja: expõe as relações da Igreja com o mundo e com os homens de hoje. O homem e o mundo são objetos de alegria e de preocupação por parte da Igreja:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.¹²⁷

Esse pequeno fragmento impele toda a Igreja para uma nova forma de ser e de agir perante os dramas vividos pela humanidade, principalmente perante a situação dos mais pobres e sofredores. Olhando para a realidade latino-americana, a situação de miséria e de pobreza da população é explícita. A Igreja Católica deu respostas a essa realidade, com as Assembléias das Conferências Episcopais Latino-americanas, principalmente a partir de Medellín: por meio da compaixão, da solidariedade, do respeito e do amor para com essa porção da humanidade, procurou ela fomentar a transformação da realidade pela justiça do Reino de Deus. Segundo a *Gaudium et Spes*, o amor é a “lei fundamental da perfeição humana, e, portanto da transformação do mundo¹²⁸”, acrescenta Medellín que o amor não é apenas um mandamento supremo do Senhor, é também o dinamismo que deve mover os cristãos a realizar a justiça no mundo, tendo como fundamento a verdade e como sinal a liberdade¹²⁹. A Assembléia de Puebla, sintonizada na realidade da América Latina diz: “... os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem¹³⁰”.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, no final do nº 3, diz: “Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa humana e de restaurar a sociedade humana¹³¹”, isto é, a relação do cristão com o mundo consiste num ato de amor, que o leva a querer transformar, a mudar o sistema político, econômico e social que se pauta simplesmente por defender interesses particulares e de mercado, sem atenção para o bem da pessoa humana. Se a Igreja direciona a ação dos cristãos para uma transformação radical da sociedade, pressupõe que ela se insira nessa realidade, a fim de conhecer os dramas e os sofrimentos humanos, renovando a sociedade por meio dos valores cristãos.

Como definir a missão da Igreja, tendo como palco um mundo configurado pelos valores econômicos? Medellín define a “missão pastoral como um serviço de inspiração e de

¹²⁷ *Gaudium et Spes*, nº1.

¹²⁸ *Idem*, nº38.

¹²⁹ CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN – 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 1998, p. 47.

¹³⁰ CONCLUSÕES DE CONFERÊNCIA DE PUEBLA – 1979. São Paulo: Edições Paulinas, 1979, nº 1142.

¹³¹ *Gaudium et Spes*, nº3.

educação das consciências dos fiéis, para ajudar-los a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social¹³²”.

A ação pastoral das irmãs dominicanas apresentou o aspecto da transformação de uma sociedade injusta e opressora para uma sociedade que levou em conta a dimensão humana e a sua felicidade. Conhecer as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias foram os princípios fundamentais de toda a ação pastoral executada por elas, pois permitiu uma ação encarnada na realidade, levando em conta a cultura e a história do povo. Também despertou nos grupos a reflexão sobre as relações entre fé e vida, possibilitando que as pessoas fizessem uma leitura da realidade a partir da fé.

As Assembléias das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín e de Puebla conduziram os cristãos para uma ação eclesial transformadora, levando-os a se preocupar em formar e fortalecer pequenas comunidades eclesiais. Nesse sentido, o documento de Puebla convoca a Vida Consagrada: “... para que assumam um compromisso preferencial pelos pobres [...]. Estimular os religiosos e religiosas a atingirem, com sua ação evangelizadora, os ambientes da cultura, da arte, da comunicação social, a fim de darem a sua contribuição específica...¹³³”, sendo ali fermento na massa.

O Concílio Vaticano II, no documento *Apostolicam Actuositatem*, sobre o laicato, ao tratar da formação dos leigos, nos diz que é obrigação da Igreja formar seus fiéis para fazerem uma leitura crítica da realidade, utilizando um método eficiente de leitura, ensinando-os: “... logo desde o início da sua formação, a ver, julgar e agir, tudo à luz da fé, a formarem-se e a aperfeiçoarem-se a si mesmos com os outros pela ação e, assim entrar no serviço ativo da Igreja¹³⁴”. O Magistério da Igreja orienta que a formação deve ser teórica, mas que deve ter uma ação transformadora no seio da sociedade e, para isso, devem ser os cristãos leigos bem formados para que, a partir deles, possam acontecer as desejadas mudanças sociais. Assim, os sacerdotes, os religiosos e as religiosas têm como ofício formar todo o povo de Deus na dimensão da fé e da vida.

Como princípio orientador da ação pastoral, a Igreja, a exemplo de Cristo, deve ser luz entre os povos, sendo sinal e instrumento de íntima unidade entre Deus e os homens. A ação pastoral tem como ponto de partida o anúncio explícito da Boa Nova de Jesus Cristo, e não a realidade humana em si. Mas essa realidade humana pode ser transformada, se for atraída para

¹³² Medellín, nº 6.

¹³³ Puebla, nº 769-770.

¹³⁴ *Apostolicam Actuositatem*, nº 28.

Cristo. Portanto, como diz Puebla, a missão do religioso inserido é de ser luz e fermento: “urgidos pelo amor de Cristo são fermento da consciência missionária dentro da comunidade eclesial...¹³⁵”.

Podemos ressaltar, portanto, que as irmãs tiveram uma presença transformadora dentro da sociedade saltense, procurando conhecer e aprofundar as situações de alegrias e esperanças, de tristezas e angústias, fazendo desses princípios uma orientação pastoral e um caminho de ação.

1.2 Ação pastoral: um trabalho em conjunto com a Igreja Particular

O apostolado, seja ele qual for, não pode estar desvinculado do corpo da Igreja. O documento conciliar *Apostolicam Actuositatem* nos fala que o apostolado é exercido por toda Igreja: “toda atividade do Corpo Místico orientada para este fim chama-se apostolado, que a Igreja exerce, por meio de todos os seus membros, de maneiras diversas; com efeito, a vocação cristã, por sua natureza, é também vocação ao apostolado¹³⁶”. Apostolado é o encargo de todos os fiéis de difundir a mensagem divina da salvação, tornando-a conhecida e vivenciada por todo homem da terra. A transmissão da mensagem salvadora pode ser variada. Portanto, para que aconteça a comunhão católica entre os diversos estados do povo de Deus constituído é necessário haver um ponto máximo de referência orgânica. Medellín nos ajuda a entender isso:

Assegurar o cumprimento dessa exigência é tarefa que incumbe particularmente aos ministros da Hierarquia, e em forma especialíssima aos bispos, o quais, colegialmente unidos ao Pontífice Romano, sua Cabeça, são o princípio da catolicidade das Igrejas. Para que a mencionada abertura seja efetiva e não puramente jurídica, é necessário haver uma comunicação real, ascendente e descendente, entre a base e a cúpula¹³⁷.

Disso decorre que a ação pastoral não deve ser isolada, mas como um somatório de forças, “como o fermento e a alma da sociedade humana, a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus¹³⁸”. Toda a harmonia do apostolado dentro da Igreja deve desenvolver-se no que chamamos Pastoral de Conjunto, uma missão conjunta entre todos os cristãos batizados.

¹³⁵ Puebla, nº 755.

¹³⁶ *Apostolicam Actuositate*, nº 2.

¹³⁷ Medellín, p. 207, nº 8.

¹³⁸ *Gaudium et Spes*, nº 40.

Feito esse percurso, avaliamos a ligação da ação pastoral das irmãs dominicanas com a Igreja particular. Nesse sentido, constatamos que sempre houve uma harmonia entre elas e a diocese de Almenara, MG. É claro que aconteceu uma identificação das irmãs com a realidade diocesana pela linha de trabalho pastoral. Por outro lado, a diocese carecia de sacerdotes e religiosas para desenvolver um trabalho na linha da evangelização.

Desde o início da presença das irmãs, percebemos um esforço muito grande delas para um trabalho de comunhão. Elas foram morar numa casa paroquial, mas por motivo de adaptação, saíram e foram residir num local próprio para sua comunidade.

As pastorais estavam em harmonia com a caminhada da diocese: a Pastoral da Catequese, feita pela irmã Geraldinha, participava de todas as reuniões da diocese, segundo a mesma irmã; quanto à Pastoral da Criança, toda a liderança foi formada na cidade de Almenara, em cursos promovidos pela diretoria diocesana. Assim, toda ação pastoral realizada pelas irmãs ocorreu em sintonia com a linha pastoral da diocese de Almenara.

Como vimos no capítulo anterior, a ação pastoral em Salto da Divisa foi tomando uma dimensão conflituosa devido a construção da barragem de Itapebi, e isso exigiu uma postura firme e enérgica por parte das religiosas. Essa postura radical assustou muitas pessoas, inclusive sacerdotes, mas o bispo sempre as apoiou. Temos o depoimento do atual pároco, frei Emilio:

Antes de eu chegar aqui, havia boatos de que as irmãs não queriam nada, senão um trabalho social e tinha padres que não aceitaram muito essa missão. Eu cheguei, ao contrário, com muita alegria, que o trabalho delas é profundamente evangélico, religioso, eclesial, e por isso hoje eu estou de acordo com a missão nova da Igreja, que não pode existir no nosso Evangelho que não mexa com a vida, que não se preocupa com os problemas reais, principalmente do povo, e do povo pobre, marginalizado, oprimido, e assim vai. Lembre que nós estamos no vale Jequitinhonha, apelidado, não sei se em boa fé, como Vale da Miséria, onde o povo sofre, muito mais do que vocês que moram em outras partes do Brasil imaginam. Eu acho formidável o trabalho das irmãs¹³⁹.

A ação pastoral das irmãs se deu em plena harmonia, caracterizando-se como um trabalho de pastoral de conjunto, não aparecendo conflitos explícitos que poderiam vir a prejudicar a linha pastoral da diocese. Puebla já alertava para o problema da falta de comunhão, que poderia gerar tensões entre os religiosos inseridos e os bispos: “Não obstante, ocorrem tensões. Umhas vezes no seio das comunidades; outras, entre estas e os bispos. Acontece perder-se de vista a missão pastoral do bispo ou carisma próprio do instituto...”¹⁴⁰.

¹³⁹ Frei Emilio. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

¹⁴⁰ Puebla, n° 738.

A ação pastoral das irmãs se realizou em plena harmonia com a igreja diocesana e local, configurando-se como uma ação unívoca da presença da Igreja naquele local.

1.3 Elementos teológicos e práticos para a ação pastoral

A Igreja realiza sua missão no mundo. O grande desafio missionário está em abrir-se ao vasto campo da missão, para além de suas fronteiras. “Ser fiel ao plano de Deus significa para a Igreja ir ao encontro do ser humano em sua situação, procurando encarnar o Evangelho nas culturas, a partir de sua identidade evangélica¹⁴¹”. Alguns elementos fundamentais para a ação pastoral não podem ser omitidos, como os elementos teológicos e pedagógico-pastorais, pois a finalidade da ação pastoral é formar comunidades maduras, que testemunhem abertamente a verdade de Jesus Cristo.

1.3.1 Elementos teológicos

A Teologia Pastoral, disciplina teológica que estuda a ação eclesial, estabelece alguns critérios que não podem faltar numa ação pastoral. Analisaremos essa ação pastoral por meio de dois desses critérios: o teândrico e o sacramental. Esses são critérios que brotam da continuidade da própria missão de Cristo enquanto contato direto com o povo que recebe a proclamação da Boa Nova.

a) Critério teândrico

A missão da Igreja no mundo é a mesma de Cristo. Numa ação pastoral não se pode acentuar uma única natureza de Cristo, ou a divina ou a humana, mas é preciso levar em conta suas duas naturezas, unidas em sua única pessoa. Jesus é o Filho de Deus, enviado ao mundo por amor de Deus Pai; assim, toda ação pastoral é o lugar da atuação e do protagonismo de Deus na história humana. Julio Ramos descreve que a ação pastoral deve despertar:

- uma atitude de fé, sempre presente na ação eclesial;
- a confiança e a esperança em que Deus segue atuando nela;
- deixar a Deus o protagonismo da ação pastoral e não empenharmos em outros protagonismo;

¹⁴¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998*. São Paulo: Paulinas, 1995.

- confrontar continuamente a ação pastoral com a ação de Deus e com sua revelação;
- fazer que a ação pastoral da Igreja leve realmente ao encontro do homem e do mundo com Deus ...¹⁴².

A ação pastoral da Igreja deve levar o evangelizado a conhecer o plano de salvação revelado por Deus. Esse conhecimento de Deus passa pela vivência dos sacramentos, pelo exercício da caridade e pelo anúncio de Jesus Cristo. Ao mesmo tempo, a ação pastoral deve levar as pessoas à dimensão comunitária, pois toda comunidade cristã tem o dever de dar o testemunho de sua fé.

Com esses fundamentos, percebemos que a ação pastoral das irmãs não ignorou tais critérios. Irmã Geraldinha, em seu empenho com a catequese, tinha em vista a preocupação com a dimensão doutrinária na formação dos catequizandos; irmã Teresinha, dando aulas na escola pública da cidade, empenhou-se no conteúdo religioso cristão; as Cebs foram os grupos que mais se destacaram pela formação doutrinária da fé, relacionando fé e vida. Genivaldo Pereira dos Santos diz que “não adianta a gente só trabalhar e não ouvir a Palavra de Deus em primeiro lugar. Não adianta ter dinheiro e não ter saúde. Tem que trabalhar tudo igual¹⁴³”. Pela fala deste lavrador, percebemos que as pessoas foram inseridas no mistério da fé cristã, na qual a meditação, a leitura e o estudo da Bíblia foram elementos fundamentais em sua formação religiosa.

Nas atas do GADDH, encontramos registradas muitas reuniões que se iniciaram com a proclamação de um texto extraído dos evangelhos: “... Iniciou-se a reunião com a palavra a presidente do GADDH, que após ler o evangelho de Lucas, fizemos um breve comentário¹⁴⁴”.

Jovecilia Maria de Jesus expressa sua fé em Deus, apesar de toda a adversidade:

E pela fé que eu tenho em Deus, eu hei de vencer essa luta, porque nós passamos muita dificuldade, e ninguém viu nós a não ser primeiro Deus e depois o grupo de defesa dos Direitos Humanos. Nós tem muito que agradecer, e mesmo assim ainda tem gente que não agradece. Não ta aí pra ninguém, e eu não tenho nada contra, sabe, mas Deus mesmo, é Deus que dá força pra esse povo mesmo, vê o lado dos pequenos¹⁴⁵.

A comunidade ribeirinha apresenta uma fé sólida, construída em firmes alicerces cristológicos, nas duas naturezas de Cristo, divina e humana, o que permitiu realizar uma

¹⁴² RAMOS, Julio A. *Teologia Pastoral*. Madri: BAC, 2001, p. 104.

¹⁴³ Genivaldo Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

¹⁴⁴ GADDH. Ata da reunião do dia 20 de outubro de 2004. Livro 1, p. 22.

¹⁴⁵ Jovecilia Maria de Jesus. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

caminhada madura, com os pés no chão, sem equívocos ou exageros. O conceito de Deus reveste de significado toda ação pastoral e está acima de qualquer coisa.

Percebemos que quando os entrevistados falavam de Deus não estavam se referindo a algo abstrato, mas a Jesus Cristo, Filho de Deus, que se encarnou, morreu e ressuscitou. Ou seja, falavam de Jesus divino e humano. Este aspecto teândrico de Deus não poderia faltar na ação pastoral. Eles estavam ali por Jesus Cristo.

b) Critério sacramental

A Igreja é um sinal eficaz da presença de Deus. A ação da Igreja é sacramental na medida em que ela realiza a obra salvadora de Cristo. Esta se concretiza pela ação do Espírito Santo.

Toda ação pastoral tem de ser sacramental, pois ela quer ser a Igreja presente naquele local. As irmãs representaram a Igreja de Cristo no meio dos mais pobres e oprimidos. A presença das irmãs em Salto da Divisa tornou a Igreja local mais viva e atuante. Deram testemunho de uma Igreja que serve e ao mesmo tempo inseriram na comunidade local o mistério da encarnação do Filho de Deus, alimentando e conservando a dimensão misteriosa da fé cristã. Assim, vemos uma comunidade de fiéis que deram testemunho de fé e de vivência sacramental.

Julio Ramos diz que o sinal de sacramentalidade da Igreja está em trazer ao mundo a salvação de Cristo, por meio de seu trabalho e compromisso:

No solamente significa la salvación, sino que hace presente la salvación allí donde opera por meio de su compromiso servidor con este mundo. De este modo, la acción pastoral no es ajena a la construcción de nuestra historia, sino que le aporta lo que constituye su identidad para que el mundo se salve. La acción pastoral no es solamente una alternativa ofrecida a nuestro mundo, sino compromiso y trabajo en él para que este mundo se abra a la salvación¹⁴⁶.

As irmãs deram testemunho de uma Igreja presente e atenta aos sofrimentos do povo, não medindo esforços para os acolhe-lo e dar encaminhamento a suas necessidades. São muitos os testemunhos dos ribeirinhos com relação à dedicação das irmãs em servi-los.

Citaremos dois depoimentos para ilustrar o modo como serviram a comunidade local:

¹⁴⁶ Julio Ramos, *Teologia Pastoral*, p. 105.

A importância delas aqui é de cem por cento, total mesmo. Porque sem a presença das irmãs as coisas aqui se tornariam muito difícil. Porque a única pessoa que a gente tem a procurar, pra sentir um apoio, a única pessoa que tem condição de ajudar a população, são as irmãs. Por acaso elas chegarem e irem embora daqui ficava muito difícil, muito ruim mesmo¹⁴⁷.

A presença das irmãs foi em defesa da vida dos mais pobres, falando e defendendo sua causa sem precedente.

As irmãs foi a história mais bonita que pode existir aqui em Salto da Divisa. A irmã Rosa, não sei como pode existir aqui em Salto. Ela fez um trabalho que nenhum aqui faz, porque nenhum deles teve coragem de dar uma palavra pelos atingidos. E ela chegou na hora do fracasso e formou a comissão e foi lá, a frente, e explicou como, mas com a ajuda dela. Elas foram muito importantes¹⁴⁸.

Quanto às celebrações, vimos a importância da Palavra de Deus na vida dos ribeirinhos. Eles conseguiam se reunir sempre para celebrar a vida:

... então nós celebrava o que a gente vivia. Por exemplo, nós vivemos de segunda a sexta, então nós vamos celebrar o que você passou na semana. Qual foi a sua necessidade na semana, qual foi a sua dificuldade da semana [...] Nós ficamos de domingo trabalhando de sete horas até meio dia, às nove horas tinha o café da manhã pra tomar, ao meio dia o almoço, aí se reunia todo mundo que tivesse trabalhando em outro local, vinha pra aqui, aí reunia tudo, primeiro de pegar uma refeição, nós rezava, agradecia a Deus tudo de mão dada, através dessa união que nós fizemos e nós conseguimos tirar muita gente debaixo da lona que tinha aqui em Salto¹⁴⁹.

A presença das irmãs em Salto da Divisa proporcionou uma imagem de Igreja presente em todas as dimensões da vida dos ribeirinhos. Foi uma presença visível que conseguiu também fazer com que esses fiéis pudessem encontrar a Deus na celebração de seu mistério pascal.

1.3.2 Exigências pedagógico-pastorais para a evangelização

A missão da Igreja do Brasil foi organizada no pós-Concílio em seis linhas de trabalho, estabelecidas pelo Plano Pastoral de Conjunto 1966-1969, a saber: linha 1, promover uma sempre e mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica; linha 2, promover a ação missionária; linha 3, promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica; linha 4, promover a ação litúrgica; linha 5, promover a ação ecumênica; linha 6, promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento da construção de um mundo

¹⁴⁷ Damião Alves dos Santos. Salto da Divisa, 8 de julho de 2006.

¹⁴⁸ Sebastião de Moura. Entrevista. Salto da Divisa, 8 de julho de 2006.

¹⁴⁹ Genivaldo Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 7 de julho de 2006.

segundo os desígnios de Deus. Os bispos do Brasil adotarão, após a IV Assembléia do Episcopado Latino-americano de São Domingos, outras orientações na linha da organização pastoral, mas que, segundo o documento da CNBB, não são contrárias às anteriores, porque “correspondem fundamentalmente às exigências intrínsecas da evangelização agora descrita¹⁵⁰”. Essas novas orientações são: o serviço, que se caracteriza especialmente pela dimensão sócio-transformadora (linha 6); o diálogo, concretizado na dimensão ecumênica e no diálogo religioso (linha 5); o anúncio se concretiza na dimensão missionária (linha 2); o testemunho da comunhão, na dimensão comunitário-participativa (linha 1), que se alimenta nas fontes da Palavra (linha 3) e da liturgia (linha 4)¹⁵¹.

Todas essas orientações pressupõem a inculturação, que “significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas¹⁵²”. A partir do exposto, pretendemos ver se a ação pastoral das irmãs dominicanas levou em conta essas orientações pastorais em seu trabalho missionário, pois este documento foi lançado no início da ação pastoral em Salto da Divisa.

a) A inserção das irmãs dominicanas e a inculturação.

A proclamação da Boa Nova se deu em um processo de inculturação, quase sempre conflitivo. Mas, em reconhecimento às liberdades civis, a Igreja viu ser conveniente também respeitar a liberdade religiosa, respeitando cada pessoa na escolha de sua religião¹⁵³. A comunidade que se empenha nessa linha pastoral de inculturação evangélica “mantem firme tanto a atitude de solidariedade com a cultura em que está inserida quanto atitude de crítica ou discernimento à luz do Evangelho, que ilumina, purifica, transforma toda cultura, pois a todas elas transcende¹⁵⁴”. Assim, o documento da CNBB destaca esta dimensão pastoral como algo importantíssimo para o desenvolvimento de qualquer atividade de ação evangelizadora, por razão das circunstâncias concretas de cada realidade.

¹⁵⁰ Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998, nº 177.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Cf. Redemptoris Missio, nº 52.

¹⁵³ Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil - 1995-1998, nº 183.

¹⁵⁴ Idem, nº 190.

No processo de desenvolvimento do planejamento pastoral das irmãs, podemos perceber essa dimensão da organização pastoral. O fato de passarem um ano conhecendo a realidade dos ribeirinhos demonstra a atenção com essa dimensão pastoral.

As irmãs ficaram um ano ouvindo as pessoas, ganhando confiança das pessoas se adaptando a essa nova realidade, porque embora nós já estávamos, quem foi pra lá já tinha assim um trabalho no meio do povo, a irmã Teresinha em Volta Redonda, Solange em Belo Horizonte e Geraldinha em São Domingos do Prata, e quando eu fui pra lá, aqui eu trabalhava com a pastoral operária, com as mulheres da periferia, mas chegamos. Pra nós era uma realidade completamente nova, e bem diferenciada. Tivemos que aprender a cultura do povo, entender como as pessoas reagem¹⁵⁵.

A citação acima demonstra, portanto, que essa dimensão pastoral não foi ignorada. Pelo contrário, já era um pressuposto para o trabalho a ser desenvolvido.

b) A inserção das irmãs dominicanas e o serviço

Dentre as orientações dadas pela CNBB após a conferência de São Domingos, o serviço é um campo pastoral importantíssimo, pois é por meio dele que se vai concretizando a missão da *diakonia* na Igreja. Por isso, essa orientação não é somente dos agentes pastorais sociais, mas de toda a comunidade eclesial, pois é um sinal privilegiado do seguimento de Cristo, que veio para servir e não para ser servido. Essa dimensão pastoral impele a agir pela transformação no seio da sociedade:

O empenho consciente neste trabalho social levará a questionar e lutar por estruturas e as decisões políticas que influem sobre estas situações e o absolutismo da economia de mercado, que se sobrepõe às outras dimensões da vida humana e gera a exclusão daqueles que não são economicamente úteis¹⁵⁶.

A dimensão do serviço permite uma inserção qualitativa na vida do povo sofrido, colaborando com o surgimento de alternativas para superação da miséria e da opressão. Nesse sentido, também é possível formar consciência crítica com estudos e com aprofundamentos de questões, o que ajuda no crescimento do espírito comunitário.

Essa dimensão ficou muito clara na pesquisa de campo, pois todos reconheceram a importância do trabalho das irmãs em relação ao crescimento da dimensão comunitária.

¹⁵⁵ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 5 de maio de 2006.

¹⁵⁶ Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil - 1995-1998, nº 200.

... então as comunidades se organizaram, logo com a vinda das irmãs dominicanas, então as comunidades nas associações se organizaram, e chegaram à conclusão que um dos meios para que nós pudéssemos ter vez e vozes seria a implantação de uma rádio comunitária, então juntou todas as associações, do bairro ...¹⁵⁷.

O exemplo das irmãs na dedicação ao trabalho em prol das necessidades da comunidade levou o povo a fazer o mesmo:

... nós aprendemos assim, ter confiança, a acreditar tanto no trabalho dela, e é por isso que a gente deu continuidade. Mas tudo isso que você tá vendo hoje, o GADDH, as associações, a catequese, lá no centro comunitário, tudo ela já tinha organizado... nós simplesmente, por amor, com dedicação, e confiança que ela depositou na gente, e por respeito por ela, por querer crescer, por querer mostrar ao povo que eles têm condição de ser gente, pretendemos dar continuidade ao trabalho¹⁵⁸.

Por meio dessa pequena entrevista, que representa o pensamento comum dos ribeirinhos, constatamos que a dimensão do serviço foi bem desenvolvida, pois mesmo sem a presença das irmãs em Salto da Divisa, o povo ribeirinho continua sua missão de batizados.

c) A inserção das irmãs dominicanas e o diálogo

A Igreja crê na importância do diálogo entre as igrejas cristãs e das religiões, pois “ele contribuirá, normalmente, para criar condições favoráveis para que o cristão possa dar testemunho da sua fé e anunciar Cristo Salvador de toda humanidade¹⁵⁹”. É fundamental para o diálogo o reconhecimento da liberdade religiosa; ele possibilita alimentar o espírito de cooperação para a transformação da sociedade.

Essa dimensão foi perceptível no trabalho pastoral das irmãs. Em nossa pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de conversar com pessoas de outras tradições religiosas, como o pescador Jorge Alexandre dos Santos, testemunha de Jeová, e o pastor presbiteriano Cláudio, membro e locutor da rádio “A Voz do Povo”.

Nas entrevistas, constatamos um grande reconhecimento da importância da presença das religiosas em Salto da Divisa. Assim fala Jorge dos Santos: “Elas teve um papel fundamental nessa história, em primeiro lugar tem que agradecer a Jeová, Ele; em segundo

¹⁵⁷ José Aparecido Rocha Alves. Salto da Divisa, 6 de julho de 2006.

¹⁵⁸ Maria de Fátima Pereira dos Santos. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

¹⁵⁹ Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998, nº 208.

lugar a elas, muito, muito, porque, se não fosse elas, as nossas vidas ia tá pior, mas tava mesmo¹⁶⁰”.

d) A inserção das irmãs dominicanas e o anúncio

Todo trabalho pastoral precisa proclamar claramente que Jesus Cristo é o Filho de Deus e nosso Redentor, Salvador e Libertador. É preciso anuncia-lo, pois como vão conhecê-lo se nunca ouviram falar dele? O anúncio é uma missão apostólica, que se realiza por meio do diálogo¹⁶¹.

O serviço é importantíssimo, pois restitui ao ser humano sua dignidade. No entanto, é um passo pedagógico para que se possa ter todas as condições de falar de Deus, mais explicitamente de Jesus Cristo, como nosso Salvador. Nisso, vemos que o anúncio explícito de Jesus Cristo é a verdadeira missão da Igreja. Não se anuncia pela força. Assim, surge a importância do diálogo no processo de evangelização, porque a Boa Nova pode adquirir uma linguagem próxima e adequada ao povo que está recebendo o *querigma*.

Em nossa pesquisa, constatamos que eram proclamados trechos dos Evangelhos em quase todas as reuniões. Nas atas do GADDH estão registradas as citações da Bíblia lidas em todo início de reunião, como um momento de espiritualidade do grupo. Também na rádio “A Voz do Povo” o Evangelho era proclamado e explicado aos ouvintes, diariamente, num programa de trinta minutos. Na rádio, essa missão era compartilhada com os agentes de pastorais e o pastor presbiteriano Cláudio.

O trabalho com as pequenas comunidades nos bairros e com as Cebes formou grupos de oração e de estudo da Palavra de Deus. Nos depoimentos, as pessoas colocaram a descoberta da Palavra na compreensão de suas vidas e da realidade circundante. Irmã Rosa conta como começou a reflexão sobre a Sagrada Escritura:

O nosso trabalho era com base na Comunidade Eclesial de Base e o fundamento dela é a Bíblia, a Palavra de Deus. Então as pessoas se identificavam de uma maneira bastante concreta com os textos bíblicos, e ao refletir os textos, era muito comum dizer, “mas isso somos nós, nós estamos vivendo isso” quando a gente discutia, levava proposta de ver a questão de Abraão, por exemplo, as pessoas diziam nossa vida e isso, a busca de lugar pra trabalhar, pessoas que migram para os centros urbanos, então as pessoas se identificavam muito concretamente com esses textos bíblicos. E também elas se sentem queridas por Deus, quando a gente refletia Moisés. O Êxodo, esse Deus que está do lado dos pobres, que escuta o clamor dos pobres, que desce pra liberta-lo, e era muito gostoso refletir porque faziam

¹⁶⁰ Jorge Alexandre dos Santos. Salto da Divisa, 8 de julho de 2006.

¹⁶¹ Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998, nº 223 e 224.

rapidamente essa associação, está vendo, quando os políticos não escutam a gente, eles estão lá em cima nos palácios deles, e no entanto, Deus está aqui com a gente. Então eles faziam muito rapidamente essa associação no sentido político, no sentido econômico, de que Deus está do lado dos pobres, e eles têm expressões muito interessantes de que Deus está conosco¹⁶².

O anúncio da palavra de Deus foi assimilado pelas pessoas. É o que Genivaldo Pereira dos Santos nos diz:

... na comunidade aqui tem um regime, tem um estatuto, como é que é a participação da pessoa, tá participando na quinta-feira; no domingo nós tinha esse mutirão, então a pessoa tinha que conquistar assim, a Palavra de Deus, vamos celebrar a vida, a palavra de Deus na vida, no sábado nós tinha outro ainda, e no domingo nós tinha mutirão, não adianta a gente só trabalhar, não adianta a gente só trabalhar e não ouvir a palavra de Deus em primeiro lugar¹⁶³.

Poderíamos registrar outros exemplos, mas fica claro que o anúncio da Palavra de Deus foi explicitamente feito nesse trabalho pastoral. Isso deu força e uma referência para a vida de cada participante, vindo influir concreta e qualitativamente na forma de agir. Podemos dizer que o anúncio da Palavra de Deus transformou a vida daquela comunidade pobre e oprimida. O testemunho foi dado no enfrentamento com a empresa construtora da barragem, pois eles não cederam, ao contrário, lutaram até as últimas conseqüências para verem os seus direitos respeitados, por meio da luz da fé.

e) A inserção das irmãs dominicanas e o testemunho

O fundamento dessa orientação pastoral é a Palavra de Deus vivida em sua totalidade. “O Espírito Santo suscita a fé e vai progressivamente modificando sua vida e atitudes, fazendo brotar as virtudes cristãs e os frutos do Espírito: caridade, alegria, paz, paciência, afabilidade, fidelidade, brandura, temperança...¹⁶⁴”.

Com a ação pastoral, o missionário quer “transformar o homem velho em homem novo¹⁶⁵”, e, quando isso acontece leva as pessoas “à comunhão com Ele e entre si, a ação evangelizadora e pastoral constrói a Igreja ou, melhor, faz que a Igreja aconteça¹⁶⁶”. O testemunho de comunhão é dado na própria comunidade, quando celebra o dom maior da vida

¹⁶² Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 5 de maio de 2006.

¹⁶³ Genivaldo Pereira dos Santos. Entrevista. Salto da Divisa, 7 de julho de 2006.

¹⁶⁴ Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998, nº 250.

¹⁶⁵ Idem, nº 251.

¹⁶⁶ Idem, nº 252.

na Eucaristia, quando partilha a fé, o louvor e o pão eucarístico, que é o próprio Cristo. “Até o incrédulo deve reconhecer: ‘Deus está realmente no meio de vós’¹⁶⁷”.

O testemunho de comunhão é percebido nitidamente na ação pastoral das irmãs. Isso se verifica desde o início de sua presença: notamos nos trabalhos pastorais das irmãs a acolhida a todas as pessoas, não excluindo ninguém pela condição de social, cultural ou estado de vida.

É uma irmã da gente, é uma pessoa que se tornou como uma pessoa da nossa família. Que compartilhou conosco, que participou com nós do princípio ao fim, os nossos sentimentos, das nossas lutas. Tinha vezes que as reuniões com a empresa passava o dia, entrava pela noite, às vezes ia até uma hora da manhã e ela nunca nos deixou sozinho. Foi uma presença marcante, eu digo não só à minha pessoa, mas eu tenho certeza que uma boa parte da população tem essa consideração por ela. Ela nos ajudou muito. Seria bem pior! Com certeza se não fosse ela, se fosse deixar por conta da empresa ia ser bem pior. Isso a gente tem toda a certeza¹⁶⁸.

As irmãs foram mães, companheiras e amigas do povo ribeirinho, como diz Maisa:

Acho que tudo que tem aqui é a luta delas. São pessoas que eu falo lá em casa. Era pra eu ir embora daqui de Salto da Divisa nunca porque elas quando chegaram aqui, elas ajudou muita gente, que inclusive eu fui uma pessoa que pra mim elas foram mãe, irmã, companheira, tia, pra mim elas foram tudo. A irmã Solange, Teresinha foram as que mais ajudou a gente aqui, ajudou a dar o primeiro passo, porque como eu te falei, eu era uma pessoa que não sabia se eu era Maria, se eu era um ser humano, como hoje eu sou cidadã, uma mulher de pelo menos saber que eu sou gente, porque antes eu não sabia...¹⁶⁹.

As irmãs deram testemunho de comunhão e de fé perante ameaças de vida vinda por parte de membros da empresa, pelo fato de realizarem seu trabalho pastoral em favor dos ribeirinhos. Foi na firmeza e na convicção de seu trabalho pastoral que elas puderam testemunhar sua fé frente ao perigo, ganhando ainda mais a confiança do povo atingido:

... ela não chegou aqui com um botão de rosa, chegou a Rosa mulher, guerreira. E ela nunca temeu essa situação não, porque ela sempre foi do lado do povo. E ela acreditou! É por causa desse povo sofrido, desanimado, desprezado, e ela acreditando em Deus, ela uma religiosa, acreditava e nunca temeu isso não. As ameaças faziam, insultos faziam, nomes pejorativos usavam. Ela sempre na luta constantemente, noite e dia, dia e noite, pra ela não tinha tempo ruim, chuva, sol, o que for, a Irmã Rosa tava lá. E o povo foi criando aquela coragem e começou a acompanhar a irmã Rosa, acreditar nela, muita coisa hoje [...] Nós aprendemos assim, ter confiança, a acreditar tanto no trabalho dela, e é por isso que a gente deu continuidade¹⁷⁰.

¹⁶⁷ Idem, nº 256.

¹⁶⁸ Sebastião Fieira de Moura. Salto da Divisa, 8 de julho de 2006.

¹⁶⁹ Maisa Ferreira Lima. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

¹⁷⁰ Marilene Araújo Carvalho. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

O missionário não pode trair suas palavras, entrando em contradição em suas ações, pois um pequeno descuido neste sentido pode jogar todo o trabalho por terra. Requer-se, portanto, uma convicção muito grande da missão, em um espírito de acolhida e de liberdade. Acolhida da pessoa enquanto tal, com seu costume, com seu modo de pensar e agir, fazendo com que a ela se sinta bem e a vontade.

A ação pastoral exige muito mais que força de vontade. Requer preparo teológico, planejamento e espiritualidade, porque o povo tem de ser guiado por um caminho seguro. O missionário não pode omitir seu conteúdo programático, isto é, sua verdadeira intenção é anunciar e testemunhar Jesus Cristo, o Salvador. Nesse sentido, a divindade e a humanidade de Cristo não podem ser omitidas. A comunidade não pode deixar de celebrá-lo enquanto sacramento da vida. Por último, a missão tem de levar as pessoas a uma verdadeira conversão para Cristo, o Filho de Deus, encarnado. Esses elementos da missão de Cristo não podem faltar na estrutura organizacional da ação pastoral.

2. Comunidade saltense x comunidade das irmãs dominicanas

A ação pastoral das irmãs dominicanas não atingiu a sociedade saltense da mesma forma, isto é, alguns apoiaram e abraçaram sua proposta, outros, porém, não aprovaram a linha de trabalho desenvolvida. Disso decorreram atitudes diferentes durante todo o processo de inserção.

As irmãs atingiram indiretamente a população, principalmente por meio das pastorais, como a catequese e a Pastoral da Criança, com as aulas nas escolas, as Cebes e também com as associações de bairros, com o GADDH, a rádio “A Voz do Povo” e a luta em prol dos atingidos pela barragem. No entanto, foi por meio dessas ações que elas revelaram seu jeito de trabalhar, o que permitiu que as pessoas pudessem emitir um juízo contrário ou a favor. Cada pastoral ou grupo gerou dentro daquela sociedade uma mudança de perspectivas e atitudes, algumas de modo conflituoso, outras com menos conflito. Esses tipos de trabalhos geraram inveja, outros se sentiram prejudicados e incomodados, para outros essas ações significaram liberdade e salvação para suas vidas.

a) Reações contrárias à ação pastoral das irmãs

A postura do GADDH frente às violências domésticas provocou uma reação imediata dos agressores de mulheres e crianças, pois se sentiram coagidos diante das denúncias feitas pelo GADDH ou pelas próprias vítimas. Ao mesmo tempo, exigiu-se mudança de postura do delegado local e dos policiais, que não puniam segundo as leis prescritas. Como diz Maria Souza Araújo:

Eu ficava com muita raiva da polícia, porque parece que eles davam apoio pra ele; eu via que eles não davam atenção, um dia eu ouvi um falou "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". E eu falei "mas não é briga, isso não é briga. Briga você sabe, o casal discute, qualquer casal discute! Vive junto dentro de casa, 'oh fulano, mas eu quis assim, mas eu quis assim'. Mas ele não era assim, na hora que ele chegava dentro de casa e eu olhava pra ele, era um leão, eu já falava assim: 'hoje é dia de sair de casa'¹⁷¹.

Maria de Souza continua, relatando que mesmo após ter feito denúncia do marido, este se revoltou e junto com outro prometeu agredir uma religiosa: "Aí ele juntou com esse, e os dois disseram que iam pegar a irmã Rosa, que não era nem pra ela passar na rua, que iam dar surra na irmã Rosa com vara de casquinha, é um mato que pra quebrar é difícil¹⁷²". Esse exemplo demonstra que o GADDH, pelo fato de denunciar as violências e pedir uma punição aos agressores, enfrentou resistências. Houve uma mudança de proceder, uma saída da passividade que muitos não aceitaram, revoltando-se contra as religiosas.

Nós constatamos, também, certa aversão ao trabalho do GADDH por parte do poder Executivo, pois encontramos na ata da reunião do dia 21 de setembro de 1998 um urgente pedido de criação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente local. Pela morosidade como foi tratado o assunto pelas autoridades, o grupo de direitos humanos entrou com um requerimento junto a promotoria, na cidade de Jacinto, obrigando a execução da lei 53/98 para a criação do Conselho Tutelar¹⁷³, revoltando o Executivo.

A lei de preservação ambiental, já aludida neste trabalho, também gerou um clima tenso, pela divergência de interesses entre os atingidos e o poder público.

A rádio "A Voz do Povo", com seu trabalho de comunicação em prol da sociedade, dividiu e descontentou várias camadas do município, principalmente do poder público, como conta Elizaldo, que em seu programa de rádio criticava a administração pública.

¹⁷¹ Maria Souza Araújo. Salto da Divisa, 6 de julho de 2006.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ GADDH. Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 8 de novembro de 1998, p. 8.

Os governantes daqui são capazes de tudo. Pra te falar a verdade, eu comecei a falar da administração desse homem. Eu fiquei três anos falando na rádio comunitária, parece que foi três anos e dois meses. Um falou que ia me matar. Inclusive ele mandou me dar uma surra¹⁷⁴.

A luta por indenização suscitou muitas divergências entre a população saltense, pois aqueles que não foram atingidos diretamente pela barragem e ficaram fora do grupo, julgaram que as associações de atingidos não mereciam o ressarcimento, por serem pobres e muitos destes não terem nada em seu nome. Como fala Jovecilia: “Muita gente falava que as irmãs estavam querendo era comer dinheiro nas costas das pessoas, que elas não sabiam de nada, que elas estavam mentindo e que não ia acontecer barragem aqui no Salto da Divisa não¹⁷⁵”. Da mesma forma, a própria empresa construtora da barragem pressionava os atingidos psicologicamente:

A empresa também falou que nós não tinha direito de ganhar a casa, que nós já tinha ouvido a conversa e quem tinha aluguel ganhava uma, e quem era proprietário ganhava outra. Nós falamos que nós não tinha pra onde ir, e nós já tava naquele meio mesmo¹⁷⁶.

A inserção pastoral das irmãs dominicanas foi sendo desenvolvida segundo a necessidade e os dramas do povo saltense, privilegiando os mais pobres. Com esse processo, a sociedade saltense foi se manifestando, ora a favor ora contra, as atividades pastorais. Irmã Rosa diz que muitas vezes as pessoas que não as apoiavam utilizavam pequenos chavões para descaracterizar seus trabalhos: “Essas irmãs são do PT e temos que ter cuidado com elas”. Elas foram totalmente ignoradas pelo poder público: “No palanque eles falavam que iam tirar as irmãs se ganhassem... Houve muito conflito, e durante uns oito anos nós ficamos nessa marginalidade de relação com o poder público¹⁷⁷”.

b) Os grupos que valorizaram o trabalho das irmãs

Os grupos de pessoas que conseguiram trabalhar com as irmãs sempre as viram como peças importantes nas atividades desenvolvidas. Elas foram pessoas formadoras de opinião, exemplos de vida apostólica, acolhedoras e companheiras.

¹⁷⁴ Elizaldo Gonçalves Queiroz. Salto da Divisa, 7 de julho de 2006.

¹⁷⁵ Jovecilia Maria de Jesus. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

¹⁷⁶ DIAS, Joelma. Salto da Divisa, de julho de 2006.

¹⁷⁷ Rosa Maria Barbosa. Salto da Divisa, 5 de maio de 2006.

Marilene, atual presidente do GADDH, fala da importância das irmãs em Salto da Divisa: “Com o trabalho das irmãs foi diferente, porque com o trabalho de ação social, começou as bases a se organizarem em comunidades, associações, levaram essas pessoas a pensar, a ter um modo de vida diferente...¹⁷⁸”. O intercâmbio que as irmãs proporcionavam com pessoas de outros lugares e até na busca de recursos e outros subsídios demonstrava a capacidade de articulação que elas tinham.

Comenta Helena Maria de Jesus: “... ela buscava fora as coisas. As coisas que não podiam ser resolvidas aqui, ela corria fora e trazia gente de fora que entendia dos detalhes de barragem. Foi com essa ajuda que a gente ainda conseguiu alguma coisinha...¹⁷⁹”.

Uns dos méritos da liderança das irmãs foi organizar o povo, isto é, dar formação para que eles mesmos pudessem falar para conseguir seus objetivos. Como diz sr. Reinaldo, que muito colaborou na luta com as irmãs:

Irmã Rosa começou a organizar, a reunir, a organizar o povo, porque, se não fosse ela não tinha acontecido nada. A gente não teve apoio do poder público, e ela foi quem tomou a frente e foi organizando tudo e tal. A gente começou a viajar pra fora, em Pernambuco, a gente foi em reunião em São Paulo, Brasília, e outras cidades perto e se organizando a gente começou a pressionar a empresa pra que ela indenizasse.

As pessoas que trabalharam com as irmãs foram marcadas por uma presença amiga e acolhedora, se sentiram-se valorizadas e apoiadas em suas condições. Foram adquirindo confiança e segurança nos trabalhos que surgiram e se sentindo capazes de levar à frente a causa. Perderam o medo de falar e agir perante os grandes da cidade. Tudo isso aumentou a auto-estima dos saltense, que abraçaram a causa através da liderança das irmãs, porque viram que podiam sonhar e conseguir, por meio da luta, o que era necessário para terem uma vida mais digna.

A força e a garra com que assumiram essa luta proporcionou internamente um clima de amizade e confiança. Isso ajudou na organização e na união da comunidade. Por outro lado, gerou repulsa por parte dos políticos e fazendeiros, pois queriam manipulá-los e não conseguiam mais tal façanha.

A comunidade saltense reconhece o grande trabalho das irmãs, mesmo que muitas vezes não concordasse com seus métodos de ação. É inegável a consciência que tinha e que

¹⁷⁸ Marilene Araújo Carvalho. Entrevista. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

¹⁷⁹ Helena Maria de Jesus. Salto da Divisa, 4 de julho de 2006.

passou a ter com a presença das irmãs em Salto da Divisa. A população se desenvolveu social, cultural, política e religiosamente com a presença das religiosas.

3 A importância do planejamento para a ação pastoral

A técnica de planejamento pastoral é uma ajuda para que a Igreja possa pensar sua ação pastoral de forma organizada e eficiente. Assim, o planejamento é o “como” chegar ao objetivo almejado. Os documentos da CNBB nos orientam pastoralmente no uso do planejamento pastoral:

A experiência do planejamento pastoral ensina que ele deve ser assumido mais como uma pedagogia do que como técnica. Mais rico do que os simples planos é o processo de planejamento, que possibilita o envolvimento das pessoas e a sua sustentação numa dinâmica de compromisso [...]. A articulação ao redor das metas objetivas garante a integração contra a fragmentação pastoral [...]. O planejamento tem-se revelado, enfim, como um eficaz instrumento de participação de grupos e comunidades no serviço do Reino de Deus¹⁸⁰.

A Igreja do Brasil vem desde o pós-Concílio planejando sua ação pastoral, primeiramente com o Plano de Emergência (1962), mas, em seguida, com o Plano Pastoral de Conjunto (1966-1969), no qual procurou adaptar o Concílio Vaticano II para nossa realidade brasileira. Nesse esforço de compreender e agir diante da realidade em que se vive o povo, ela procurou fomentar uma consciência para que pudesse refletir profundamente a ligação entre fé e vida, utilizando uma metodologia bem conhecida na realidade brasileira: “Entre elas destaca-se uma metodologia pastoral que, na forma do ver, julgar e agir ou de outra maneira, sempre procurar ligar fé e vida, reflexão teológica e análise da realidade, ideal evangélico e consideração realista das condições humanas¹⁸¹”. Todo esforço do planejamento pastoral em nossa realidade é para que a Igreja possa, por meio de sua ação, construir “uma sociedade mais justa e fraterna, a serviço da vida e da esperança¹⁸²”, fazendo com que todos os cristãos se sintam sujeitos da evangelização. Agenor Brighenti escreve que o planejamento é uma busca comunitária:

¹⁸⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil - 1999-2002*. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 41.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Idem, 42.

Ora, se não cremos numa Igreja comunidade, sinal e instrumento de um Reino de fraternidade, não há lugar para o planejamento, pois planejar é crer no discernimento comunitário, é fé na força da união e superação da fragmentação. Para crer no planejamento, é preciso que o comunitário seja mais forte que o individualismo, que o buscar juntos sobreponha-se ao defender-se sozinho, que formas solidárias sejam alternativas à competição mercantilista. Um processo de planejamento reúne, une, faz sonhar e trabalhar juntos, implica altruísmo, renúncia de si e esforço por descentrar-se de si mesmo¹⁸³.

O planejamento pastoral é um instrumento importante. Cabe-nos, então, interpretar, diante de tudo o que vimos, o planejamento e a metodologia aplicada na ação pastoral das irmãs dominicanas.

Partindo do pressuposto que “planejar é pensar a ação da Igreja através de um método de reflexão apoiado num instrumento técnico¹⁸⁴”, as religiosas demonstraram elementos importantes de uma inserção pastoral planejada: elas se identificaram com as pessoas, para o conhecimento da realidade; as promoções de ações urgentes foram frutos de um trabalho articulado com a comunidade local; a formação de pequenos grupos eclesiais de base fez parte de uma proposta inicial de ação pastoral; houve adaptação aos problemas novos da realidade local; a organização interna da comunidade religiosa esta direcionada para uma bom trabalho pastoral.

As dominicanas chegaram a Salto da Divisa com o mínimo necessário e praticamente sem um lar fixo. Tiveram no trabalho profissional a única fonte de renda para garantir a sobrevivência da comunidade religiosa. Isso fez com que os saltenses as vissem como pessoas comuns, pois elas passavam pelas mesmas dificuldades que eles para se sustentar. No entanto, elas eram pessoas consagradas, eram religiosas. Esses elementos são importantes, porque demonstram que a ação pastoral das irmãs teve um planejamento mínimo, com resultados positivos diante da comunidade local, que aceitou sua forma de trabalho.

Os contatos diretos e indiretos com o povo foram definindo a forma como elas trabalhariam pastoralmente. As visitas possibilitaram que elas entrassem no universo dessas famílias, conhecendo seus dramas e seus sofrimentos. As primeiras iniciativas foram para responder a situações urgentes de sobrevivência, de moradia, de saúde e de violência. A construção e a reforma das casas, o reforço escolar, o formação do grupo de Direitos Humanos, a rádio, foram atividades criadas para responder a uma situação existente, que refletia negativamente na comunidade.

¹⁸³ BRIGHENTI, Agenor. *Reconstruindo a esperança*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2000, p. 25-26.

¹⁸⁴ Idem, 44.

As primeiras comunidades eclesiais de base surgiram somente um ano após a chegada das irmãs. Foram fruto das visitas e do conhecimento mais preciso das pessoas e da realidade que visitaram. O mesmo aconteceu com a formação das associações de bairro. Ou seja, a presença constante na comunidade motivou a participação, o estudo e a ação. A análise de conjuntura feita pela comunidade fez com que as pessoas se dessem conta da real situação dos problemas existentes, levando a uma tomada de consciência da necessidade de uma organização. A reflexão sobre a Palavra de Deus e o estudo da Sagrada Escritura foram elementos fortificadores da ação. Entre o real vivenciado e o ideal querido por Deus, o que podemos fazer concretamente? Foi essa motivação dada pelas irmãs que permitiu uma estruturação da comunidade.

Entendemos que todos os elementos enumerados fazem parte de uma metodologia de trabalho pastoral. O planejamento pastoral feito pelas dominicanas girou em torno do conhecimento da realidade, programando-se uma ação eficiente. Elas utilizaram, nesse primeiro momento, três conceitos-chave do planejamento participativo: o marco situacional, que é o conhecimento geral da realidade, levando em conta os aspectos políticos, culturais, sociais, econômicos e religiosos do local em que se está inserido; o marco doutrinal, que é a análise feita a partir do que seria ideal para aquela realidade, à luz do Evangelho, dos documentos da Igreja e de elementos teológicos; o marco operacional, que consiste numa análise entre o real e o ideal, o que se pode fazer para poder mudar aquela realidade.

Todos esses passos, é possível fazer o diagnóstico e o prognóstico para a ação pastoral. O diagnóstico pastoral é uma leitura crítica da realidade, julgada à luz do Evangelho, para poder-se programar algo possível entre o real e o ideal. O prognóstico dessa realidade permite programar e distribuir as tarefas, seguido de um plano, descrevendo o objetivo geral da ação e, conseqüentemente, os objetivos específicos, as políticas e estratégias para a ação acompanhada de uma avaliação.

Notamos que o processo do planejamento foi se dando naturalmente, mas que seguiu uma lógica: teve início, meio e fim. Destacamos que as políticas e as estratégias da ação pastoral foram conseqüência do conhecimento da realidade. Assim, a política desse trabalho se traduz numa filosofia de solidariedade e dignidade, isto é, todos devem ter o necessário para gozar de uma vida digna. As estratégias surgem como propostas concretas de ação. As irmãs começam a construir casas para quem morava em péssimas condições. Formam-se associações de bairro para reivindicar melhorias, as Cebes para formar melhor a comunidade

em nível de fé e vida. O reforço escolar para suprir a carência e o êxodo escolar. A crítica que fazemos é a falta de registro desse início de trabalho, pois o que conseguimos de informações foi por meio oral, ou seja, de entrevistas com as pessoas que viveram esse período inicial.

O segundo período da ação pastoral das irmãs se desenvolveu dentro de uma organicidade que, em nosso modo de interpretar também faltou nos registros, demonstrando todo o processo de negociação com a empresa construtora. Mas, com certeza, exigiu-se maior organização e união das pessoas. A população atingida teve de se organizar por categorias. O papel do GADDH nas negociações possibilitou a articulação e o estudo de estratégias de ação, dando mais eficácia à luta por indenização. O GADDH e ASSCON surgiram como respostas aos problemas de violência e de comunicação da sociedade saltense. Os registros em atas permitiram que tivéssemos acesso às informações de seus trabalhos. Enquanto instituições regidas por estatutos e reconhecidas oficialmente, foram de grande importância no trabalho pastoral. O GADDH, por exemplo, só pôde mediar as negociações, porque a empresa construtora o reconhecia como uma instituição legalizada.

Em nossa pesquisa de campo, encontramos três planos internos escritos. Eles foram elaborados pelas irmãs, com direcionamento anual de suas atividades e orientações para as ações internas e externas: projetos comunitários de 97, 98 e 99. Esses materiais revelam uma lógica de planejamento, pois descrevem a realidade minuciosamente, em todos os seus aspectos, rezam a realidade à luz do ideal do Evangelho e propõem formas de ação. Também designam pessoas para a execução das tarefas e funções. O plano também descreve orientações para a vida interna: a vida de oração, de estudo, a vida comunitária e o lazer. Esses projetos comunitários indicam que elas organizavam suas ações pastorais. A seqüência dos planos internos demonstram que elas avaliavam suas atividades, pois de um ano para outro percebemos uma certa continuidade e evolução nas atividades pastorais.

Os registros aos quais tivemos acesso estavam organizados em ordem crescente; as atas estavam completas e bem organizadas, principalmente aquelas que foram registradas oficialmente em cartório (isto se referindo as atas do GADDH e da ASSCON). Também havia um arquivo de recortes de jornais referente a tudo que saía na imprensa sobre Salto da Divisa e a problemática da barragem.

Existiu um planejamento pastoral das irmãs que envolveu toda a comunidade saltense, principalmente os pobres e os atingidos pela barragem de Itapebi. Percebemos que houve sempre uma flexibilidade diante das situações novas que foram surgindo, sobretudo quando

atingiam diretamente os pobres e as pessoas que desenvolviam atividades pastorais junto a elas. O desfecho de todo o planejamento pastoral se deu quando as pessoas puderam visualizar frutos concretos, principalmente quando as indenizações exigidas foram pagas: pessoas receberam por suas casas em 2005; os pescadores receberam os barcos e outras indenizações em espécie; os extratores de pedra e areia receberam suas indenizações em 2006. Ainda continua a luta das lavadeiras, pois não receberam nada, mas se reúnem e estabelecem estratégias de ação para serem indenizadas. Os pescadores também continuam organizados e se reúnem constantemente.

Em 26 de agosto de 2006, trezentas famílias ocuparam uma fazenda improdutiva em Salto da Divisa. Todas as famílias desse movimento são as mesmas que trabalharam com as irmãs e que perderam suas fontes de sustento. Podemos dizer que a luta pela sobrevivência ainda continua em Salto da Divisa, agora tendo como protagonistas as lideranças da própria cidade.

4 A intencionalidade da inserção pastoral

Como desfecho de nosso trabalho de pesquisa, um tema que parece importante para ser analisado é aquele da intencionalidade da ação pastoral. A partir da intenção com a qual se realiza a ação é que poderemos intuir seu fruto.

Com relação à ação pastoral das irmãs dominicanas em Salto da Divisa, podemos dizer que o rumo que o trabalho tomou foi intencionalmente desejado. Leonardo Boff já dizia sobre a inserção religiosa:

Inspirados num amor simples, mas profundo de Deus, começam a viver entre os pobres, como os pobres, para os pobres, não para tirá-los de lá e promovê-los, mas simplesmente para aprender deles a juntos carregarem a cruz da vida, viverem aí o mistério da paixão de Cristo e salvarem suas vidas¹⁸⁵.

Quando as irmãs chegaram a Salto da Divisa, já trouxeram uma proposta de trabalho. Mais que isso, trouxeram uma proposta de Igreja, a partir das Cebs, com o objetivo de tornar as pessoas mais participativas, críticas e sujeito de suas histórias, por meio da reflexão que une fé e vida. Fica claro, em nossa pesquisa, que as religiosas quiseram realizar um trabalho

¹⁸⁵ Leonardo Boff. *A vida Religiosa e a Igreja no processo de libertação*, 46.

de evangelização segundo a proposta da Assembléia de Puebla: “Também surgem ‘pequenas comunidades’ que nascem geralmente do desejo de inserir-se em bairros modestos ou no campo, ou em alguma missão evangelizadora particular¹⁸⁶”. Essa forma de inserir-se difere de uma simples presença religiosa num bairro, ou numa paróquia. O objetivo é trabalhar junto com o povo, não excluindo ninguém, mas dando preferência aos mais pobres.

A presença religiosa no meio dos pobres colaborou para formação e despertou o senso crítico dos mais humildes. Pe. Antonio Aparecido, orionita, fala da descoberta do pobre como força transformadora da sociedade: “Os pobres estão, cada vez mais, tomando consciência de que são uma força evangelizadora e social. Estão percebendo que de tronco aparentemente seco, estão se tornando ramos verdes e floridos¹⁸⁷”. As irmãs desejavam realizar um trabalho de evangelização levando em consideração o protagonismo do pobre e colaborando para que ele pudesse fazer um processo de transformação interior, elevando sua auto-estima e descobrindo seu potencial transformador adormecido. Queriam ajudar o pobre a descobrir sua força evangelizadora, superando as fraquezas e as dificuldades por meio da união e da organização, demonstrando nas ações concretas a força do Espírito de Deus.

Olhando de longe o trabalho das irmãs, vemos que foi uma ação profética e desafiadora. Leonardo Boff expressa a dimensão profética que a vida religiosa desenhou na América Latina a partir dos anos setenta:

A vida religiosa poderá ser, dentro de um mundo onde se mantém cativos tantos homens e tantos valores evangélicos, sinal de alegria e de verdadeira libertação, na medida em que não se deixar desanimar pela força da iniquidade social nem impressionar pela capacidade do sistema vigente de equilibrar suas contradições. Poderá ser livre dentro da catividade e testemunhar a esperança inaudita que se revelou em Jesus Cristo ressuscitado: o futuro não será dos que oprimem, marginalizam, acumulam, mas daqueles que comungam, libertam, se doam e se confraternizam. Porque foi num fraco, num pobre, num estraçalhado na cruz que se revelou o homem novo e uma força nova que tudo transfígura. Nisso está o evangelho e toda a libertação¹⁸⁸.

A inserção religiosa no meio popular, quando desejada e pensada sua forma de presença e atuação, contribui para a construção de uma Igreja viva e participativa. E essa forma de ser desperta uma maneira radical de seguimento de Cristo dentro de uma realidade bem específica. Uma inserção religiosa no meio popular pode ter algo semelhante a outras experiências do mesmo tipo, mas nunca será idêntica a outra. Primeiramente, porque cada

¹⁸⁶ Puebla, nº 731.

¹⁸⁷ SILVA, Pe. Antonio Aparecido da. Evangelizar na perspectiva dos pobres. *Cadernos da CRB*, 4. São Paulo: p. 19.

¹⁸⁸ Leonardo Boff. *A vida religiosa e a Igreja no processo de libertação*, p. 61.

realidade tem seus elementos particulares; segundo porque, cada processo de inserção tem uma intencionalidade, uma finalidade específica que nem sempre revela o mesmo modelo eclesiológico. Contudo, pelo fato de sua multiplicidade, como lemos nas Conclusões de Puebla, “a vida religiosa em seu conjunto constitui a maneira específica de evangelizar, própria do religioso¹⁸⁹”.

Irmã Rosa relata a mudança eclesiológica no local: “Fala das famílias de Salto da Divisa antes das irmãs e do grupo de Direitos Humanos e depois das irmãs e do grupo de Direitos Humanos. Seria bem diferente, tem outra cara, outra visão da cidade¹⁹⁰”. A forma de agir das irmãs dominicanas contribuiu para a formação de uma Igreja viva, dinâmica, crítica e comprometida com a transformação da realidade saltense.

Concluindo, nossa pesquisa confirma que as irmãs dominicanas pensaram e quiseram marcar a história da Igreja em Salto da Divisa por meio de sua presença e atuação. O envolvimento nos conflitos vividos pelos saltenses não foi mero acaso, mas o desdobramento de uma atitude coerente com o planejamento afirmado quando as irmãs pensaram a fundação de uma casa inserida.

Conclusão

A ação pastoral das irmãs dominicanas em Salto da Divisa, de 1993 a 2005, teve início com sua inserção no meio popular, o que significa, basicamente, o envolvimento com os mais simples e excluídos da sociedade saltense. As irmãs, com a ajuda da população, trabalharam para sanar os problemas da população, como a falta de infra-estrutura nos bairros mais pobres.

A inserção das irmãs representou para o povo saltense e para toda a Igreja um exemplo de despojamento e de pobreza evangélica. A presença delas na cidade, como moradoras em casa simples, em bairros periféricos e ganhando o pão por meio do trabalho remunerado apresentou um novo paradigma de vida religiosa. Neste sentido, é possível afirmar que a inserção das religiosas respondeu a um novo modelo de Igreja apresentado pelo Concílio Vaticano II, uma Igreja a serviço da humanidade. Este modelo foi mais bem explanado pelos documentos da Igreja da América Latina, Medellín e Puebla, na década de 60.

¹⁸⁹ Idem, n° 725.

¹⁹⁰ Rosa Maria Barbosa. São Paulo, 5 de maio de 2006.

Dentre dos aspectos a se destacar é a comunidade religiosa inserida formada por apenas três religiosas. Esta configuração foi fundamental, porque embora a comunidade religiosa fosse pequena, foi possível sustentar um trabalho pastoral tão grande e diversificado. Quando a Congregação das irmãs não conseguiu manter esse número de religiosas juntas, decidiu fechar a casa.

Um outro aspecto a ser destacado foi a metodologia do trabalho pastoral realizado pelas irmãs, ajudaram o povo a se organizar, a enxergar as verdadeiras causas de sua pobreza. Possibilitaram uma formação religiosa diferenciada, tendo como eixo fé e vida, a luta pelos direitos humanos, pela vida digna dos cidadãos. Enfim, descobriram o que significa ser cidadão e responsável pelo bem comum. A partir da Sagrada Escritura e dos documentos da Igreja, e outras ciências do saber humano, prepararam o povo para uma reflexão crítica e levando-o a uma ação efetiva e concreta visando a mudança social. Os círculos bíblicos foram fundamentais para a formação dos ribeirinhos, pois fortaleceram a fé bebendo do próprio poço, da Bíblia. A Bíblia se revelou como um instrumento indispensável para a evangelização do povo simples. O estudo aprofundado dos pontos centrais da Sagrada Escritura foi o caminho para se incentivar a formação das associações de bairros. O caminho do conhecimento da realidade e da formação sólida dada pelas irmãs e que levou o povo ao compromisso comunitário e ao engajamento social.

O êxito do trabalho das irmãs em Salta da Divisa tem um elemento diferenciador que deve ser destacado, a paixão das irmãs pelo ser humano, especialmente os pobres e excluídos da sociedade. A paixão suporta dificuldades e ajuda a enfrentar os problemas que aparecem pelo caminho. O Cristo quando via os sofredores e famintos sentia compaixão por eles. Não tinha uma atitude fria, mas revestido de todo amor possível. Uma comunidade inserida ao pode ser uma consequência de normas constitucionais, mas fruto desta paixão, o que significa identificação com a causa dos sofredores. Isto vai produzir um novo sentido para a vida religiosa, um novo trabalho pastoral.

O desenvolvimento pastoral foi um trabalho de conjunto da comunidade inserida e seguiu um caminho crescente, sem pressa. Conhecer plenamente a realidade, o costume, a cultura e a religiosidade do povo nos parece um aspecto muito importante, pois a comunidade religiosa adquiriu elementos concretos para serem trabalhados pastoralmente, sem importar soluções miraculosas. Por mais que a sociedade brasileira seja semelhante, cada local tem a sua especificidade, a sua realidade própria e o meio de solucionar os problemas e dificuldades

devem ser próprios. Foram importante neste sentido as incansáveis visitas às casas das pessoas saltenses.

O GADDH foi mais que uma estratégia pastoral das irmãs dominicanas. Foi um organismo legal e jurídico para ser uma ferramenta do combate à violência contra a mulher e crianças. Ele passou a ser uma instituição de informação e de formação para a população saltense, agindo em todas as dimensões do direito. Foi algo que a comunidade ribeirinha assumiu e abraçou como sua causa. O GADDH atuou na área da educação e da saúde, envolvendo todas as autoridades do município de Salto da Divisa. Aos poucos, o trabalho pastoral das irmãs foi se ampliando e ganhando dimensões extras pastorais. Uma comunidade inserida não poderia deixar de tomar atitudes concretas em prol do povo.

Com a criação da ASCCOM surgiu na rádio A Voz do Povo. Esse meio de comunicação social foi fundamental no trabalho pastoral junto às comunidades eclesiais e não eclesiais, pois ele atingiu a população saltense como um todo. A importância das religiosas nesse projeto foi a linha de trabalho assumido pela comissão de comunicação que foi a formação e a informação do povo. A rádio teve um papel importante na conscientização do povo.

Quando chegou a notícia da construção da barragem de Itapebi, BA, o povo já estava num processo adiantado de amadurecimento dos seus direitos. Ele tinha passado por muitas situações complicadas, mas também de muito sucesso e que gerou muita esperança. Um exemplo concreto foi a construção das casas por meio do mutirão. Ter casa é ter dignidade. O GADDH e ASCCOM vieram coroar esse clima de otimismo em busca de uma vida melhor. A fé foi um elemento inseparável da luta que empreendiam naquele momento.

A luta do povo saltense contra a barragem encontrou apoio nas irmãs em Salto da Divisa. É incrível perceber que a seriedade e a transparência do trabalho pastoral conquistou a confiança das pessoas. De um início de trabalho moroso e cauteloso, deparamos com as irmãs trabalhando com todo o povo da cidade. A luta para a preservação das belezas ambientais do município foi a prova maior de amor pelo povo saltense, pois atrás dessa luta estava o reconhecimento da história das pessoas mais simples que nasceram, cresceram e se formaram nas margens do rio Jequitinhonha. Não existia no momento postura melhor do que querer preservar a história daquele povo. Os depoimentos foram ricos, pois cada um relatou com orgulho a sua participação nessa história. As constantes viagens que fizeram em realidades semelhantes para trazer experiências que contribuíssem para o projeto de preservação

ambiental, abriram cada vez mais novos horizontes para aquele povo simples. O envolvimento de políticos estaduais e federais foi outro ponto importante nesse trabalho. Mesmo não conseguindo seus objetivos, eles aprenderam com a máquina do interesse econômico. Tudo o que eles estudaram e viram na bíblia, agora eles confirmavam na pele a força do poder dos poderosos.

Diante da realidade da construção da barragem, o surgimento das organizações dos atingidos apareceu como algo para coroar o trabalho das irmãs e do povo ribeirinho. Essas associações continuam organizadas até hoje, lutando por seus direitos.

Finalizando, é importante destacar o papel da liderança num trabalho pastoral no meio popular. A maturidade e segurança pastoral das religiosas garantiram a perseverança nos propósitos da comunidade saltense. A liderança conquistada pela irmã Rosa é incontestável nessa inserção pastoral. Os depoimentos revelam o respeito por ela. Notou-se que mais do que fazer algo, mais do que a coragem foi a presença amiga e sábia que conquistou os ribeirinhos. Verificou-se que houve uma distribuição das funções, o que corrobora que não houve uma centralidade da liderança pelo fato de acumular atividades, mas sim no fato de assessorar, de ajudar as pessoas a perceberem que eram capazes de levar tal função adiante.

A comunidade inserida em Salto da Divisa revelou um novo modelo de inserção. Foi possível constatar o desenrolar deste trabalho, as suas fases e o seu desfecho. Acredita-se que essa pesquisa possa iluminar e enriquecer futuras inserções.

ANEXOS

Entrevista realizada com a irmã Rosa Maria Barboza, religiosa da congregação dominicana de São Domingos.

Irmã Rosa, como foi despertada na senhora à vontade de dedicar a as causas do Evangelho?

Eu morava em Poços de Caldas e aos 22 anos eu quis ser dominicana. E ao entrar para a congregação, para as irmãs dominicanas, isso em 1980, o primeiro material que eu tive contato, foi os escritos do frei Betto, na linguagem popular, sobre Puebla, e a irmã Elvira, que foi minha formadora, ela falava muito dos dominicanos, muito da questão dessa luta pela justiça. Então eu fui iniciada nessa perspectiva, estudando Puebla, refletindo sobre a questão dos pobres no Brasil, vendo essa diferença de classes sociais e então eu me decidi a trabalhar, assumir a causa dos pobres e eu me despertei nesse momento.

O que significa a fé para a senhora, e qual deve ser o papel da igreja em relação às causas sociais, em relação ao povo oprimido e mais sofrido?

A fé pra mim ela, não é esse sentimento, mas que passa por toda a minha vida, passa pelas mãos, pelos pés, por todo o meu ser. É essa busca teimosa pela causa do reino. A fé envolve toda a pessoa. Nos envolve por inteiro nessa busca de trabalhar as causas dos partidos empobrecidos. Ver as pessoas como Jesus as vêm, buscar ter esse sentimento de Jesus e acreditar nesse Cristo que está conosco e que nos impulsiona com a ação de seu espírito.

E como falar do evangelho de modo a transmitir esperança a esse povo?

Falar do evangelho, transmitir a esperança para o povo é um estar junto, convivendo, buscando juntos essa causa de Jesus Cristo e apresentar as pessoas que existe esperança, que tem um Deus que nos ama, que tem um Deus que tomou partido, que está do lado dos pobres, que derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes.

Vamos falar um pouco de Salto da Divisa. Como a senhora acabou indo parar lá?

Eu estudava aqui em São Paulo, eu estudava teologia, quando começamos essa comunidade lá em Salto da Divisa. Foi uma longa reflexão na nossa província, porque queríamos abrir uma comunidade no meio dos pobres, numa região mais pobre de onde já estávamos. E então Salto da Divisa, que fica na diocese de Almenara, o bispo estava em busca de uma congregação religiosa. Abrimos essa comunidade, eu participei de toda a reflexão, e ao terminar o curso de teologia eu fui pra lá. Eu quis ir trabalhar com o povo, devido à necessidade desse povo, e era mesmo um objetivo meu de colocar o pé no chão, escutar o clamor desse povo mais pobre, mais simples.

Como era a cidade e qual era o perfil dos habitantes quando a senhora chegou lá?

Uma cidade muito pequena, uma cidade parada, entre os anos 70 aos 90, metade da população migrou para os grandes centros, devido ao êxodo rural. Então entre os anos 70 e 90, os fazendeiros titularam as terras em seu próprio nome e as famílias que viviam na região rural foram sendo expulsas ou amigavelmente ou sendo arrastadas. Colocaram fogo em barracos, então esse povo migrou para a cidade de Salto da Divisa e para os grandes centros urbanos. Ao chegar em Salto da Divisa nós encontramos uma população sem perspectiva nenhuma, sem esperança. Inclusive os primeiros contatos que eu tive com o povo era bem desanimador. Eu falava, é por misericórdia que a gente continue aqui porque não tinha esperança que a comunidade iria evoluir. Pessoas com problemas de saúde, mental, mas a gente foi trabalhando com esse pessoal e foi assistindo essa evolução participando do desenvolvimento das pessoas.

Tinha problema com alcoolismo?

Muito problema com alcoolismo.

Conte sobre o vale que antes era chamado de Vale da Fartura, e agora o Vale da miséria.

O vale da fartura... Quando as famílias viviam na região rural, elas tinham liberdade de plantar, colher, elas sobreviviam do produto do campo. O vale é produtivo, a agricultura desenvolve, a agricultura básica. Então, o povo não tinha problemas de alimentação, e as pessoas chamam mesmo do vale da fartura, do tempo que vivia no campo, e foi se transformando no vale da miséria, porque as famílias foram sendo expulsas para a os centros urbanos, e isso com muitas promessas dos fazendeiros, dos políticos e essas famílias iam migrando para a cidade. E ao sair do campo e chegar na cidade, na cidade não tinha nada, não tinha meios de produção, não tinha trabalho, não tinha indústria, só tinha trabalho nas fazendas, e era isso que as pessoas sabiam fazer também. E o vale foi se transformando em descampados, sem moradores com a pecuária extensiva, a própria pecuária também não desenvolveu. Então onde trabalhava dezenas de famílias, ficou uma pessoa pra cuidar de 1000 bois.

E tem algum caso de violência mesmo, quando tiraram essa família do campo?

Tem. Tem relatos de família que teve seus barracos queimados, e não só relato, mas eu visitei famílias que estavam proibidas de consertar o barraco, pois elas iam sendo expulsas de várias maneiras. Por exemplo, quando o filho crescia ou a filha, eles não podiam arrumar um companheiro ou uma companheira e continuar na roça. Eles tinham que sair. Se o barraco começasse a cair não podiam trocar um pau do barraco, não podia criar animais, não podia fazer nada. Eu presenciei, um rapaz estava fugindo da policia, o fazendeiro tinha chamado a polícia da Bahia tinham batido nele, ele teve que sair, e a mulher também teve que sair, então é dessa maneira, e isso eu estou falando desse caso, mas outros também nessa mesma situação em que a pessoa não podia plantar nada e ela tinha que ir para a cidade.

Havia então um coronelismo forte?

Ainda há um resquício presente desse coronelismo. Há dois anos, pessoas que plantam, seu Honório, por exemplo, que plantava no corredor entre a estrada e a cerca do fazendeiro. O fazendeiro tanto fez que retirou seu Honório, ele teve que ir embora, e foi lá e destruiu tudo então é um medo que eles tem de ocupação de terra, de que as pessoas voltem para o campo.

E a história da Dona Elvira, como foi?

A D. Elvira morava na roça e um fazendeiro nessa busca de limpar as fazendas, retirar as famílias, ela foi uma das famílias que foi retirada da terra por meio de violência, foi queimado o barraco que ela morava. Coisa assim.

E eles chegavam mesmo a matar camponeses?

A gente não tem documentos com provas, mas a questão do jagunço, isso era feito, mas a gente não tem documentalmente que alguém tenha morrido, nessa questão pra sair da terra.

Como sucedeu esse trabalho de formação das comunidades, aonde eram feitas as reuniões o que era discutido e quais as principais dificuldades que a senhora encontrou?

Eu gostaria de voltar a pergunta. A região de Salto da Divisa compõe a região do vale do Jequitinhonha. E essa região ela... Então habitavam os indígenas, os botocudos, vários grupos indígenas, e esses grupos foram praticamente exterminados, foi sendo formado as fazendas e esses coronéis foram tomando conta das terras. E é comum ver as pessoas com traços indígenas na cidade, então você vai ver também essa história muito sangrenta que marca essa região. E esse povo com essa história que a gente foi trabalhando e quando chegamos em Salto da Divisa, a gente foi notando os traços dessas pessoas, dos indígenas, com os negros, essa mistura com a questão dos coronéis, e então fomos trabalhando com essas pessoas. Não começamos, embora a cidade seja pequena, do centro para a periferia, mas sim da periferia para o centro. Fomos formando comunidades eclesiais de base em cada um dos bairros e ao formar as comunidades, os grupos de estudos bíblicos, fomos também incentivando a formação de associação dos moradores e formando essas associações, esses dois grupos, comunidade de base e associação dos moradores foi se confundindo, o povo foi se organizando e ai de uma certa maneira invadindo espaços da cidade onde eles não entravam antes. Como a própria igreja, o clube social e por ai a fora.

A senhora diz no texto do Cidalc, que era preciso construir um caminho de libertação. Essas pessoas estavam realmente escravizadas?

Essas pessoas têm uma dependência muito grande dos fazendeiros, e enquanto não acontecia todo um caminho de ajudar as pessoas a recuperar a auto estima, a ter uma nova perspectiva de vida, de ter uma esperança, elas não conseguiam sair dessa dependência dos fazendeiros. E elas eram muito dominadas, então a gente sentia, e isso ainda está presente, essa dominação correr nas veias das pessoas. Ha muito pouco tempo não se tinha eleição, os fazendeiros juntava os títulos marcavam esse vai ser o vereador fulano, eles mesmos que votavam e quando iam pro fórum pra conferir os votos, uma senhora que foi a primeira vereadora ela falava, fulano não conseguiu vencer as eleições a gente foi, pegou os votos que sobrava de um outro que terminava no numero um e foi colocando o sete e cortando e até que deu certo e o outro também foi eleito. Então, é por aí.

E eles até ficavam com o título de quem não fosse votar? Como é que era?

Ficavam com o titulo, e isso ainda acontece. Eles recolhem..., Na última eleição já foi um pouco menos. Essa última lei contra a corrupção eleitoral, isso tem ajudado muito, porque mesmo os partidos que não tem seriedade nenhuma acabam adotando essa linguagem para disfarçar a sua luta pra conseguir ganhar a eleição de qualquer custo. Na eleição anterior a essa, nós soubemos de políticos que recolhiam os títulos, recolhem os títulos e os documentos e devolviam só depois da eleição. E a pessoa recebe o dinheiro pra não ir votar.

E foi difícil esse processo de formação?

É difícil, é um longo caminho. Temos que ver que são pessoas que não tiveram oportunidade é uma história, as pessoas não têm oportunidade de sair de Salto, de ver outras realidades, e assumir uma proposta nova, de alguém que vem de fora, então é um longo caminho a percorrer para que as pessoas vão se despertando. A esperança e o caminho são assumir a nossa própria liberdade, construir essa liberdade. E muitas vezes as pessoas vão até um certo ponto e voltam, então é dinâmico.

Fala dos primeiros passos, vocês eram em quantas?

Quando as irmãs foram pra lá eram três, a irmã Terezinha, a Solange e a Geraldinha. eu cheguei um ano depois e passado um tempo a Solange saiu e foi pra África. As irmãs ficaram um ano ouvindo as pessoas, ganhando confiança das pessoas se adaptando a essa nova realidade, porque embora nós já estávamos, quem foi pra lá já tinha assim, um trabalho no meio do povo. A irmã Terezinha em Volta Redonda, Solange em Belo Horizonte e Geraldinha em São Domingos do Prata, e quando eu fui pra lá, aqui eu trabalhava com a pastoral operária, com as mulheres da periferia, mas chegamos, pra nos era uma realidade completamente nova, e bem diferenciada. Tivemos que aprender a cultura do povo, entender como as pessoas reagiam. Num primeiro momento totalmente de acordo com você, mas num segundo já dá um passo atrás, e depois quando vê que também depende delas pra dar passos recua, então foi uma caminhada de construção, de levar as pessoas a aprenderem a debaterem em grupo, a estar chegando em acordos coletivos, e com isso fomos trabalhando, por exemplo, a campanha da fraternidade em 94, a questão da moradia, e as irmãs começaram a

trabalhar com as pessoas que não tinham moradias, que estavam vivendo debaixo de lona, em casas de barro, casas caindo. E com isso foram conquistando a confiança das pessoas, porque tinham algo concreto que beneficiava concretamente a elas. Então elas queriam ter uma casa, queriam morar melhor, foi feito um projeto com o apoio mínimo da prefeitura e foi feito um trabalho com essas famílias de construção de casas em que elas mesmas tinham que trabalhar. As casas eram construídas aos domingos em mutirão. Salto da Divisa, tinha 6500 pessoas, tínhamos 100, 120 pessoas trabalhando, construindo casas. Isso de 95 a 2001, esse projeto funcionou e construímos centros comunitários isso foi uma força muito grande no sentido da organização, e quando foi terminando esse processo, durante um tempo já começava um movimento com relação às barragens. Em 97 tivemos a notícia de que ia construir a barragem e que o povo seria atingido. Muitas pessoas que estavam no Movimento de Moradia, e acrescentando outras que estavam na beira do rio, sobretudo os ribeirinhos,. Foi toda uma organização desse povo em relação a hidrelétrica que seria implantada.

Quais atividades eram realizadas pra levantar recursos para as moradias?

Desde vender pano de prato, as mulheres bordavam, panos de prato, vendiam roupas usadas ou faziam blocos de cimentos e vendiam a projetos que faziam pra nossa própria congregação e outras entidades, tem uma entidade na Alemanha que ajudou bastante nesse processo.

As pessoas se identificavam com as passagens bíblicas, tem alguma história pra explicar isso?

O nosso trabalho e com base na comunidade eclesial de base e o fundamento dela é a bíblia, a palavra de Deus. Então, as pessoas se identificavam de uma maneira bastante concreta com os textos bíblicos, e ao refletir os textos, era muito comum, dizer, mas isso é, nós estamos vivendo isso quando a gente discutia, levava proposta de ver a questão de Abraão. Por exemplo, as pessoas diziam nossa vida é isso, a busca de lugar pra trabalhar, pessoas que migram para os centros urbanos, então as pessoas se identificavam muito concretamente com esses textos bíblicos. E também elas se sentem queridas por Deus, quando a gente refletia Moisés, o Êxodos, esse Deus que esta do lado dos pobres que escuta o clamor dos pobres, que desce pra liberta-lo e era muito gostoso refletir, por que faziam rapidamente essa associação, está vendo, quando os políticos não escutam a gente, eles estão lá em cima nos palácios deles. No entanto, Deus está aqui com a gente, então eles faziam muito rapidamente essa associação no sentido político, no sentido econômico, de que Deus está do lado dos pobres, e eles têm expressões muito interessantes de que Deus está conosco, me fugiu agora a expressão que eles usam. Essa presença de Deus caminhando, caminhando com eles.

E você sentia um aumento na auto-estima deles?

Sim. Na medida que começavam, é interessante como esse processo vai se dando. Eles vão perdendo o medo de falar, começam a participar a partir de seu pequeno grupo, perdem o medo de falar em público e vão articulando toda a sua vida, e essa auto-estima vai aumentando, por que eles vão se sentindo gente, e muitos diziam isso, “agora nós somos gente, Vocês ajudaram a gente enxergar que somos pessoas, que somos seres humanos nós não queremos mais ficar embaixo das botas dos coronéis, e queremos ser independentes”.

E o poder local? Houve algum choque, como se deu a relação?

Quando as irmãs chegaram em Salto da Divisa, houve uma acolhida de um grupo. Elas chegaram em Salto da Divisa, tinha acontecido uma eleição municipal, elas chegaram em janeiro de 94, então o poder público estava iniciando, o prefeito tinha tomado posse naquele mês. Os políticos que tinham perdido a eleição estavam fragilizados, então num primeiro momento houve uma acolhida dessas pessoas, desse partido, sobretudo, mas logo em seguida, a gente sentia que havia uma coisa... Nem sempre as coisas são ditas, mas são entendidas de maneiras diferentes. Então eles falavam, está vendo o prefeito que assumiu, já trouxe até as irmãs, como se as irmãs tivessem assumindo a causa daquele partido que ganhou as eleições... E esse governo foi possível trabalhar em parceria. Como e uma situação de muita carência... Com o ex-prefeito e o trabalho das irmãs foi se tornando uma ameaça para os adversários, essas irmãs são do PT e temos que ter cuidado. E nessa época, e ainda, quando chega alguém diferente, a elite tem muito medo e buscam colocar para fora da cidade, seja de maneira amigável ou sutil, então as irmãs tinham uma relação boa. Mas no seguinte foi totalmente o contrário. No palanque eles falavam que iam tirar as irmãs se ganhassem... Houve muito conflito, e durante uns oito anos nós ficamos nessa marginalidade de relação com o poder público lá. E agora, o ano passado ganhou novamente esse ex-prefeito, que é uma pessoa mais sensível, mas tem todo um grupo que temos mais dificuldade. A maioria da câmara é contra ele.

Porque você acha que eles queriam tirar vocês de lá?

Um medo muito grande de ocupação de terra, da reforma agrária, medo das eleições, as pessoas foram tendo mais consciência, que a cidade não tinha que ficar sempre daquela maneira, então nossa presença era uma ameaça. E pras pessoas eram muito diferentes, de morar numa lona e morar numa casa própria. Elas não se sentiam tão dependentes do fazendeiro, não tinham que ficar correndo atrás deles pra pagar aluguel toda vez que o aluguel estava vencendo e da mesma forma são outras conquistas.

E o que significaria uma reforma agrária?

Para o povo sem terra seria uma libertação a reforma agrária, e para os fazendeiros eles estão muito bem articulado. A gente sente que a UDR está com uma outra cara se formando na região.

E a igreja, qual é o papel da igreja?

Logo que chegamos, tinha um trabalho de igreja, mas muito precário, não tinha padre, já tinha morado algumas irmãs, e as pessoas achavam diferente, mas a gente foi vendo que era uma região difícil de trabalhar e que haviam passado várias pessoas por lá nessa perspectiva desse trabalho de libertação e uma das coisas que a gente fez foi resgatar a memória dessas pessoas, de padres, de assistente social, que tinha sido mártir e que tinha sido expulso de lá. Um padre que até hoje o povo acha que foi morto por um acidente provocado, uma assistente social que foi expulsa da cidade. Então, foi nessa... A igreja não se envolvia, a diocese não tinha esse trabalho, Os padres não paravam ali, e nos tivemos uma presença permanente durante mais tempo.

É comum algum setor da igreja estar ligado ao poder e pessoas que mandam na região. Em Salto da Divisa é diferente?

O padre chegou junto com as irmãs, era um polonês bastante traumatizado com a guerra e com muito medo. Ele tinha medo até mesmo das atividades que a gente fazia. Não era tradição na paróquia de celebrar o 1º de maio, Grito dos Excluídos, dia da mulher, e ele tinha muito medo, não havia nenhuma possibilidade de trabalhar juntos. Hoje tem uma comunidade de capuchinhos com outra linha, que pensam diferente.

E o povo percebia que estava se organizando e que isso afetava, o que eles percebiam?

Eles começaram a se organizar e isso ia desencadeando uma série de conflitos, as domésticas queriam melhores salários que descobriram que a relação delas com as patroas deviam ser diferentes, o pessoal que ia roçar pasto descobriu que seu salário era uma miséria, que eles estavam vivendo quase que numa situação de escravidão, a mulher que descobria que não tinha que viver daquela forma, apanhando a vida inteira, que isso não foi Deus que quis assim, não é porque Deus uniu que não pode separar mais e tem que apanhar a vida toda. O marido que dizia: “você não vai mais na reunião porque você ficou diferente, você não respondia pra mim e agora responde, eu batia sozinho agora você quer me bater”. Muitas vezes se separavam mesmo. E então isso foi tomando os desdobramentos no sentido conflitivo, pessoas que nunca pensavam em ir na justiça do trabalho começam a ir na justiça do trabalho. As mulheres que não pensavam que elas tinham direito que os filhos tinham direito, o filho que o pai simplesmente ajudou a gerar, e foi embora, ou que estava na cidade, que eles tinham responsabilidade de dar pensão pros filhos e começam a ir a justiça. Então é todo um desenvolvimento que desencadeia tantos conflitos como vai conscientizando as pessoas.

E na política, eles começaram a mudar?

A gente vai percebendo que a política vai tomando outros rumos. Tanto que o coronel, aqueles políticos que tem esse perfil, vai ficando cada vez mais difícil de ganhar a eleição. A dificuldade dele conosco é essa, com as lideranças. As pessoas começam a refletir, e a política foi tomando outros rumos, e as pessoas que sempre votavam no mesmo partido começam a refletir e começam a falar não, eu vou mudar, e isso a gente não imagina a ruptura que é isso, assumir uma nova postura política. Nós abrimos uma rádio comunitária, e essa rádio ajudou muito nesse campo da conscientização, contra a corrupção, tanto por parte do político quanto do eleitor.

Quem são os coronéis lá?

O PFL, que é o pivô e depois tem os partidos de aluguel. Eu não entendo muito dessa questão da distribuição, mas você sabe que é vantagem para uma coligação que tenha vários partidos. Então o próprio partido, ele combina, eu sou irmão de fulano, que é presidente do outro partido e forma um grupinho, o outro forma outro grupinho para ter vantagem na coligação. De uma certa maneira, diminuíram um pouco a distribuição de cesta básica, de remédio, de colchão, mas ainda está presente o cabo eleitoral. Então, esses partidos são os que têm mais dinheiro e contratam os cabos eleitorais tanto quantos votos precisam e aí quando multiplicam o número do partido, eles têm maior direito, maior número de cabos eleitorais e isso favorece.

E quem é que manda?

A família Cunha Peixoto. São duas famílias em Salto da Divisa que mantêm o poder da terra e o poder político. A família Pimenta e Cunha Peixoto. São as duas famílias que tem o poder. E hoje as famílias já estão misturadas, pessoas que se casaram. E mesmo na origem dessas famílias tem parentesco. Praticamente uma família só, mas tem briga dentro da própria família. Tem um grupo que é mais maleável, mais flexível e tem outro grupo que é mais rígido, mais ditador, que é a família Cunha Peixoto.

Como foi o projeto Esperança e quais os outros projetos que vocês fizeram?

Nós tivemos durante um bom tempo o projeto Esperança, mas que não está mais com as irmãs. Ajudou muito no reforço escolar e um francês que esteve no Brasil e ficou muito comovido e sensibilizado com a situação das crianças de Salto da Divisa. Então, as irmãs fizeram um projeto de reforço escolar, devido a grande evasão escolar, as crianças vinham só nos primeiros meses, depois não freqüentavam mais a escola, as que freqüentavam eram reprovados no final do ano, e o projeto Esperança deu a oportunidade as crianças de passar a manhã na escola e a tarde nesse projeto, ou vice e versa. E esse grupo francês, formou uma associação na França, foi ampliado por outros países, e por meio de apadrinhamento das crianças dava ajuda financeira para a continuação desse trabalho. Outros trabalhos têm, além das associações de moradores, também a associação comunitária de comunicação, aí surgiu a rádio comunitária, o grupo de apoio e defesa dos direitos humanos, que surgiu devido aos altos índices de violência contra a criança e mulheres, e é esse grupo depois que vai acompanhar os atingidos, e foram desdobrando também outras entidades, a associação das lavadeiras, dos pescadores, os sindicatos trabalhadores rurais, a associação dos pedreiros.

Conta um pouco mais do GADDH?

O GADDH (Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos), surgiu no momento em que, no final de 97 a gente viu que não dava mais pra ficar assistindo a violência contra a mulher e a criança. Uma mulher foi morta a machadada sentada numa cadeira. Sempre o parceiro dizia que era violento, mas que também tinha o seu motivo. Aí a gente via essa violência, e esse machismo, essa coisa toda. E nós fomos procuradas pelas mulheres, uma mulher que procurava meia noite, porque o marido ameaçou com um punhal na garganta, uma outra que o marido queria colocar um prego no ouvido, outra o marido esfregava revolver no rosto dela. Aí a gente foi vendo uma sucessão de violência, uma outra senhora que tinha que dormir fora de casa, no meio do mato quase toda noite com uma filha pequena porque o marido punha pra fora de casa. E a gente foi vendo essa violência, tentando conversar e sem estrutura pra resolver isso. A gente ia a policia e eles diziam porque, que sempre foi assim, porque que vocês querem mexer com essa situação. Então, foi um enfrentamento mesmo, briga com a policia no quartel. A gente se colocar como testemunha das mulheres, sofria ameaças desses homens, esses homens eram protegidos pelos fazendeiros, porque ou era o que ameaçava o burro do fulano, ou era o vaqueiro do outro, então eles protegiam esses homens e como se de fato ninguém pudesse fazer nada. Então, nós começamos a enfrentar a situação e dizer a policia, nós vamos sentar aqui, e cada mulher que vier aqui... E a gente começou a ir lá com as mulheres fazer as denúncias e buscar meios pra essas mulheres irem até o fórum, que é em Jacinto estradas de terra, 50 km. Tem que ir num dia e voltar no outro, não tem ônibus, é o mesmo ônibus que vem de Belo Horizonte, só quando ele volta pra BH é que você pode voltar pra casa. E começamos a ir até o fórum com essas mulheres. Criamos a instituição para ouvir essas mulheres, crianças espancadas, a policia que espancavam os menores. Situação em que

homens, deficientes físicos eram violentados, o grupo foi criado nessa perspectiva e como um espaço para que elas pudessem falar, recuperar sua auto-estima, e junto começamos a desenvolver trabalhos para essas mulheres se juntarem e esse mesmo grupo foi escolhido pelos atingidos pela barragem para fazer as intermediações, a acompanha-los, estar junto na negociação com a empresa.

Fale um pouco a respeito da Associação Comunitária?

A Associação Comunitária de Comunicação, ela surgiu de um trabalho que fizemos estimulados pela CNBB, que é há Terceira Semana Social Brasileira, e em 98, nesse meio, 96, 98, nós fizemos um trabalho com todas as comunidades de Salto da Divisa, um levantamento pra tirar as prioridades, então nós tiramos quatro prioridades: era a questão do trabalho, a saúde, educação e comunicação, e dentro da questão da comunicação, a atividade concreta que buscamos realizar foi montar uma radio comunitária e pra isso formamos uma associação, a Associação Comunitária de Comunicação, com todas as associações existentes, nós fizemos uma associação em conjunto com as outras, contendo as outras associações também e fizemos um projeto da rádio comunitária. Então, era um projeto bem concreto, e com o objetivo também de ter um jornal, mas centrou mais na radio comunitária. Fizemos o projeto, conseguimos o mínimo dos equipamentos necessários e começamos a funcionar a rádio, foi bem rápido o inicio do funcionamento dessa rádio. Ela funcionava das seis ao meio dia. E nesse meio dia de rádio comunitária, ela de fato fazia um efeito muito grande na comunidade, e faz ainda hoje, as pessoas participavam iam a radio pra contar sua história, cantar sua música, dar seu recado, o pessoal das ilhas da região rural, porque lá tem umas ilhas onde tem famílias vivendo. Então, essas coisas, um meio de comunicação único que as pessoas tinham pra estar se comunicando. É muito interessante esse processo.

E os coronéis o que acharam disso?

Nós tivemos que ter toda uma diplomacia nesse processo porque eles têm uma rádio comercial e eles buscaram se informar porque eles são diplomáticos. Eles queriam eliminar a nossa rádio, mas eles foram orientados por uma outra rádio comercial de Almenara e um advogado, que enquanto a gente não tivesse mexendo na questão econômica que deixasse a gente sobreviver. E a nossa luta era muito grande nesse sentido, porque a gente dava iniciação para o pessoal e logo eles chamavam pra trabalhar lá e até mesmo agora, nessa última eleição, todos os nossos comunicadores foram convidados a passa para a radio comercial, não foram. A rádio sobrevive enquanto não meche na questão econômica, sobretudo.

O que o Rio Jequitinhonha representa para a população de Salto da Divisa?

O Rio Jequitinhonha era pra Salto da Divisa um meio de sustento para a população, um espaço de lazer, sabe, de beleza, trecho de Salto da Divisa com as quedas d'água, as cachoeiras o chamado Tombo da Fumaça. E era desse rio que muita gente tirava seu sustento, seja pra buscar pedras, quebrar essas pedras. Vendia a pedra brita, pra comprar farinha. Tiravam areia, as mulheres, os homens pegavam areia, vendiam pra comprar alimento, a mesma coisa era o peixe. Então, as pessoas viviam numa liberdade muito grande. Sendo sustentadas pelo rio praticamente, a hora que acaba o alimento vai no rio buscar que o

alimento está lá. Um meio de transformar isso em alimento. Tem um senhor que dizia: “o rio e a nossa mãe, o alimento esta ali, o sustento esta ali”. Mesmo o barulho do rio é importante.

Ele está presente na cultura?

Na cultura, se a gente, quando esse pessoal estava morando na beira do rio, se ao invés de tirarmos fotografia, tirássemos um raio X, iríamos perceber que as raízes dessas pessoas adentravam ao rio, então tem toda uma cultura, um jeito de viver bem próprio dos ribeirinhos.

E como foi recebido pela população a idéia da construção da hidrelétrica?

Essa história da hidrelétrica foi de longos anos, desde os anos 60 já tinha ido empresas, Furnas tinha estado lá para medir, envolveu a população, alguns chegaram até a trabalhar nesta empresa e falavam dessa barragem. E depois Furnas passou para a Chefe e depois para a Coelba e foi um processo de estudo e quando a empresa chegou, o pessoal já não acreditava mais, veio o pessoal de Furnas, veio e foi embora. O pessoal não acreditava que pudesse acontecer de verdade o projeto da hidrelétrica. O primeiro momento foi esse descrédito, e num segundo momento foi bom, espera aí, se vão construir mesmo a gente vai precisar se organizar. A idéia passada pra eles, foi que se a hidrelétrica fosse implantada aqui, vocês vão ter uma vida melhor, e isso foi passado pra eles.

E qual o papel do GAADH em relação a construção da barragem?

Quando soubemos que de fato ela ia ser implantada, nós começamos a articular as pessoas, sobretudo nos dois bairros que nos sabíamos que iam ser atingidos. Então o GADDH estava surgindo e foi o GADDH que começou este trabalho, e ao estudar os documentos, começamos a nos reunir para estudar os documentos e ir até a audiência pública em Itapebi. Os ribeirinhos poderiam escolher, ou o poder público para acompanhar nessa negociação ou uma outra entidade, ou formariam uma outra associação, eles escolheram em assembleia que os direitos humanos é que deveriam estar acompanhando esse processo de negociação. O GADDH teve um papel bem decisivo nessa situação, foi envolvido totalmente. As famílias passaram uma procuração para o GADDH e contava como um intermediário. Por outro lado o GADDH não fazia nenhuma negociação, não fechava nada, sempre foi o GADDH. Ele passou a ser composto também por pessoas atingidas na diretoria e tudo era discutido, decidido em assembleia. O coordenador tinha que assinar no final, mas era o grupo que tomava a decisão.

E quais eram as características do projeto original?

Em 1º momento, nos quando pegamos o relatório de impacto ambiental, a preocupação era saber ate onde ia atingir, afinal quais famílias que seriam atingidas por esse projeto. E fomos também nessa audiência pública em Itapebi, onde os empreendedores disseram, a barragem vai chegar até tal ponto, de maneira que as cachoeiras não seriam atingidas. Segundo a empresa seriam 50 casas, sendo que nem todas seriam atingidas pela água, mas seriam por outras obras. Então nos estávamos contando com esse projeto, que não atingisse as cachoeiras. Na verdade o lago não entraria em Salto da Divisa. Salto da Divisa seria atingido mais por obras, pra preservar aquele espaço, mas que o remanso iria até uma pedra chamada de Pedra Canta Galo. Então era esse o projeto inicial. Atingiria 50 famílias, não atingiria as cachoeiras, e isso está literalmente dito no RIMA. Com o desenvolvimento do projeto, na

medida em que a gente foi tendo contato e conhecendo a gente via que tinha algo errado aí, porque ao mesmo tempo em que delimitava o lago, onde finalizaria o lago, diria que seria a cota 110, e essa cota 110 a gente sabia que ia atingir muito mais do que estava ali. Então essa foi à luta. A gente queria que a empresa ficasse com o projeto original, pois era esse o estudo que eles tinham feito, o impacto ambiental, o custo, tudo tinha sido feito com base nesse projeto. Sendo que com esse acréscimo, estando na Cota 110, muito mais famílias seriam atingidas, pontos históricos, as cachoeiras seriam totalmente encobertas e outras, uma praia que o pessoal usufruía seria encoberta. Essa foi uma polêmica muito grande.

E o que os representantes da empresa diziam a vocês?

Desde o início que... Também essa sucessão de empresas, em primeiro momento um funcionário da Odebrech nos procurou, disse que ele ia construir e que queriam saber os anseios da população. Nós já tínhamos o RIMA. Que tinha sido um estudo feito pela empresa Gerbix, e nós já tínhamos uma série de questionamentos e começamos a questionar a Odebrech. Passado alguns meses, chegou 2 pessoas da Coelba e dizia: “somos nós que ganhamos a licitação e somos nós que vamos construir as barragens. Nós estamos aqui pra saber os anseios de vocês, o que vocês querem e tal”. E chegaram já com uma proposta de comprar o terreno para deslocar a população atingida. Então, nós vimos que não era possível, nós não vamos poder conversar em negociação, a gente precisa saber de muito mais coisa antes de pensar em negociação. E ao mesmo tempo, a Coelba estava sendo controlada pela Iberdrola, sendo privatizada, e logo em seguida pessoas da Iberdrola começaram a nos procurar. E descobrimos nesse momento que não era nem Odebrech, nem Coelba, nem Iberdrola, que iam construir a barragem, mas ia formar uma nova empresa, um consórcio. Quando a Coelba iam lá eles perguntavam, porque vocês estão se organizando, eles começaram a investigar a nossa vida, a vida dos moradores, as associações e falavam que não adiantava a gente lutar, pois não ia resolver. O nosso trabalho no ano de 97 e 98 foi que conseguisse uma lei tornando a cachoeira Tombo da Fumaça, tornando como patrimônio público municipal. E aí eles diziam, não adiantam vocês fazerem leis, estava sendo aprovado essa lei, nós já tínhamos passado pra assembléia legislativa de Minas para que criassem uma lei estadual, e eles nos diziam temos muito dinheiro, a gente compra a lei municipal, estadual, federal, não adianta. Nós como estamos fazendo o nosso papel, se vocês vão continuar lutando contra, mas nós vamos continuar fazendo o nosso papel e vamos lutar para garantir o projeto original, e já que vocês têm muito dinheiro vocês vão indenizar as famílias e vai ficar tudo bem.

E esse consórcio era feito por quais empresas?

O consórcio, a empresa Itapebi, Iberdrola, Privi, do Banco do Brasil e um outro que a gente nunca conseguiu entender bem, então esse grupo é que organizava, mas a gente tinha contato com a Iberdrola e Itapebi. Não, a Odebrech fez parte nas negociações, mas ela não fez parte do consórcio. Ah, e a Coelba.

Então vocês conseguiram a aprovação dessa lei na câmara municipal? Conta como foi a revogação dela.

Essa lei foi sancionada em abril de 98 e até esse momento, os políticos não tinham percebido a nossa intenção, que era criar essa lei para proteger as cachoeiras das empresas. Passou por

unanimidade na câmara, o prefeito sancionou sem nenhum problema. E ao ser sancionada em Salto da Divisa, nós já juntamos a documentação que tinha mais de 900 assinaturas e passamos para a Assembléia legislativa de Belo Horizonte. Chamamos também, ao mesmo tempo, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais para que os técnicos fizessem a vistoria. Também o IEF (Instituto Estadual da Floresta) pra fazer uma vistoria para que tornasse aquela extensão desde a cachoeira até essa praia que o pessoal freqüentava, em patrimônio histórico. Então, isso já estava em andamento e quando a prefeitura foi notificada que o patrimônio histórico e artístico do estado de Minas Gerais estava tornado as cachoeiras num patrimônio do estado, eles tomara um susto e a empresa, segundo os comentários pagou um dinheiro aos vereadores para que revogassem a lei. O prefeito entrou com um projeto de lei de uma maneira muito estranha na câmara. Numa seção extraordinária, ele tinha recebido uma notificação de que estava tombada pelo patrimônio histórico e eles podiam contestar, só que eles foram contestar nos últimos dias do prazo, e a população mesmo sendo uma reunião extraordinária da câmara e assim muito rápida, a gente conseguiu se articular. Salto da Divisa eram uma cidade tão pequena que as pessoas não estavam nem acostumadas a freqüentar as reuniões da câmara, tinha 700 pessoas na câmara nesse dia e foi um impacto muito forte, muito bonito de cidadania e pedia que não revogassem a lei, pois era a garantia dos moradores atingidos e os vereadores insistindo em revogar a lei, pois era insistência da empresa e do poder público de lá. Então, foi uma reunião super estranha, onde uma seção em cima com a população e embaixo com a empresa e pessoas do poder público e comunicação telefônica com telefone sem fio entre presidente da câmara e esse grupo. São nove vereadores, nos tínhamos quatro a nosso favor. Nós já tínhamos buscado parecer de advogados, para analisar a lei, pois o prefeito dizia que a lei era antiinconstitucional, porque era patrimônio da união então a gente já tinha buscado pareceres contrários, e estavam com essa documentação. E uma vereadora, em nosso nome, pedia para adiar aquela votação. Mas eles não aceitavam porque de fato era o prazo que eles tinham e a intenção era essa, revogar a lei. Então, nesse dia o pessoal começou a jogar ovos nos vereadores, o presidente da câmara chamou a polícia, veio a polícia e a polícia também não tinha como conter a revolta das pessoas com relação a revogação da lei. Foi um momento muito bonito de manifestação popular mediante a uma lei que foi de iniciativa popular. E a lei foi revogada e imediatamente veio alguém de BH de carro pra trazer, pois não tinha mais o prazo. Mas o IERPHA não aceitou a argumentação, pois não tinha consistência, segundo Pedro Galheta, pois a argumentação da prefeitura não tinha consistência e as cachoeiras foram tombadas como patrimônio histórico do estado e depois pela lei estadual, pela câmara e assembléia legislativa.

E qual foi o papel da deputada Maria José em defesa do Tombo da Fumaça?

Foi ela que foi a autora do projeto de lei, que enviou pra comissão do meio ambiente e essa lei passou com tranquilidade. Foi aprovada por unanimidade na comissão do meio ambiente na assembléia legislativa de Minas Gerais. E nessa trajetória toda, é que essa lei depois de toda essa briga pra manter essa lei estadual, tinha a do IERPHA, mas que não tinha muita segurança, e a lei que foi de autoria da Maria José e sancionada pelo Itamar no governo de 99. E tem toda uma história na revogação dessa lei também.

Então conta, se vocês tinham as duas leis a favor, como eles conseguiram inverter todo o jogo?

A nossa luta mediante a empresa tem toda essa trajetória histórica diante do povo atingido com a empresa. Com essas leis, porque os processos judiciais têm uma certa vagareza dependendo do interesse. Nós fomos também conquistando direitos dos atingidos e quando o lago já estava pronto, o barramento estava pronto e a empresa com pressa querendo cumprir os prazos, eles tentaram vários tipos de negociação a respeito da lei, oferecer coisas pra desistir, como se nós tivéssemos essa possibilidade. O banco Previ, do Banco do Brasil, queria conversar conosco pra derrubar essa lei. Nós não temos cachoeiras pra vender, esse é um bem da natureza, mas eles conseguiram um lobby de deputados da Bahia, da câmara estadual e na assembléia legislativa de Minas e um deles entrou com um projeto e com uma emenda muito sutil, praticamente imperceptível e com essa emenda caía a lei de proteção as cachoeiras, e quando nós sabemos que tinha sido votado essa emenda, nós fizemos uma mobilização, Maria José também, mas aí não teve jeito, ela voltou a assembléia, o Itamar vetou o projeto, quando voltou para a assembléia eles adotaram toda uma estratégia, segundo a Maria José e toda uma articulação dos deputados da Bahia para revogar a lei estadual, e lei foi revogada. Para a permanência dessa lei, também a empresa já estava fazendo todo um estrago no rio acima das cachoeiras, então nós tínhamos entrado com um processo e ganhamos e tinha uma liminar que ela não poderia tocar na cachoeira, se ela tocasse tinha uma multa de 200 mil reais por dia, uma coisa assim, e a empresa foi trabalhando os lobbys. O advogado entrou com esse processo lá em Jacinto, foi pra BH, pra Brasília, pro STJ, fizemos campanha, tudo o que foi possível, mas, enquanto manteve a liminar a gente ia negociando, e aí eles derrubaram a liminar e ao derrubar a liminar eles derrubaram a lei, e aí a liminar não tinha mais sentido.

Você acredita que esses deputados compraram os vereadores, os deputados?

Ah, a gente tem certeza disso, é evidente. Correu dinheiro. Nós temos clareza de que esses deputados tanto quanto os vereadores de Salto da Divisa, de que eles receberam dinheiro por isso e que eles foram corrompidos mesmo. Tem a questão dos vereadores, que na mesma semana o vereador encheu a sua casa de eletrodomésticos. Houve comentário de pessoas contando as negociações no vereador, no sentido de serem comprados para revogar a lei. O Childen Santiago esteve em Salto da Divisa e foi duas vezes a Brasília para conversar com Antônio Carlos Magalhães, e teve respostas ridículas, "não, deixa, são 35 anos de concessão, as cachoeiras vão ficar 35 anos embaixo d'água, depois eles devolvem pra vocês. José Sarney filho que era Ministro do Meio Ambiente, o FHC no meio da reunião, ele foi ameaçado, que se ele não liberasse a usina ele seria exonerado do cargo, a gente conseguiu articular desde o povinho até esse embate, olha Salto da Divisa ameaçando até o Ministro. E por meio da Secretaria da ONU, que um organismo franciscano e dominicano, a gente conseguiu verificar se existia algum projeto no Banco Mundial, tentando articular, e dizer, que eles estavam infringindo os direitos humanos, então a gente tentou de tudo.

A senhora acredita que seja comum essa atuação de multinacionais com o poder público, de compra de votos, de leis?

Olha, isso é evidente, é evidente a questão, as multinacionais, ela não tem... Nós começamos a fazer visitas a outros atingidos, ver os processos das outras empresas. É muito semelhante, a

empresa chega com o projeto, muito bem montado, muito bonito, muito bem. Quando chega no momento de negociar, ela vai recuando e o processo mesmo de abaixar o custo quanto mais possível, é parte integrante e a gente sabe que as empresas têm o valor já pra assumir esses danos. Ela tem o dever de assumir os danos, mas ela quer gastar o menos possível. E essa articulação entre poder público, empresa e político, ela acaba tendo uma hegemonia. Ou porque as pessoas acreditam nas propostas, que mesmo cada um acaba levando a sua vantagem.

Como eram feitas as suas negociações, e o que vocês conquistaram delas?

As negociações eram feitas no início do mês em assembléias onde o povo é que dizia o que ele queria: como queriam as casas, onde eles queriam morar, o que eles estavam perdendo. Foram momentos muito difíceis, nós tivemos mais de cem reuniões, formais e informais. E também no momento de fechar negociação com o grupo de direitos humanos, e lideranças do movimento, lideranças dos leigos atingidos. Essa negociação, num primeiro momento, era feita lá no Salto da Divisa mesmo, e as pessoas participando o mais possível, que esse era o nosso papel: fazer com que as pessoas participassem desde a escolha do terreno, a construção das casas, levar as pessoas pra verem o que estava sendo feito, tudo, a escolha de como seria. E depois passamos a fazer reunião quando o enfrentamento foi acirrando muito, tivemos que envolver o ministério público nessas negociações, e as reuniões passaram a ser no fórum da comarca. Daí isso já limitava bastante a participação das pessoas. As negociações eram mesmo bastante acirradas, com várias vezes o empreendedor que estava encarregado, um negociador, saíam de Salvador, vinha a Salto da Divisa, e voltava sem a gente ter conseguido avançar o primeiro ponto da pauta, sem ter conseguido negociar nada mesmo, e eles tinham ido embora. O pessoal resistia, porque eram ridículas as propostas.

Qual foi o comentário de um engenheiro que falou que nunca encontrou um povo tão organizado?

A empresa, ao chegar em Salto da Divisa, já encontrou toda uma organização: a associação de moradores, o grupo de direitos humanos. E a empresa vem com todo o seu aparato técnico e tudo mais. Então os engenheiros quando vinham pra Salto da Divisa, eles também se preparavam. Nós soubemos que eles fizeram treinamentos, pra tentar desarticular o grupo de Salto da Divisa. E eles mesmos comentaram, os próprios engenheiros da empresa, encarregados de negociar. Porque a empresa vinha, mas ela trazia quem havia feito o estudo, quem ia projetar as casas, pra tentar vender as suas idéias, com o menor custo possível. E eles não conseguiam desarticular o nosso grupo. E essa era a intriga deles, que eles diziam: "Nós nunca vimos um lugar tão pequeno com tanta organização e com tanta resistência". E de fato o pessoal resistia, e não ia caindo nas primeiras idéias que eles traziam. Inclusive numa reunião que eles trouxeram um microônibus, tinha nove técnicos da empresa, e nós tínhamos lá o nosso engenheiro, um engenheiro, então foi muito interessante. Na semana que os dominicanos estavam nos visitando, o frei Luis, Elton, tinha os leigos lá, o frei Leonardo. E eles chegaram lá pensando que iam conseguir dobrar a população e colocar o projeto deles, o projeto da própria empresa. Tinha acontecido uma reunião de véspera, que a empresa chamou os formadores de opinião, e eles me consideravam como alguém que era formadora de opinião no meio do grupo, porque eu fui convidada a ir, e o grupo dos atingidos, a gente sempre fazia isso em conjunto "olha, você deve ir, porque de repente eles vão fechar negócio lá, e nós temos que ver o que acontece". Então depois desse mesmo projeto ser aplaudido pelo

grupo, dos chamados formadores de opinião, que eram os políticos de lá, médico, prefeito, que a cidade nunca tinha tido: desenvolvimento, nunca tinha corrido tanto dinheiro, como iria acontecer com esse projeto, apresentado o projeto das casas, como eles iriam construir as casas, e eu era pressionada ainda a dizer... E "agora você está de acordo?" E eu dizia "não, amanhã, quem vai responder são os atingidos, é amanhã" e a reunião seria no dia seguinte, e era de conhecimento pessoal. E quando foi no dia seguinte o povo realmente derrubou o projeto completamente, desde o terreno aonde eles queriam construir, a maneira como eles queriam fazer as casas, o pessoal já tinha pegado o projeto e visto que ele não correspondia nem mesmo o tamanho das casas que eles apresentavam, não correspondia. Jamais eles esperavam que as pessoas iam fazer isso, nós já tínhamos feito com o engenheiro as medidas, que não eram as medidas que eles estavam apresentando não era a mesma do projeto que a gente tinha; era um projeto fictício, que era o que eles tinham intenção de fazer, de desenvolver. E eles faziam propostas ridículas, eram bairros com casinhas, como eles mesmo diziam, que iam construir umas casinhas pra tirar o povinho da beira do rio. Então eram com ruas de 5 m, e as pessoas diziam "não, nós não queremos essas ruas, tem que ser de 12, nós queremos um projeto urbano" e os argumentos da empresa: "não, é que com a rua de 5 m não tem acidentes, os carros vão devagarinho", sabe, aquelas coisas, argumentos desse tipo. E o pessoal então queria que implantasse um projeto urbano do jeito que eles queriam, o bairro só tinha uma entrada e saída, e o pessoal questionou " não, mas isso é segurança para o povo", e "desde quando empresa tá preocupada com a segurança das famílias? Foi todo um debate onde eles apresentaram o que tinham intenção de fazer "olha, não é nada disso, a gente vai precisar de conversar tudo isso passo a passo".

E o que vocês conseguiram de concreto? Como foi a construção da cidade, aquela história que... Até a qualidade dos materiais que vocês conseguiram, brigar por materiais melhores, conta um pouco mais sobre as conquistas, ali, materiais, concretos?

Na construção do bairro, então, os moradores já conseguiram que se comprasse outro, um terreno um pouco plano, mais próximo às cidades. Que eles queriam que a empresa colocasse as famílias de espaço, espaço... E aí então essas famílias já seriam praticamente na Bahia, praticamente morar na Bahia. E houve toda uma alinhação, então desde o terreno, um novo terreno... e as famílias, os novos moradores, os pequenos moradores, fiscalizaram desde o início. Desde a compactação do terreno, até o término das casas. E como sabíamos que a intenção da empresa era colocar material de terceira, um material mais barato, os moradores, com bastante luta, porque a empresa não queria que eles fiscalizassem e diziam "nós já temos muitos engenheiros e vocês não entendem nada, vocês não são técnicos, e não tem necessidade dessa fiscalização". O pessoal ia lá, ia pra balançar os ferros, pra ver se estavam bem concretados, iam com a trena pra medir os cômodos, pra ver se tava de acordo com o projeto se tinha a mesma metragem. O pessoal fez voltar madeira, porque a madeira... Os próprios engenheiros: "não adianta, podem voltar essa madeira, que os atingidos não vão aceitar essa madeira". Eles cancelaram a compra de telhas, ao fiscalizar a obra, vimos que a telha não tava bem queimada, eles tiveram que suspender compra de telha, refazer trechos da rua: "Olha, isso aqui não tá bem engaiolado, vocês têm que fazer... senão vai ficar cheio de água". Rede de esgoto, o pessoal ia lá pra ver a marca do cano, a marca da caixa d'água, "essa caixa d'água é de fibra mesmo?", " esse cano é Tigre mesmo?" Foi muito interessante essa

parte da fiscalização, e com uma resistência muito grande da empresa, da empresa empreendedora, mas o grupo acabou conquistando a empreiteira que estava construindo, e isso foi interessante também. Então conseguimos conquistar umas moradias, são oitenta casas por bairro, com centro comunitário, unidade de saúde, pré-escola com quadra, quadras cercadas com vestuário, que não estava no projeto da empresa.

E em relação aos outros setores, quais foram as outras conquistas?

As outras casas eles compraram dentro da cidade, foi também... Eles pretendiam, a empresa pretendia que fossem só aquelas moradias. E as outras famílias que continuaram na beira do rio, elas simplesmente teriam que sair e se virar. A empresa propunha que as 20 famílias, primeiro nove famílias, depois chamariam mais 10, propunha pagar aluguel, mas sabíamos que iam pagar aluguel por uns meses e pronto. E foi uma luta muito grande, que não aceitavam que as famílias fossem morar na casa nova enquanto eles não solucionassem o problema dessas outras também. E consideravam que essas famílias tinham chegado por último lá na beira do rio, e elas não tinham direito à moradia. E nós provamos que elas tinham os mesmos direitos que as outras e isso foi pra justiça. Fizemos campanha na Internet; de uma maneira bem particular na Espanha, porque a Iberdrola é espanhola, inclusive o Grupo Solidariedade São Domingos, e a comissão Justiça e Paz, deu uma força muito grande nesse sentido, ela é nossa congregação. Até que eles aceitaram, aceitaram assim, foram obrigados a comprar casas pra essas famílias na cidade. E nós impusemos também a eles que eles tinham que comprar casas de quem não precisava da casa pra morar, pra não criar mais uma nova situação, de mais uma família que ficasse sem casa. E outras... Isso foram dezenove famílias, mais umas vinte, e eles compraram mesmo a dinheiro, e essas famílias foram embora, vieram pra Belo Horizonte, Eunápoles, pra outros lugares.

E o que aconteceu com as pessoas que tinham o sustento diretamente ligado ao rio?

O pessoal que morava na roça, que tem um grupo que a gente chamava de “o pessoal da carreira comprida”, ligada a terra, que vivia da terra e do rio, no início buscamos que a empresa comprasse outra terra e assentasse essas famílias, fazendo uma agrovila, e no início até isso foi aceito, e tudo, mas eles conseguiram por meio de pessoas de Salto da Divisa, desarticular o grupo, e esse grupo acabou abrindo mão, e indo morar na cidade mesmo. Cada um recebeu 30 mil reais e comprou uma casa, e alguns compraram um pedaço de terra. E ficaram por lá. E outras que viviam diretamente do rio, que são os pescadores, as lavadeiras, extratores de areia e de pedra, aqueles que faziam blocos de cimento, ficaram prejudicados e foram indenizados. Uma mixaria, porque uma profissão que se encerrou na verdade, e eles receberam os extratores de pedra e areia, em torno de 15 a 20 mil, e os pescadores continuam na luta até hoje, a empresa dizia que com o fechamento do lago ia ter peixe, na verdade o peixe acabou. E começou o barramento, que começou em novembro, de 99, no período da piracema, que é quando o peixe desce, pra piracema, e ao subir ele já encontrou o barramento, quer dizer, o rio foi feito um túnel e esse peixe já não subiu, então já começou a faltar peixe dentro dessa época. E ao fechar o lago, que eles diziam que iam aumentar a comunidade de peixes, isso não aconteceu, e eles estavam recebendo ainda até agora uma ajuda da empresa, mas com muita, muita luta. E buscando ainda solucionar esse problema dos peixes. As lavadeiras não receberam, elas receberam uma lavanderia comunitária, que não corresponde à realidade delas, tá fechada até hoje, então praticamente elas não foram contempladas. Os garimpeiros não foram reconhecidos, tinham alguns garimpeiros, não foram reconhecidos.

O que os defensores da construção da hidrelétrica afirmavam?

Eles sempre afirmavam que eles estavam dando às pessoas de Salto da Divisa (nessa linguagem deles), mais do que elas tinham direito. E que elas estavam sendo muito bem remuneradas, um barraco na beira do rio, agora tinham uma casa muito boa; isso era um fato, só que não é só isso, o meio de sobrevivência ficou muito complicado.

E a hidrelétrica, ela trouxe algum tipo de progresso pra região? Eles afirmavam isso?

Afirmavam que trariam emprego, que trariam em torno de 2500 empregos, parceladamente, em períodos, de fato houve empregos para as pessoas de Salto da Divisa (mas a grande maioria dos trabalhadores vinha de fora de Salto da Divisa) e também era temporário, algum mês e pronto. Então, o que trouxe foi um grande desemprego. As pessoas que eram de Salto, mas que estavam fora de Salto da Divisa, viam essa promessa de emprego, muitos voltaram pra Salto da Divisa pensando em trabalhar lá, mas isso não aconteceu. Trabalharam só alguns meses e já eram ou mandados embora ou mesmo porque o trabalho era temporário. Cresceu o desemprego, cresceu a questão da prostituição infantil, muito mais meninas prostituída, e ficaram lá com os filhos, por onde não se sabe onde andam os pais, cria toda uma desestabilização social.

Então mais uma vez aquele discurso só favorece a elite?

É. Progresso pra quem? Fica essa pergunta.

A senhora recebeu até ameaça de morte. Como foi isso?

Na verdade isso foi muito sutil. Porque tem todo o trabalho da empresa, uma coisa que elas vão envolvendo os próprios moradores, os próprios atingidos. O que eu soube, se é que eu estava sendo... Os atingidos... Isso é no caso da barragem, eu estava sendo levada em casa, durante uns seis meses, tinha um grupo de atingidos que me levava em casa depois da reunião. Só depois que eles me contaram, "tem um fulano lá que vai... tá preparado pra acabar com você etc e tal". Era uma coisa assim, ao mesmo tempo, em que era o que eles queriam, eles fizeram propostas pra uma colega que ela viesse morar em Belo Horizonte, pra outra se ela não queria sair de Salto da Divisa, são essas propostas e também a gente nunca tinha tranquilidade mesmo total.

Há uma semelhança nesse caso com a morte da Ir. Dorothy, você acha que há muitos casos desse tipo pelo Brasil afora?

Todas as pessoas, irmãs, leigos, religiosos, todos aqueles que se põem a perseguir uma causa estão realmente sujeitos a ser eliminado. A busca dessas organizações, desse poder econômico é de eliminar essas pessoas. É muito comum essa questão da Irmã Dorothy, como o da Irmã Dorothy, e na região também, de Salto da Divisa. Por exemplo, o padre Luisão, que teve um acidente sem explicação, pessoas que foram expulsas de lá, e no caso de lideranças. O próprio povo, as próprias pessoas são incentivadas a fazer esse tipo de coisa. Acontece morte, assassinato, sem saber o que estava ocorrendo. Mas é comum esse tipo de coisa, assassinatos

pelo Brasil afora, e como nós tivemos agora em Felisburgo, cinco trabalhadores rurais foram assassinados brutalmente pelos próprios fazendeiros que tiraram a vida desses trabalhadores de uma maneira assim bem sem explicação.

Se fosse essa organização popular o que você acha que teria, como seria hoje Salto?

Essa organização foi imprescindível pra essa caminhada, foi imprescindível mesmo. E a questão dos atingidos, o que diziam as empresas, era que havia um povinho na beira do rio. Eles iam construir umas casinhas e tiraria essas famílias de lá. E na verdade tinha dessas famílias todas, mais de 100 famílias, 147, dos quais tinha 22 famílias que eram moradoras proprietárias. A empresa havia como responsável por essas 22, que seria muito fácil, também dar o dinheiro pra essas famílias e elas saíssem. Salto seria bem diferente, e isso não sou eu que estou falando, é o povo de Salto da Divisa que fala isso. Fala das famílias de Salto da Divisa antes das irmãs e do grupo de direitos humanos e depois das irmãs e do grupo de direitos humanos. Seria bem diferente, tem outra cara, outra visão da cidade.

As autoridades vieram nessa batalha de Salto da Divisa como uma ameaça de precedentes?

Isso era dito claramente. "Nós não podemos deixar Salto da Divisa como um caso do Ibama, nós tivemos uma relação desanimadora com agentes do Ibama, não podemos aceitar as reivindicações de Salto porque vai abrir precedente" Da empresa a gente ouvia isso o tempo todo.

Que reflexão a senhora tira desse trabalho todo?

Bom, um trabalho gratificante, em que eu vivi isso concretamente, um trabalho onde a gente sente de fato essa presença de Deus, ao lado dos pobres, do lado, junto do que está sofrendo, do ameaçado, as crianças, as mulheres, é muito concreto mesmo, a gente sente... Escuta Deus falando com esse povo, e Deus ajudando a gente a buscar caminhos, as lideranças, em buscar caminho de libertação pra esse povo.

Dá pra confiar, então, na potência de transformação do povo?

Eu confio plenamente na organização do povo e na potência de busca, de resistência. É o povo organizado, é o povo junto que vai construindo a libertação.

As pessoas diziam o que, elas acreditavam que aquilo não ia dar certo? Comenta o que a população dizia sobre isso.

Os próprios atingidos diziam: "Deus está com a gente, nós vamos vencer" e outras pessoas não acreditavam nesse movimento "vocês estão perdendo tempo, vocês estão indo atrás dessas freiras e vocês vão se afogar aí no lago se vocês não deixarem isso. A empresa imagina, se a empresa vai construir casa pra você. Você nunca teve uma casa, como que agora vai querer que a empresa construa uma casa pra você, isso é injusto". As famílias que eu disse que a intenção da empresa não contemplava, então a polícia visitava essas famílias, pra dizer

pra elas "olha, isso foi escrito lá nas atas da reunião; isso não vale nada". Então outras pessoas, da cidade, uma senhora que trabalhava na casa de um dos fazendeiros, diziam "você não vai receber uma casa" e riam dela porque ela tava no movimento. E quando as casas passaram a ser construídas, semearam a idéia de que era um projeto da Caixa Econômica e que não tinha nada a ver com os atingidos, assim, essa... Levando as pessoas a não acreditarem nelas mesmas, nem nas outras.

Há muitos casos de barragens pelo Brasil afora, que lições podem ser tiradas da experiência de Salto pra esses outros?

É uma conclusão realmente dos atingidos, das lideranças por barragens, que pelo custo social, o custo ambiental, as perdas que acontecem não valem a pena. E que as barragens que já estão construídas, elas são muito mal aproveitadas, daria pra aproveitar melhor as que já existem e buscar outros meios de geração de energia, e outras maneiras de se construir, de se gerar energia que não tivesse tanta perda ambiental, social, esse impacto com relação dessas pessoas que vivem na beira do rio. E hoje tem uma reivindicação a nível mundial de que não se construa nenhuma barragem que não deveria aprovar nenhum projeto enquanto não sejam ressarcidas as famílias que tem perdas das barragens de Itaipu, Tucuruí, Sobradinho, então é uma perda muito grande que acontece com a construção dessas barragens. Tem duas barragens que estão sendo construídas também no rio Jequitinhonha e com perdas enormes.

E o que você diria pra essas outras comunidades que não estão organizadas?

A perda é muito maior. Em Salto da Divisa nós conseguimos segurar, o que se conquistou á foi a organização, se não tivesse encontrado a organização, a perda seria muito maior mesmo. Quando eles encontram o povo desorganizado, simplesmente o povo tem que sair sem os seus direitos respeitados.

Passagem bíblica?

A gente citava muito Magnífica, que é Lucas Capitulo 1, onde Maria fala Deus vai derrubar dos tronos os poderosos e saciar os humildes. Eu vim para que tenham vida, João 10. A gente repetia muito e nos colocávamos o grupo com a própria missão de Jesus: o espírito está sobre mim, evangelizar os pobres, dar vistas aos cegos, libertar os prisioneiros, e proclamar o dia do senhor.

Quais as atrações pra quem quer visitar Salto hoje?

Pra nós, pra quem viveu a beleza do rio, fica até difícil a gente dizer vá visitar o lago. Mas o lago é uma atração turística. Tem toda uma beleza a cidade, esse histórico, o contato com a pessoa. Tem uma orla que contorna o rio. Os passeios de barco têm todo um potencial turístico.

Qual é o papel do evangelizador?

Caminhar junto, estar junto com as pessoas e buscando saídas e caminhos juntos e construindo junto melhores condições de vida com base na fé e no evangelho.

Pra finalizar, o que é falar com Deus e de Deus a partir desse povo?

É se envolver com esse povo, é falar de Deus e com Deus muito concreto. É ouvir essas pessoas e falar delas com Deus. Então é essa vivência, é uma mística que se cria. Em Salto da Divisa a gente acaba descobrindo e tendo assim, você reza de fato o que está acontecendo, a vida, as tensões os desafios. A gente fala de Deus e com Deus a todo momento nesse sentido muito concreto, a gente não tem como sair dessa situação, é a vida das pessoas, é o sofrimento, a história bonita de libertação que nos incentiva esse contato permanente com Deus.

Que nome vem na sua cabeça?

A Luta de um povo ribeirinho, frente a essa multinacional, a gente falou várias vezes da luta de formiguinhas, de Davi com Golias, então é essa luta do pequeno com o grande.

Entrevista realizada com Florisvaldo Antonio Nascimento, agricultor atingido pela Barragem de Itapebi.

Florisvaldo, fala o seu nome completo.

Florisvaldo Antonio Nascimento.

Quanto tempo o senhor mora aqui em Salto?

Passou pra quatro anos.

Antes o senhor morava aonde?

Eu morava na ...

Como era a vida lá?

Assim que a barragem chegou, precisou do local e chegou, a gente foi atingido, aí tivemos que desocupar o lugar.

O que vocês faziam lá ?

Mexia com roça, lavrador.

Que é que o senhor plantava?

Plantava mandioca, abóbora, milho, cana, banana e tinha mais coisa, fruta, mamão, essas coisas, tudo a gente plantava.

E o que aconteceu?

Aconteceu que a firma chegou e precisou do local, tocou a gente e a gente teve que sair.

E eles acertaram tudo direitinho?

Não, porque o dinheiro que deu pra gente não foi o suficiente, não.

O que o rio significava pro senhor?

O rio era fácil da gente navegar, atravessar, agora ficou difícil, ninguém vai lá, a não ser esses barcos a motor, agora pra gente navegar mesmo, não dá mais.

O senhor sente saudade?

Ah, sinto saudade.

Tem saudade mais do que?

Saudade do local, porque pode dizer que a gente nasceu e criou lá, acostumado em fazenda assim, não tem como não sentir falta.

O senhor já passou muitos momentos bons no rio.

Já, já.

Tem alguma história?

Tem o seguinte, pra mim, lá às vezes é melhor do que o lugar que eu to aqui. Que nem, eu tava falando pra irmã Rosa, tudo aqui ta sendo comprado, e lá a gente comprava muita pouca coisa, coisa de roça, assim, era pouca coisa comprada, hoje aqui até a farinha é comprada. E isso, por exemplo, a energia, não pagava, a água também, não. Então, pra gente eu acho que ficou mais difícil. Assim é o ponto de viver em cidade.

Comida tirava quase tudo de lá.

Tirava quase tudo de lá. Era pouca coisa que a gente comprava, era o óleo, o feijão, que lá não dava feijão, mas outras coisas dava. Por isso fez muita falta.

Como o senhor ficou sabendo que ia acontecer isso?

Fomos avisado, pelas irmãs mesmo. Até as irmãs mesmo da comunidade, elas sempre avisou a gente, do movimento, falando que, quando alertando a gente, e depois eles pegou a gente e foi fazendo as reunião, e nós ... por dentro.

O senhor participava das reuniões?

Participava. Inclusive as reuniões era lá em casa mesmo, depois que passou aqui pra Salto, que a gente começou a vir pra aqui.

O que que vocês conversavam durante a reunião?

Várias coisas. Eu não tenho muito gravado, mas às vezes alguma coisa que eles perguntava a gente falava.

O que que era o Tombo da Fumaça?

Tombo da Fumaça era uma cachoeira, que tinha aqui, hoje não tem mais.

Era bonito?

Era, o Tombo da Fumaça era bonito. Era um cachoeirão, muito alto, de onde a água descia, acabou tudo. Cachoeira daqui, daqui pra baixo acabou, não tem mais.

E a história da agrovila, que história é essa?

Agrovila, não to sabendo.

Um sítio onde todo mundo ia trabalhar junto, como é que era?

Isso aí é que tava combinado pra comprar uma terra pra gente aí, mas não deu certo, porque a gente não adubou muito a terra, e quando... não aí ficou assim, mas pra mim, a terra seria melhor do que aqui.

O que a empresa deixou pro senhor? O que modificou na sua vida?

O que modificou foi o seguinte, deu pra cada um de nós, 5 mil reais. Aí comprei essa casa, a mulher botou umas coisas dentro de casa. Mas sempre ficou muito mais difícil, pra mim podia ter sido melhor. As pessoas, aquele ali, por exemplo, sentiu falta de lá também, e meu irmão, meu cunhado, e mais gente, que foram os atingidos.

O que eles falavam pro senhor? Que benefícios ia trazer?

Eles falavam que iam dar até ... iam irrigar a água, ia ter água ligada, até hoje, quantas vezes não tinha água, então, não conseguimos, porque, quando fomos olhar a terra lá mesmo, às vezes aí uns foi de acordo, mas uns não foi. Uns falavam que não agradou, que queriam outro negócio. E aí o jeito foi morar na cidade, só que pra mim na roça era bem melhor.

E o senhor saiu da roça por causa...

Da empresa, da barragem.

E na roça, como era a vida lá?

Na beira do rio, no valo do rio, beirando o rio, a água atingiu esse local, onde era a casa da gente, hoje é esse rio. O rio passou muito pra dentro das mangas, então hoje ninguém nem sabe mais onde eram as casas mais. Uma fundura enorme aí, um aguão aí.

Você chegou a ver a água subindo?

Não, não cheguei a ver, não. Bom, depois que ela chegou aqui que deu pra ver, mas já aqui em Salto, que falavam que ela não ia passar em Salto, mas passou por tudo aí em cima.

O senhor chegou a voltar no local, na sua casa, pra ver como ficou?

Sim.

Que o senhor sentiu?

Eu senti muita falta, senti saudade do local. Mas voltei naquele lugar, não, de cá de cima dos alto, e olhe lá. Pra ir lá é difícil, ninguém vai, só de barco a motor.

Qual o seu sonho?

Trabalhar na roça, com certeza, eu não gosto de comércio, que comércio não tem jeito, mas pra mim na roça seria melhor.

Aqui, andando por Salto, a gente vê muita terra, tem muita terra.

É, tem muita terra.

Como é a distribuição dessas terras todas?

Aqui mesmo tem uma fundação, que é terra toda vida. Alguém que por exemplo mora lá, trabalha lá, mas é terra pra um monte de gente trabalhar. 60 alqueires. É terra pra toda vida, e é só terra boa.

Pertence a quem?

Pertence aos Cunha.

Eles são os donos de quase tudo aqui?

Donos disso aqui, das redondezas, fazendas dele ai ... Antonio Peixoto, Gilberto, mas é tudo de uma família só.

Não é muita terra pra uma família só?

Fora essas fazendas que tem aqui por perto, fora as fazendas que tem aí ... tudo isso tem terra, e às vezes é grande, tem terra toda vida.

E o que fazer com tanta terra?

Eu achava que era bom eles acharem um lugar pra gente trabalhar, porque tem terra toda vida. Os gados deles não dá conta de comer o pasto que tem. Porque muito gado pra muita terra, é terra muita vida. Tem uma fundação aqui, à beira do rio também.

Enquanto lá tem muita terra, muito gado, na cidade, o que tá tendo pras pessoas? Lá é um lugar que tem muito alimento, e aqui?

Já a vida das pessoas aqui tá muito difícil, porque arranjar trabalho tá muito difícil. Eu mesmo moro aqui, mas trabalho de roça pros outros. Mas os serviços aqui, tá muita gente desempregada.

Já foi melhor, mais fácil?

Eu, pra mim, achava melhor lá na roça. Porque lá, com esse tempo bom de chuva, eu tinha a minha roça, com tudo, tinha a minha roça, tudo lá tinha. Mas pra quem mora aqui não tem condição de ter.

E essa organização, a estação de ônibus que passa lá na sua casa, o que ela trouxe de bom?

De bom é que ela trouxe informação pra gente, pra gente saber mais ou menos como é que ia ser a barragem, pra gente ficar esperto, a gente era inocente, não sabia como que era, e as irmãs foram saindo e explicando pra gente e foi melhorando mais.

O pessoal também contou pra gente que o desemprego ta aumentando cada vez mais, que a população tá diminuindo. Como é que tá?

Pra mim mesmo o emprego aqui ta difícil, e pra vários.

E se continuar assim?

Aí fica mais ruim ainda. E se arrumar emprego pra gente, aí é outra coisa, ajudava mais.

Entrevista com Maria de Fátima, membro do GADDH e três vezes vereadora da cidade de Salto da Divisa, MG.

Qual é o seu nome completo?

Maria de Fátima Pereira dos Santos.

Há quanto tempo você mora aqui?

Eu nasci aqui em Salto.

Como era Salto aqui na sua infância, na sua adolescência?

Cidade pacata, quase não tinha saneamento, quase que um povoado, que eu me lembre assim poucas ruas calçadas, a luz era de motor, e usava muito candeeiro, lamparina, mais tarde que veio a energia elétrica.

Como era Salto da Divisa antes da chegada das irmãs?

Muitos problemas sociais, aqui sempre existiu uma política resquício de coronelismo, de paternalismo, aquela coisa de fazer doações a carentes em cestas básicas, coisas que não ajudam as pessoas a sair do grau de dependência que elas vivem. Com o trabalho das irmãs foi diferente, porque com o trabalho de ação social, começou as bases a se organizar, em comunidades, associações, levaram essas pessoas a pensar, a ter um modo de vida diferente, isso foi plantado mas você não tem um efeito imediato, isso é palatino, a medida que o tempo passa até você conseguir, era muito difícil manter esse povo coeso até mesmo pela questão cultural das pessoas, tem um grau de influência muito grande nesse sentido, e essas

associações, esse trabalho foi se desenvolvendo lentamente e perdura até hoje, com muitas conquistas, e melhoria também, na qualidade de vida das pessoas. A partir daí, questionamentos, Era uma célula da sociedade que estava se organizando e incomodando, com esse detalhe.

Como cidadã, como você via essa organização?

Essa organização através do trabalho das irmãs, elas começaram a participar de associações do bairro, isso iniciou com o mutirão de construção de banheiros, uma das irmãs que vieram aqui elas começaram a construir banheiros, depois a irmã Teresinha começou o serviço de moradias, ela fazia mutirão pra construção de moradias, aí veio o trabalho da irmã Rosa, que foi com o GADDH, e depois funda o GADH passa a reivindicar a questão dos atingidos junto ao empreendimento da estação de energia, mas também o trabalho social em relação as menores, tapeçaria, artesanato, que muito tem ajudado e melhorado a qualidade de vida das pessoas.

E a violência, que existia aqui contra a mulher, como era?

A violência sempre existiu, tem ampliado esse grau de violência agora, porque a gente vê o seguinte, não foi feita uma política pública no sentido de estar absorvendo essa violência, que não tem direcionado pra essas pessoas, então a partir daí a gente vê hoje, a começar pela própria questão de assentamentos, na época que foi fundada a cidade, e a partir daí a mulher era muito discriminada socialmente e hoje ela já tem conquistas, mas ela foi muito violentada, em casa, crianças também, adolescentes, surge o grau de prostituição é muito maior, a questão da droga é muito maior, em função de não ter desenvolvido esse trabalho, pior não fosse a contribuição das irmãs, que amparam com alguns trabalhos dessas jovens e adolescentes, e fazem esse trabalho que contribuiu muito pra diminuir essa violência, mas mesmo assim hoje se ouve falar de grandes coisas que aqui no interior não se ouvia falar até a algum tempo atrás.

E a concentração de renda e de terra?

O grande problema daqui é o latifúndio, existe a concentração de terra, são grandes propriedades rurais, são mais pastos, criação extensiva, de gado, e em função disso existe uma grande desigualdade social, um dos fatores também que a gente percebe porque houve a saída do homem do campo pra cidade, ele chega aqui despreparado, e quando ele não tem amparo social, ele costuma migrar pra outros locais do Brasil, como é o caso de São Paulo e outras regiões, principalmente São Paulo e Belo Horizonte, locais que eles migram mais. Por ter saído do campo, hoje as pessoas que moram no campo são bem pequenas, e tem agravado a situação social na cidade, questão de moradia, violência, infra-estrutura que não teve preparo, a própria situação do vale do Jequitinhonha, que não tem preparo pra absorver, pra dar emprego pra essas pessoas, hoje existe a nacional de grafite, empresa mineradora, mas ainda existe a questão da concentração de terra, muita gente tem que sair de onde morava e vir pra cidade, mas ela não tem como trabalhar, e o grau de escolaridade também é baixo, o que dificulta a inclusão dessas pessoas, mesmo porque não oferece mão de obra qualificada, na cidade não tem.

Como sucedeu essa migração da vida rural pra vida urbana?

Eu acho que ela tem agravado mais com a situação trabalhista, depois surgiram as leis trabalhistas, no campo tem reduzido o número das pessoas pra trabalhar porque geralmente o fazendeiro, antes não acontecia nada, quando as pessoas começaram a reivindicar os seus direitos, cria-se um problema, e parte dessas pessoas, elas tem que desocupar a terra, por isso

que houve essa migração maior. As leis trabalhistas dificultaram também a posição dessas pessoas de permanecerem na zona rural, mas foi maior a questão da distribuição de terra, como foi feita, praticamente duas famílias são detentoras das maiores terras daqui, dois grupos de família, e a maioria da população não tem como sobreviver.

Retoma esse problema de Salto da Divisa de novo, por causa do barulho. Com relação a concentração de terra.

A concentração de terra, geralmente... Com relação a terras são duas famílias detentoras das maiores quantidades de terras, dos maiores latifúndios, a família Cunha Peixoto e a família Pimenta. A maioria da população esse é praticamente um terreno, alguns pequenos proprietários que vivem em ilhas próximos da cidade. Mas terras assim, pra produzir, não, é terra mais pra pasto.

Qual seria uma das soluções?

Eu acredito que uma das soluções seria a viabilidade de reforma agrária na região. Assentamentos, essas pessoas precisam produzir, mesmo amenizar a questão do êxodo, se as cidades têm problema lá fora que também começa a surgir problemas por essas questões, problemas sociais advindos dessas questões, alguma coisa precisa ser feita, e uma das coisas a serem feitas seria o assentamento dessas famílias.

O que o rio Jequitinhonha representa pra você e pros moradores daqui?

O rio tem toda uma história, desde a fundação da cidade, a beleza natural que tinha, que seria com as cachoeiras que existiam, e era fonte de vida pra população, porque parte da população sobrevivia do que o rio oferecia, do que a natureza poderia oferecer, que seria nas pedras os extratores, naturalmente eles extraíam as pedras para construção, calçamento, era uma forma de sobrevivência, areia, as lavadeiras no rio, sem a preocupação de estar pagando água ou coisa assim. Era um meio de sobrevivência, uma fonte. E uma riqueza natural muito grande pelas cachoeiras que existiam, pelas quedas d'água que existiam. Muito bonito por sinal, e infelizmente foi descaracterizado por um empreendimento.

Como você reagiu à idéia da construção da hidrelétrica?

Inicialmente eu não fazia parte do GADDH, esse movimento foi criado em 97, que é o Grupo de Apoio de Direitos Humanos de Salto da Divisa, nós percebemos que era um grande empreendimento em função de pessoas que não tinham como se defender. Como passou a organizar e associar os membros das pessoas que seriam atingidas direta ou indiretamente pela barragem, e nós colocamos uma cláusula do estatuto, aprovado em assembléia, registrado no cartório, a partir daí nós passamos a buscar, analisar o relatório de impacto ambiental, e junto com a população diretamente atingidos pelo empreendimento. E essas pessoas, é muito interessante ressaltar isso, que a gente teve esse êxito também porque esse grupo permaneceu unido, aí que eu acho que Salto tem uma outra história, uma antes da enchente, do lago, e o depois, se a gente for pegar essa história de reivindicações e conquistas foi a partir do povo, foi como o povo passa a reivindicar, a olhar a sociedade que ele tá vivendo, foi um trabalho de muita luta, muito árduo, que a gente abraçou a causa em função, que a gente sabia dos prejuízos sociais que estariam acontecendo como acontece hoje, parte do que está aí hoje é resquício das questões que não foram totalmente solucionadas conquista do povo, foi conquista do povo, que eles se organizaram em associações de pedreiros, lavadeiras, pescadores, e assim por diante, organizando conseguiu chegar no estágio, eles estão, por

algumas conquistas, inclusive através do trabalho das irmãs dominicanas, tendo a irmã Rosa a frente do grupo de apoio e defesa dos direitos humanos aqui em Salto.

Qual a importância das irmãs pra Salto?

Foi a base de tudo, a gente sabe que o povo passou a se organizar a partir dessas bases que foram as associações, que foram crescendo, e nesse trabalho em relação ao empreendimento, se não fosse o trabalho do GADDH com a irmã Rosa, eu acho que esse povo não teria tido as conquistas que conseguiram, que foram a construção de um novo bairro, e algumas questões que ainda tão na justiça, mas aqueles casos que puderem ser solucionados, a gente buscou concretizar da melhor maneira possível, ao lado das irmãs, a irmã Rosa sempre à frente desse trabalho.

Qual foi o impacto ambiental desse empreendimento?

Primeiro foi descaracterizar a paisagem natural, porque inicialmente nós, na época eu era vereadora, existia a lei 080/98 e ela tombava as cachoeiras como patrimônio paisagístico histórico natural do município, e mais tarde, porque a empresa dependeria da revogação dessa lei pra ter a licença do Ibama, mais tarde a lei 13375/99 ela foi aprovada pelo estado, tornando patrimônio histórico paisagístico do Estado de Minas Gerais e o que nós percebemos com o estudo do "arrima" é que houve alteração no projeto, porque o projeto natural, essas cachoeiras, que seria a beleza natural da cidade, até pontos turísticos da cidade, muita gente freqüentava e tinha fotos de lá, não atingiria as cachoeiras, com o novo estudo que a nova empresa, porque 1º foi feito estudo de impacto de "Engevix" em época de Furnas, mais tarde veio "Hiberdrola" um consórcio junto com a "Idebrecht" , e eles apresentaram um relatório em que as cachoeiras seriam atingidas, pelo rio original, as cachoeiras não seriam atingidas. Então o que acontece, aumentou a cota "kW" que seria aumentar naturalmente essa paisagem que seria destruída. A gente percebendo isso, estudamos o "arrima", e quando nós percebemos essa alteração da destruição, começamos a organizar e questionar a empresa, revogada a lei, o Ibama deu a licença pra essa empresa sem nem fazer visita em loco, que eles teriam que verificar, deu a licença prévia e daí o empreendimento foi autorizado a construir. Iniciam as obras em 2000 e nisso a empresa já tava com escritório aqui, na realidade a audiência pública começou em 97, 98 e eles trouxeram, encheram a cidade de panfletos, de folders, mostrando as vantagens do empreendimento, teve apoio na época do poder público, e aí a sociedade tinha mais é que se organizar, porque a gente sabe das conseqüências disso tudo hoje, inclusive sofre conseqüências disso.

O que a empresa alegava?

Dizia que o empreendimento ia trazer muitos benefícios, primeiro pela questão de geração de emprego, que ia gerar muitos empregos e depois a questão da urbanização, que a cidade ia ficar muito mais bonita, em função do empreendimento, com um rolo muito grande de dinheiro no município seria investido no município e seria progresso pra essas pessoas do município, que a vida delas não seria a mesma, realmente não foi, porque destruiu a paisagem, causou impacto ambiental muito grande, destruiu no sentido de pessoas que tinham atividade e hoje não têm. Perdeu essa atividade, quer dizer eles tinham, porque a empresa vai usufruir por 30 anos, do que ela construiu, e parte dessas pessoas que conseguiram, elas teriam que ter tido um retorno maior no sentido de projeto de geração de renda, de emprego, a gente sabia que essas pessoas estariam garantidas, porque antes do empreendimento elas tinham liberdade na natureza, e com o impacto isso veio a alterar a vida dessas pessoas drasticamente. Se observar já existia, mas a questão do alcoolismo hoje aumentou muito, eu acredito que isso

tenha alguma influência, essas pessoas terem perdido tudo, muitas vezes o dinheiro ressarcido pelos danos, essas pessoas despreparadas, muitas gastaram esse dinheiro, essas pessoas praticamente hoje se vêem sem nada, isso é um problema muito sério, que a empresa sempre que se apresenta pro público se coloca como salvadora da pátria, que fez todas as conquistas, que atendeu todas as necessidades, que a gente sabe que não é verdade, a luta não foi pequena, foi muito grande, o povo organizado, às vezes ela conseguia tentar desmoroar o grupo, quando faz isso, quer dizer, de uma certa forma ela dá uma certa esfriada no grupo, e pra gente tornar reorganizar era muito trabalhoso, mas conseguimos, tivemos algumas conquistas.

Quais?

A questão do bairro Vila União, foi uma conquista que eu chamo que o povo teve uma participação ativa, no sentido de ter realmente, não ter cruzado os braços, a gente ter reunido com a empresa, promotoria, Ibama, representantes da Fiam, de todas as entidades, todos os órgãos e terem discutido e entrado num acordo, por exemplo do rebocamento, essas famílias, como a empresa queria as casas, eram germinadas, o muro eles diziam que ia ter cerca viva, e nós fizemos uma série de negociações, tivemos conquistas, por exemplo, um bairro totalmente urbanizado, com lagoa de tratamento dos esgotos, o que não acontecia a nível de município, porque o córrego que passa no município chamado córrego de lava-pés, os detritos são automaticamente jogados no rio, no lago, sem nenhum tratamento. É muito, pra gente, não é bom, porque a gente sabe que sem tratamento vai poluir mais ainda.

Conta um pouquinho pra gente, conta sobre o processo, como sucedeu, desde quando vocês ficaram sabendo.

Tudo iniciou em 97, já tinha um estudo prévio pra construção de uma barragem de hidrelétrica aqui em Salto da Divisa, esse estudo foi feito inicialmente por Furnas, através da empresa "Engevix", e no primeiro momento não atingiria as cachoeiras, que eram um patrimônio, até então não era tombado como patrimônio histórico paisagístico da cidade. Era freqüentado, as pessoas que vinham, era um ponto turístico da cidade, que eram as cachoeiras, o Tombo da Fumaça, o Canta Galo, e a partir de 97, logo que iniciou, que essa empresa iniciou, a Iberdrola, antes era uma outra empresa que veio, eles privatizaram a Coelba, e fizeram juntamente um consórcio com a Odebrecht, empresa espanhola e aí eles vieram com um novo estudo, só que na audiência pública de 97 que teve na cidade de Itapebi, ainda estava iniciando o processo de estudo para a instalação, então da construção do empreendimento, que seria Itapebi, mas que atingiria áreas de municípios de Salto da Divisa, Itagemirim, Tarantim, e Itapebi, o impacto maior em termos de atingir terras seria uma parte da cidade seria em Salto. Só que o projeto original falava em 375 kW, então a gente lá no próprio "Rima", seria superficial, teria ponto zero do lago, não atingiria as cachoeiras, quando a Iberdrola apresentou o novo estudo, já foi com alteração, e aqui na cidade então houve a mobilização do movimento cultural com a população que apresentaram a lei, que é a lei 080/98 que essa lei dava tombamento às cachoeiras como patrimônio histórico cultural do município de Salto da Divisa. Pra iniciar as obras lá no canteiro, isso lá por 98, já tava tendo essas negociações, audiência pública com a população. Enquanto isso a população também ia organizando esses segmentos, pedreiros, pescadores, lavadeiras, extratores de pedra e de areia, assim sucessivamente, enquanto eles estavam organizando e nós também, nesse processo eles apresentaram ao Ibama, primeiro eles tentaram o canteiro das obras, precisava revogar a lei

municipal, e essa lei foi revogada na calada da noite, eu digo porque há indícios que alguns vereadores foram subornados também, na época era o Afrânio Gavião, Fabiano, eles dizem que fizeram alguns subornos a esses vereadores. Na época da revogação foram mais de 700 pessoas que foram pra câmara e essas pessoas gritavam que não queriam que a lei fosse revogada, que queriam preservação das cachoeiras, uma vez que seria um prejuízo natural para o município, em questão também do eco-turismo, que poderia ser explorado mais tarde, e as pessoas não queriam perder aquela riqueza que eram as cachoeiras, e elas sabiam que tinham pela frente um empreendimento, 735 milhões, o Afrânio Gavião afirmava, e que poderia revogar todas as leis, revogando a lei municipal eles partiram então para o canteiro de obras, iniciar as obras, mas a nossa mobilização não parou por aí, enviamos documento, e a lei 3370/99, que foi de Maria José, ela tornou patrimônio paisagístico turístico do estado de Minas Gerais. E criou a Arpa, que é a área de proteção ambiental que começava em Itapuã, próximo da cidade, também uma área urbana, e viria toda a cidade, protegendo a areia, pedras. Porém teve um deputado, Ivair Nogueira, que apresentou uma emenda pra revogar essa lei, a gente não sabe de que maneira teve influência, a gente só sabe que a empresa realmente articulava de todas as maneiras, todas. E nós ficamos na época indignados com o Ibama, que não tomou todas as providências, sem ver em loco, vir ao local pra ver o que estava realmente acontecendo. Apresentaram essa licença e isso a gente estaria também a outros órgãos, de estar tentando de todas as maneiras proteger as cachoeiras, e eles conseguiram a revogação e conseguiram então iniciar as obras. Que mais tarde teve o enchimento dos lagos, começamos a fazer audiências, a organizar o povo, e na época foi bastante acirrada a discussão, porque os moradores cercavam de frente os tratores, paravam, reivindicando mesmo os direitos, e foi uma luta muito grande, não foi fácil, foi reuniões que duravam horas, representante da empresa e do ministério público, e da comunidade, e as pessoas tiveram muita luta pra conseguir, quando a empresa então conseguiu revogar a lei, conseguiu encher o lago, algumas pendências sociais ficaram pra trás, e a empresa usava muita artimanha, ela costumava por exemplo, o pessoal de carreira cumprida era o pessoal da zona rural, que tinham grande acesso a Salto da Divisa, e nós lutamos demais pra que essas pessoas fossem assentadas, já que elas vinham do meio rural, que precisavam exercer a atividade delas como nós também defendíamos isso, que cada um exercesse a sua atividade, a empresa usava as pessoas como iscas, ela chegava, pegava lá indenizava por 15 mil reais e diante disso começava a desestruturar algum, porque se ele conseguisse com um os outros conseguiam acompanhar, e era difícil da gente reorganizar esse grupo, então foi uma luta muito grande, com muitas artimanhas pra desarticular, e quando ela viu que era impossível, porque a gente, os membros que faziam parte, essas pessoas todas tavam ligadas ao GADDH, que a palavra final seria do GADDH com a promotoria, ela recuava, usava muitos meios, ela chegou falando de progresso, de emprego, falando de modernização, falando de vida melhor pra população e que a cidade seria outra, e não era isso que a gente queria, a gente não era contra o progresso, mas não da forma que tá acontecendo, passar por cima das pessoas pequenas, e sem justiça social, a gente lutava, como por exemplo, ela não cumpriu que o córrego lava-pés, que é o córrego que cobre a cidade, casas, esgotos, instalados, casas de lava-pés, que jorram diretamente no rio sem fazer tratamento antes de chegar no lago, a conquista do bairro vila união, por exemplo, foi uma exigência dos moradores da questão da lagoa de tratamento, existe a lagoa de tratamento, um pouco o bairro em si da vila união, esgoto é jogado nessa lagoa, agora em relação a cidade, eles não cumpriram, porque eles teriam que ter criado uma estação de tratamento pra essa água não cair da forma que ela cía no rio, poluindo mais ainda.

A empresa falava que não adiantava vocês se organizarem, conta essa história.

Na realidade a empresa ela se achava poderosa, nas audiências públicas, apresentava maquetes, tudo muito bonito, muito ilusório mesmo, mostrava a cidade transformada em função da modernização que era infra-estrutura, obrigação dela de montar. Isso pra causar impacto maior nas pessoas, o tempo todo ela teve apoio do poder público, na época foi conivente com esse sistema, porque não envolveu praticamente nada, pelo contrário, facilitou. Ao revogar a lei municipal, ele estava facilitando pra que a empresa avançasse, no que ela queria, e ela tentava o tempo todo manipular as pessoas, alguns programas, tentavam incrementar alguns programas que você vê que não teve grande impacto social, assim de início ele mobilizava parcela da sociedade, mas não era projeto que causava impacto no sentido de transformar a vida dessas pessoas, de garantir a vida delas, a questão do lava-pés que não foi canalizado, não foi tratado, a construção de tanques de piscicultura pros pescadores, que também não cumpriu, quando o Ibama veio técnicos do Ibama constatou das explosões pra desviar os canais de esgoto, a questão dos peixes, os peixes não conseguiam subir, os pescadores falavam isso, inclusive o Ibama parecia mais estar do lado da empresa do que defendendo a questão do Ibama, nessa luta os pescadores foram por experiência, não por conhecimento formal, mas por experiência de vida eles falaram isso o tempo todo, os técnicos do Ibama realmente e aí o que eles fizeram, com a indenização, que era um salário mínimo mensal e uma cesta básica, quer dizer, até hoje ainda tem pendência, dos pescadores, teve a questão do atracador do cais, mas acontece o seguinte, as outras pendências maiores não foram resolvidas, e a questão do tanque pra que eles pudessem dar continuidade no trabalho deles, hoje no começo eles colocaram um monte de peixes no lago e tiveram pescaria até certo ponto, razoável, hoje o lago não tem a quantidade de peixes que eles precisam pra sobreviver, se não tem, não foi cumprido, porque a piscicultura teria que ter uns tanques, deveriam ter instruído essas pessoas a trabalhar, porque sobreviver da função, da atividade que ela tinha, porque...

O que significa uma briga de formiga com elefante?

O que foi realmente o que aconteceu aqui. Foi isso. A briga é grande, porque a gente tá sabendo que o empreendimento têm muitas facilidades, desde os órgãos públicos, a nível municipal, conseguir e diante dessa facilidade, a população sofre o tempo todo, porque ela cria expectativa de que vai resolver o problema, e vai desencadeando uma luta que às vezes até perde essa perspectiva diante do tamanho do empreendimento, o interessante é que nessa conquista o povo não teve medo, enfrentaram o elefante, e muitas vezes ele teve que ceder.

E eles diziam que iam comprar todo mundo que não adiantava vocês lutarem?

Falavam, uma vez o Gavião e o Afranio foram na minha casa a noite, umas 7 horas, conversar comigo, que na época eu era vereadora, por isso é que há indícios de que tinham tido suborno com relação a revogação da lei municipal, foi primeiro o impasse pra depois eles iniciarem e conseguir a licença prévia do Ibama, pra depois conseguirem conversando comigo, se eu não tinha vontade de mudar da cidade, e mandavam as camisas, as camisetas na época do carnaval, foram distribuir, e falei que eu poderia até aceitar, mas não com o compromisso segundas intenções, se é que eles tinham, porque eles sabiam que eu tenho a minha posição, tenho minhas raízes, nasci, cresci aqui, de jeito nenhum eu ia ficar contra o povo. Perguntou se eu não queria mudar de Salto, depois ele falou assim, no final da conversa, ele falou assim "nós estamos queimando vela pra defunto pequeno" eu pedi, que eles fossem embora e agradei, que realmente não daria pra conversar com eles, porque eu não sei qual era a intenção deles. Então isso chegou a acontecer, a gente fica preocupada porque eu acho que na

época deve ter tido algum suborno pra que ela fosse revogada. E a nossa preocupação maior não era que a gente tava sendo comprado, pelo empreendimento, mas era a falta de justiça social, porque eles tavam causando, eles diziam que tinham 375 milhões pra investir, e que eles iam sim fazer o empreendimento a qualquer custo, e conseguiram, eles tinham muita facilidade, muita nos órgãos ambientais. Na época nós tivemos até a visita do Tilden Santiago, que era ex-secretário do meio ambiente, ele que fez a audiência com o povo, e nós mobilizávamos vários órgãos, mas infelizmente eu não sei o que acontece no nosso país, eu acho que a coisa quando tem que ser séria acho que ela foge dos padrões dos pequenos, foge. E aí, quando não tá ao nosso alcance, que podemos fazer ao lado do povo, que seria organizar e estar buscando, e isso, o trabalho maior foi da irmã Rosa, ela foi assim, uma peça fundamental nessa conquista juntamente com o povo aqui de Salto. O povo agradece a isso.

E essa história de que ela recebeu até ameaça?

Eles tentavam de todas as formas, a gente não pode estar diretamente acusando pessoas, em função do meio que a gente vive, primeiro a questão do empreendimento grande, segundo a questão do latifúndio, na época ela chegou a comentar que sofria ameaças, mas que a gente tomava assim os cuidados precisos, às vezes os próprios membros atingidos levavam ela em casa, não deixavam ela ficar sozinha, sabe, a gente, ela chegou a ter indício, sim, de ameaça.

A gente vê a Irmã Dorothy, por exemplo, a freira americana, ela não acreditava que as ameaças fossem, você acha que eles eram capazes de tudo se não conseguissem essa revogação de leis.

Eu acho que poderia sim, o que dificultou é que ela não estava sozinha.

Poderiam o quê?

Eles poderiam ter exterminado, sim, lógico que poderiam, só que ela não estaria sozinha, tinha um grupo de pessoas com ela. Eu acho eles poderiam ter tido, ido até o final com isso, mas como as dificuldades foram aparecendo, e naturalmente deve ter deixado de lado, mas ela sofreu algumas ameaças, mas tinha um povo, um grupo, que estava com ela. Ela não estava sozinha, disso eles podiam ter certeza, talvez isso tenha feito com que eles recuassem um pouco.

É comum no nosso país esse relacionamento estreito entre multinacionais, poder público, conseguir seus objetivos a qualquer custo, será que é comum?

Eu acredito que o Brasil esteja passando por um processo de mudança, de transformação muito grande, a gente espera que isso realmente vá mudar, mas que essa empresas tranquilamente, tem essas facilidades, a gente tá vendo a baderneira que tá aí no Congresso. E isso traz um decréscimo muito grande na figura do político, e a gente vê quanto pequeno ainda é injustiçado no Brasil, quanto é injustiçado, não dá pra calar, não dá pra ficar, sabe, de braços cruzados diante disso aí, isso demonstra o que tá acontecendo no Congresso hoje simplesmente é o que devia acontecer há muitos anos e que simplesmente tava encoberto. Quando a gente fala, por exemplo, do que aconteceu aqui num lugar deste tamanho, quer dizer, tem outros centros maiores, eu acho que essa facilidade sempre existiu, o quadro está mudando, porque vai chegar um momento também que as pessoas não vão poder ficar assistindo isso de braços cruzados, não dá, um cidadão que paga impostos, que tem uma vida digna, outras pessoas conseguem tudo com facilidade, passando por cima de todo mundo, isso não é justo, eu acho que não é, alguma coisa tem que ser feita, alguma coisa precisa ser mudada. O que, por exemplo, eu não sei, eu acho que a figura do político hoje, ela está

bastante arranhada, bastante denegrada, mas por outro lado fala-se em democracia, e a democracia na maior parte do mundo você não deve fugir a seu papel, e a gente repara quem escolheu, quem a gente tava o tempo todo com essa pergunta: quem escolheu? Eu acho que o povo que tem que organizar, que tem que estar participando, consciência, conhecendo de perto com quem ele está lidando, porque no dia que ele participa, no dia que ele conhece, mais facilidade de fazer essa mudança através de seu representante, mas aquele representante mais próximo, esse distante que a gente não conhece fica difícil.

Se for esperar só deles?

Não dá. Tem que ter movimento, tem que ter organização.

Como é essa história do hospital? ...

A fundação hospitalar é uma fundação, ela foi deixada, é bem antiga, coronel Tinoco era esposo da dona nhá Pimenta, era uma riquíssima fazendeira, de grandes propriedades de terra, e deixou essa fundação hospitalar, pra pobreza de Salto da Divisa, só que ela tem terras, tem gados, e ela vem passando por um processo, segundo as informações que chegou até o Conselho Municipal de Saúde, ela vem passando por um processo sério, sério, na questão da gestão atual, endividamento com o INSS, algumas questões trabalhistas e isso é o que tá acontecendo na área de saúde do município, a gente vê que as pessoas, os gestores, não tem uma preocupação de implantar saúde pública como ela realmente deveria ser implantada. Na realidade existe, na época eu era vereadora, existe um projeto em que o município repassa uma quantia de 15 mil reais, pra fundação, pra suprir as necessidades, só que na gestão atual foi questionado o seguinte, pra poder repassar, aprovar esse projeto novamente a gente teria que saber onde está sendo aplicado o dinheiro, já que ela vai pra uma entidade que também é prestadora de serviços e que o município precisa saber onde que tá sendo aplicado esses benefícios. Tá gerando "aconter" e quem paga são os pequenos, fala-se da modernização do sistema de saúde no Brasil, que a tendência é pegar essas pessoas, levar pra um centro regional maior, já que o município não tem condições de arcar com despesas de especialistas que ficaria muito caro, mas a nossa questão aqui é que tá morrendo gente, a questão da subnutrição infantil, aqui é assunto muito sério, existem crianças desnutridas e simplesmente pelo fato, a gente não tem um centro regional pra atender de fato, sem falar, as estradas, eu não sei se vocês vieram aqui por Belo Horizonte, praticamente a gente vive sem estradas, pontes de madeira, coisa muito triste e doente aqui coloca numa maca, numa ambulância e tem que fazer esse trajeto todo pra chegar em Almenara, então o problema maior recai sobre o pobre, porque é ele que necessita mais o serviço de saúde, então quando ele chega no hospital, que não tem absolutamente nada, que vai fechar, sendo que a gente sabe que tem uma verba do SUS que é paga e repassada nos hospitais pra fazer esse atendimento, então diante de uma ameaça nós estamos vendo mais uma briga que é uma questão política, que sempre deteram o poder e quem mais precisa dessa saúde, é o pequeno, que vai lá procurar, então o que acontece? Eles ficam sem saber, que as pessoas estão sendo tiradas, a gente tá com um problema desses na mão, que é um problema que tem que ser resolvido, ou que pelo menos os serviços básicos e emergenciais sejam atendidos, pra poder dar mais uma segurança pra população carente, porque essa população que sofre, sofre muito, com um descaso, enquanto as pessoas ficam nessa briga as pessoas que mais precisam é as que vão sofrer. Então há esse impasse com a fundação, indícios com a dívida com o INSS, ele quer privatizar as dívidas mas não quer privatizar as terras, os gado pra população, pra que realmente possa fazer uma gestão de qualidade que possa atender e suprir esses problemas, se a dívida começa a ser

muito grande, o município tem outros encargos e não vai poder assumir, mas quem fica nesse jogo é o povo, é a população.

Houve danos também climáticos com a represa?

Climáticos ainda, assim, tem um estudo mais preciso, da minha parte de assumir isso com segurança, porque aí técnicos, pra fazer uma avaliação, ver o enchimento até hoje, sabe, a gente percebe assim, a chuva passou a chover um pouco mais, mas eu não sei se foi necessariamente por causa do empreendimento, eu não sei se, teria que ver com os técnicos mesmo pra poder estar afirmando isso daí.

Que reflexão a senhora tira desse trabalho, dessa organização popular, que reflexão você tira?

Acho que a conclusão que a gente pode chegar é que o povo jamais pode parar, acho que a conquista, o que eles conseguiram até hoje foi daquelas pessoas que a empresa via com esses olhos, que o poder público sempre os viu com esses olhos de pequenos, então as pessoas precisam se organizar, pra conseguir uma mudança, uma mudança de fato, e acima de tudo é o processo de conscientização, eu acho que cada um com a sua consciência fazendo o seu papel ele vai estar conseguindo sim, essa mudança, esse processo de transformação. Eu acredito muito nisso porque eu não participava e me integrei ao grupo e eu pude, hoje eu não vou dizer que estou realizada, porque a gente tá sempre em busca de alguma coisa. Mas a gente pode ver que se organizar é importante demais. As pessoas precisam ter essa consciência, de que elas também são responsáveis, de que elas não tem que ser um agente passivo, tem que ser um agente transformador, isso é importante.

Muitas pessoas que nós entrevistamos estão numa situação difícil, tão falando que não tem dinheiro pra luz, tão passando fome, você sabe da situação delas, a senhora conhece?

A questão aqui é como eu te falei, a nossa cidade, a nossa realidade, porque nunca houve uma política pública direcionada ao povo do vale, especialmente Salto da Divisa, se você for a outras cidades, Jacinto, Santa Maria, todas essas cidades tão com esses problemas, aqui os problemas se agravaram em função do empreendimento, a gente fala que é resquício sim, porque se você tinha uma cidade antes, por exemplo, se ele era extrator de pedra, as pessoas tinham mais facilidade pra construir, essa pedra era de graça, ele trabalhava muitas horas por dia, mas no final do mês ele tinha um ganha-pão, a areia pra essas pessoas também era de graça, havia um barateamento de custo na construção, o pedreiro ele tinha mais trabalho, então depois que acabou a pedra, acabou a areia, essas pessoas perderam as atividades, e se elas perderam as atividades, naturalmente se já tinha desempregados, vai somar mais esses saí, os problemas sociais vão se avolumando, e as pessoas aqui sofrem muito com isso, por falta de emprego, aí vem a questão também de problemas que estão relacionados, eu não posso afirmar, mas a gente tá vendo o aumento de alcoólatras, tem aumentado, acho que é em função disso, não tem um emprego, não tem uma vida digna, de não ter como sobreviver, e as pessoas começam a ficar descrentes, muitos jovens, sei lá, problemas muito sérios que antes a gente não ouvia falar, se eu te falar que há 15 anos atrás não existia esses problemas, existia, mas numa proporção bem menor que hoje, hoje a coisa tá bem mais séria, muito mais problemas sérios, questão de saúde, questão social, questão de emprego, muitos estão morando como relocados, na casa desestruturada, mas não tão dando conta de pagar a luz, de pagar a água, porque não tem um emprego, tudo isso aí é que a empresa deveria ter preparado as pessoas com projetos de geração de renda pra elas poderem sobreviver, ter uma qualidade

de vida, um novo ambiente, qualidade de vida melhor, mas também questão de sobrevivência, a gente sabia também desse problema, cobramos, lutamos, mas nem todas as reivindicações populares foram atendidas.

As pessoas vêm as cidades, cada vez mais as pessoas tão abandonando Salto, qual a tendência que você vê se continuar desse jeito?

A tendência realmente vai ser êxodo. Eu acho que se não tiver uma política voltada pra poder atender, a política nível municipal e federal, estadual, pra atender o vale em si, eu acho que vai ser difícil pra essas pessoas, elas não vão ficar por muito tempo porque elas não vão ter opção de vida, a gente vê a questão da prostituição infantil, roubo, pequenos furtos, e a palavra é comum, mas numa escala, se você for analisar a escala, em Salto da Divisa já não é mais comum, pra Salto da Divisa, eu acho que realmente alguma coisa precisa ser feita, e urgente, eu acho a questão do êxodo, que ela vai continuar sim, mas ela vai continuar e não vai resolver o problema, ela vai causar um outro problema na cidade grande, o elemento vai pra lá desclassificado, e não tem uma condição de se manter nos grandes centros, acaba voltando e acaba se marginalizando lá, o problema tem que ser visto aqui, tem que ser direcionado aqui, com essas pessoas, e aí é onde entra e tem que entrar a ação do governo federal, só os programas, porque existem programas do governo federal que é o renda família, aliás, Bolsa Família que fala, são paliativos, quer dizer, não resolve um salário mínimo pra eles, muitas famílias são mais de 4 pessoas numa casa, fica difícil, fica difícil manter um nível de vida pra essas pessoas, então numa casa, ela acaba saindo, acaba saindo em busca de outras coisas, os que ficam vão lutando devagarzinho, com algumas dificuldades, mais seguro aqueles que trabalham na empresa, no estado, no próprio município, que também não tem como absorver toda essa mão-de-obra, é uma situação bem crítica, eu acho que o que resolveria aqui seria o assentamento, relocando essas famílias, amenizando o problema futuramente, tendo outra perspectiva e é isso, e tentar buscar projetos, direcionar projetos, uma vez que não tem mais volta as cachoeiras, teria mas teria que ter toda uma estrutura na cidade, de organizar, de estar mudando alguma coisa, que geraria gastos, mas alguma coisa tem que ser feita, as pessoas não podem continuar como estão, não podem.

Que nome a senhora daria a um documentário que tenta mostrar um pouquinho esse problema aqui de Salto, das Irmãs?

A luta dos atingidos, poderia ser.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

1. Entrevistas

ALVES, José Aparecido Rocha. Salto da Divisa, 06 de julho de 2006.

ARAÚJO, Maria Souza. Salto da Divisa, 06 de julho de 2006.

BARBOSA, Rosa Maria. São Paulo, 05 de maio de 2006.

BATISTA, José. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

JESUS, Helena Maria. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

JESUS, Jovecilia Maria de. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

LIMA, Maisa Ferreira. Salto da divisa 04 de julho de 2006.

MOURA, Sebastião Fieira de. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

NASCIMENTO, Florisvaldo Antonio. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

NASCIMENTO. João Teixeira. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

NONATO, Eva. Salto da Divisa, 06 de julho de 2006.

OLIVEIRA, CLARICE. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

OLIVEIRA, Reinaldo. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

SANTANA, José Vanderlei Alves. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

SANTOS, Genivaldo Pereira dos. Salto da Divisa, 07 de julho.

SANTOS, Damião Alves dos. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

SANTOS, Jorge Alexandre. Salto da Divisa, 08 de julho de 2006.

SANTOS, Maria de Fátima Pereira dos. Salto da Divisa, 04 de julho de 2006.

SILVA, Elvira da. Salto da Divisa, 07 de julho de 2006.

SILVA, Maria Wilza Gomes da. Salto da Divisa, 05 de julho de 2006.

2. Atas

GADDH, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 20 de outubro de 2004.

_____. Ata da reunião do dia 21 de setembro de 1998.

_____. Ata da reunião do dia 22 de abril de 2004.

_____. Ata da reunião do dia 22 de fevereiro de 1998.

_____. Ata da reunião do dia 22 de fevereiro de 2000.

_____. Ata da reunião do dia 30 de outubro de 2002.

_____. Ata da reunião do dia 8 de novembro de 1998.

_____. Boletim Informativo. Salto da Divisa, 10 de agosto de 2001.

_____. Boletim Informativo. Salto da Divisa, 20 de abril de 2001.

ASCCOM, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 14 de janeiro de 1999.

_____, Salto da Divisa. Ata da reunião do dia 15 de novembro de 1998.

3- Bibliografia eclesialística

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Ad Gentes*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Apostolicam Actuositatem*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Gaudium et Spes*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Redemptoris Missio*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN – 1968: *Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA – 1979. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

COMISSÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1995-1998*. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil 1999-2002*. São Paulo: Paulinas, 1999.

4- Bibliografia geral

BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da Questão social (1930-1954)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes; Educam, 2000.

BARBOSA, Rosa Maria. Processo de negociação entre população ribeirinha e empresa Hidrelétrica. *Revista Cidalc*, n. 41.

BEOZZO, J. O. org. *O Vaticano II e a Igreja latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOFF, Leonardo. *A vida religiosa e a Igreja no processo de libertação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

_____. *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. *Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. São Paulo: Ática, 1994.

BRIGHENTI, Agenor. *Reconstruindo a esperança*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2000.

CALIMAN, Cleto. A trinta anos de Medellín: uma nova consciência eclesial na América latina. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, XXXI, n. 84, maio/agos de 1999.

CASALDÁLICA, Pedro e VIGIL, J. M. *Espiritualidade da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CODINA, Victor. A teologia latino-americana na encruzilhada. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte: XXXI, n. 84 [maio/agosto], 1999.

COMBLIN, José. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Os desafios da cidade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. Puebla: vinte anos depois. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, XXXI, n. 84, maio/agos de 1999.

_____. *Teologia da Libertação: teologia neoconservadora e teologia liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FARIAS, Raimundo. O povo faz hidrelétrica investir no Salto. *A Gazeta*, Eunápolis, 29 de outubro de 2001.

FREITAS, Maria Carmelita de. *Uma opção renovadora: A Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GALILEA, Segundo. *Inserção na vida de Jesus e na Missão*. São Paulo: Paulus, 1993.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HACKUMANN, Geraldo Luiz Borges. *Amada igreja de Jesus Cristo; manual de eclesiologia como comunhão orgânica*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2003.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LESBAUPIN, Ivo, *et al.* *As CEBs hoje: síntese de uma pesquisa em Minas Gerais e Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Con-Texto Gráfica e Editora, 2004.

LIBÂNIO, João Batista. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LORSCHIDE, Aloísio. Linhas mestras do Concílio Ecumêncio Vaticano II. *Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2005.

MALINA, Bruce J. *O evangelho social de Jesus: o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Ed. 5ª. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MOLTMANN, Jürgen. *O Espírito Santo e a teologia da vida*. São Paulo: Loyola, 2002.

MOURA, Paulo C. *A crise do emprego*. Uma visão das além da economia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

NEUTZLING, Inácio. *Jesus antes do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1987.

_____. O projeto de felicidade anunciado por Jesus de Nazaré. *Estudos Bíblicos*, 53. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Editora Sinodal, 1997.

_____. *Reino de Deus e os pobres*. São Paulo: Edições Louola, 1986.

MARIUS, Pe. Mário. Livro Tombo, nº 3, pg. 18. Paróquia São Sebastião, Diocese de Almenara, MG, Salto da Divisa, MG, 1975.

NOLAN, Albert. *Espiritualidade da justiça e do amor*. São Paulo, 1985.

NUNES, Maria J. F. R. *Vida Religiosa nos meios populares*. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

ODORÍSSIO, Mauro. O mundo bem-aventurado. *Estudos Bíblicos*, 53. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Editora Sinodal, 1997.

PEREIRA, Patrícia. A luta pelo Tombo da Fumaça. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 de outubro de 2000. Gerais/Patrimônio, p. 40.

PIXLEY, George V. A história de Israel a partir dos pobres. *Coleção Deus Conosco*. 3. ed. Petrópolis: vozes, 1991.

PIXLEY, J. e BOFF, C. *Opção pelos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1987.

POLETTO, Ivo (Org). *Frei Mateus Rocha: um homem apaixonado pelo absoluto*. São Paulo: Loyola, 2003.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes. *CNBB: comunhão e corresponsabilidade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977.

RAMOS, Julio A. *Teologia Pastoral*. Madri: BAC, 2001.

RIBEIRO, Eduardo M. *Lembranças da terra: história do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: s. ed., 1995.

RIBEIRO, Luiz. Justiça garante vida do Tombo da Fumaça. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 de outubro de 2000. Gerais/Patrimônio.

RICHARD, P. *A força espiritual da Igreja dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ROCCHETTA, Carlo. *Teologia da ternura: um evangelho a descobrir*. São Paulo: Paulus, 2002.

ROLIM, Francisco C. Neoconservadorismo Eclesiástico e uma estratégia política. *REB*, 49, n. 194, 1989.

SANTOS, Rafael Souza. *O Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Impensa Oficial, 1971.

SATHLER-ROSA, Ronaldo. *Cuidado Pastoral em tempos de insegurança: Uma hermenêutica teológico-pastoral*. São Paulo: Editora Aste, 2004.

SCHILLEBEXKX, Edward. *Por uma Igreja mais humana: identidade cristã dos mistérios*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

SCHWANTES, Milton. *Projetos de esperança: meditações sobre Gênesis 1-11*. São Paulo: Paulinas, 2002.

SEGUNDO, Juan Luís. *Libertação da Teologia*. São Paulo: Loyola, 1978.

SELLA, Adriano. *Ética da justiça*. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Pe. Antonio Aparecido da. *Evangelizar na perspectiva dos pobres. Cadernos da CRB 28*. São Paulo: Publicações CRB, 2000.

SOBRINO, J. e outros. *Oración cristiana y Liberación*. Bilbao: (s. ed.), 1980.

SOL, Otelino Ferreira. *Salto da Divisa e outras considerações*. Salto da Divisa: [s/ed.], 1981.

SOUTO, Isabella. Minas vai brigar. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 11 de outubro de 1999. Gerais/Patrimônio.

SUNG, Jung Mo. Cinismo e solidariedade na globalização. *Espaços*, 8. 1, 2000.

TEXEIRA, Faustino L. C. *A fé na vida: um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)